

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO CAMPUS UNIVERSITÁRIO DE
GRAJAÚ CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS HUMANAS
HABILITAÇÃO EM GEOGRAFIA**

MARIA LEONEIDE DE JESUS RODRIGUES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE:
O CASO DO BAIRRO ÉDSON LOBÃO - VILINHA EM GRAJAÚ-MA**

Grajaú – MA

2019

MARIA LEONEIDE DE JESUS RODRIGUES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE:
O CASO DO BAIRRO ÉDSON LOBÃO - VILINHA EM GRAJAÚ- MA**

Monografia apresentada à Coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como pré-requisito para obtenção do Grau de Licenciada em Ciências Humanas com Habilitação em Geografia por esta instituição.

Orientador: Me. Samuel Correa Duarte

Grajaú – MA

2019

MARIA LEONEIDE DE JESUS RODRIGUES

**REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE:
O CASO DO BAIRRO ÉDISON LOBÃO – VILINHA EM GRAJAÚ- MA**

Monografia apresentada à coordenação do Curso de Licenciatura em Ciências Humanas da Universidade Federal do Maranhão (UFMA) como pré-requisito para obtenção do grau de Licenciada em Ciências Humanas com Habilitação em Geografia por esta instituição.

Aprovada em: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Grajaú – MA

2019

AGRADECIMENTOS

A Deus por ter estado sempre presente nestes caminhos de dificuldades e desânimo, me fortalecendo nos momentos de fraqueza e luta. Por colocar em mim o sentimento de persistência para não desistir diante dos obstáculos que surgiram nesta longa caminhada, e por tornar possível tamanha realização.

A Nossa Senhora, que com seu amor de mãe, esteve, junto à seu filho Jesus cuidando de mim e me direcionando como uma verdadeira mãe. Por interceder a seu Filho pelos meus pedidos de força e coragem, para não desacreditar que tal realização seria possível.

Aos meus pais, Luís Gonzaga e Maria de Fátima, razão das minhas lutas e da minha vida, por terem tido paciência comigo, e por terem me motivado, dado força e apoio para que chegasse até o fim desta jornada tão difícil.

Aos meus irmãos, Maria do socorro, Ildeane, Leonardo, Leonária e Denylson, por me ajudarem sempre, com muito companheirismo, amizade e amor, além de compreensão quando precisei priorizar o curso em vez da família e do trabalho. Mas de modo especial, as minhas irmãs Maria do Socorro e Leonária, por “segurarem as pontas” no trabalho no período de minha ausência; e a Ildeane, por me orientar e me ajudar nas tarefas sugeridas nas disciplinas e também na produção deste trabalho.

A minha avó materna, Maria do Rosário pelo exemplo de força, fé, coragem e determinação, que mesmo não estando aqui compartilhando este momento de alegria, posso ser grata pela participação ativa e direta na minha construção como pessoa.

Aos meus avós paternos, Maria do Socorro e Luciano, pelas orações e pela torcida constante para chegar ao fim deste caminho.

A meus padrinhos, Maria Neuza e José do Socorro, e aos meus primos, Maria Zélia, Jardel e Laudijane, e ao meu cunhado Reginaldo, pela força e torcida de sempre.

A minha amiga de tantos anos, Láine Pontes, pela força e torcida de sempre, que assim como tantos amigos, colaborou de forma significativa na minha vida, e principalmente nesta fase de curso na Universidade e produção deste trabalho.

Aos meus amigos do grupo de jovens JUSP por me ensinarem coisas que foram fundamentais para meu desempenho no curso, além de sua amizade e carinho, de modo especial, Rosilene Costa.

Ao meu primeiro mestre professor que me direcionaram neste trabalho, Samir Casseb, que foi o primeiro a me orientar, e a me ajudar significativamente, e que por ter

partido deste mundo, não pôde comigo continuar, mas deixou muitos ensinamentos que carregarei por toda a minha trajetória enquanto estudante e enquanto pessoa.

Ao meu segundo mestre orientador José Eduardo, por ter aceitado me orientar em um momento que me sentia perdida, sem direção na pesquisa, em função da partida do meu primeiro orientador. Por ter sido paciente, compreensivo e me ajudar a seguir com a pesquisa, dando sua valiosa colaboração.

Ao meu mestre Samuel, que é peça fundamental na continuação e conclusão desta pesquisa. Por sua enorme compreensão, paciência, e incentivo, sempre acreditando em mim e no potencial deste trabalho, mesmo quando na minha cabeça, muitas coisas ainda não faziam sentido. E ainda, por sua valiosíssima e significativa colaboração para fazer acontecer esta produção, que encontrou inúmeros obstáculos.

Ao meu grande amigo, Jerfeson Cardoso, por ser o principal responsável pelo meu ingresso na Universidade, e por me ajudar em vários momentos difíceis.

Ao meu grupo de amigos, chamado por nós de “Humildes” frutos da convivência na universidade, que com amizade, compreensão e apoio, me ajudaram durante toda a trajetória do curso.

Os meus amigos que me ajudaram com as entrevistas, Luciene, Eliene e Francisco Júnior, reservando parte do seu tempo para colaborarem com minha pesquisa.

Aos meus colegas de turma, pela parceria em muitos momentos dentro da Universidade, e aos mestres professores que passaram pela minha vida durante o curso, por colaborarem para a construção do conhecimento que conquistei.

“A não-violência absoluta é a ausência absoluta de danos provocados a todo ser vivo. A não-violência, na sua forma activa, é uma boa disposição para tudo o que vive. É o amor na sua perfeição.”

Mahatma Gandhi

RESUMO

O tema da violência tem se tornado cada vez mais recorrente na sociedade brasileira contemporânea, se manifestando de diversas formas no seio social. Entretanto, a principal e a mais presente forma de violência hoje é a criminalidade, que a cada ano no país tem uma elevação nos seus índices. Esta é uma realidade vivida pelos moradores do bairro Édson Lobão, mais conhecido como vilinha, campo de estudo deste trabalho. Assim, este estudo intentou-se analisar as representações sociais dos moradores do referido bairro acerca da violência e da criminalidade no mesmo. Para tanto, utilizou-se dos métodos qualitativos e quantitativos, importante no estudo de representações. Em relação aos procedimentos utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de campo. Já os instrumentos de coleta de dados consistiram em entrevistas do tipo semiestruturada, tida como melhor forma de acesso das representações, e ainda aplicação de questionários fechados. Essa proposta de pesquisa tem como base teórica a Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici, mas outros estudos foram de suma importância neste trabalho, bem como o de Giddens (2005) e o de Michaud (1989), além de outros que também colaboram de maneira significativa nesta pesquisa. Desta feita, os resultados indicam que as representações sociais elaboradas pelos moradores do bairro em estudo se apoiam no campo do senso comum, sendo o pensamento dos entrevistados muito semelhantes, além de manterem relações com outros elementos que o tema da violência e da criminalidade no bairro engloba.

Palavras-Chaves: Comunidade. Representações Sociais. Violência. Criminalidade

ABSTRACT

The theme of violence has become increasingly recurrent in contemporary Brazilian society, manifesting itself in various forms in the social bosom. However, the main and most present form of violence today is criminality, which every year in the country has an elevation in its indices. This is a reality lived by the residents of the neighborhood Édson Lobão, better known as Vilinha, the field of study of this work. Thus, this study was intended to analyze the social representations of the residents of the aforementioned neighborhood about violence and criminality in the same. To this end, the qualitative and quantitative methods, which were important in the study of representations, were utilized. In relation to the procedures, bibliographic and field research were used. The data collection instruments will be semi-structured interviews, considered as the best way to access the representations, and also the application of closed questionnaires. This research proposal is based on the theory of social Representations (TRS) of Moscovici, but other studies were of paramount importance in this work, as well as that of Giddens (2005) and Michaud (1989), besides others who also collaborate in a way Significant in this research. Thus, the results indicate that the social representations elaborated by the residents of the neighborhood in the study are supported in the field of common sense, being the thought of the interviewees very similar, besides maintaining relations with other elements that the theme of Violence and crime in the neighbourhood encompasses.

Keywords: Community. Social Representations. Violence. Crime

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	17
1.1 SERGE MOSCOVICI E O FENÔMENO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS.....	17
1.2 VULNERABILIDADE SOCIAL.....	25
1.2.1 Vulnerabilidade Social: algumas considerações sobre o conceito.....	25
1.2.2 Vulnerabilidade social, do lugar e da população.....	29
1.3 METODOLOGIA.....	34.
1.3.1 Lócus da pesquisa.....	37
1.3.2 Sujeitos da pesquisa.....	37
2. SER HUMANO: PRODUTOR DE VIOLÊNCIA INATO?.....	38
2.1 VIOLÊNCIA <i>VERSUS</i> CRIMINALIDADE.....	50
2.2 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: O CASO DO BRASIL E DO MARANHÃO.....	56
2.3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE.....	70
3. RESULTADOS E DISCUSSÕES.....	74
3.1. BAIRRO EDSON LOBÃO-VILINHA: BREVE HISTÓRICO DE FORMAÇÃO.....	74
3.2 DOS DADOS OBTIDOS NA ÁREA TOTAL DO BAIRRO.....	78
3.3 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: DADOS COMPARATIVOS POR ZONA.....	100
3.4 REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE NO BAIRRO EDSON LOBÃO-VILINHA: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES.....	116
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	122
REFERÊNCIAS.....	126

Lista de quadros

Quadro 1: Dimensões e ativos segundo o IVS.....	25
Quadro 2: Brasil: Indicadores, subíndices e IVS entre 200 e 2010.....	32
Quadro 3: Teorias utilizadas para a formulação da discussão sobre o natismo ou inatismo da violência.....	49
Quadro 4: Resumo das Várias Abordagens Teóricas sobre as Causas da Criminalidade.....	49
Quadro 5: Brasil População urbana e rural entre 1940 e 1991.....	59
Quadro 6: Brasil: Homicídios ocorridos entre 2005-2015, 2006-2016 e 2007-2017.....	63
Quadro 7: Denúncias de crimes de LGBTs entre 2011 e 2017.....	65
Quadro 8: Coeficiente de capa para itens 7 & 8-Zona 1.....	109
Quadro 9: Coeficiente de Kappa para itens 9 & 10-Zona 1.....	109
Quadro 10: Coeficiente de Kappa para itens 11 & 12-Zona 1.....	110
Quadro 11: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 14-Zona 1.....	110
Quadro 12: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 8-Zona 2.....	111
Quadro 13: Coeficiente de Kappa para itens 9 & 10-Zona 2.....	111
Quadro 14: Coeficiente de Kappa para itens 11 & 12-Zona 2.....	112
Quadro 15: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 14-Zona 2.....	112
Quadro 16: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 8-Zona 3.....	113
Quadro 17: Coeficiente de Kappa para os itens 9 & 10-Zona 3.....	113
Quadro 18: Coeficiente de Kappa para itens 11 & 12-Zona 3.....	114
Quadro 19: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 14-Zona3.....	114
Quadro 20: Representações Sociais de elementos constituintes do quadro representacional de violência e criminalidade no bairro.....	116

Lista de tabelas

Tabela 1: Maiores massacres em presídios.....	62
Tabela 2: Principais chacinas ocorridas fora dos presídios brasileiros.....	62

Lista de figuras

Figura 1: Recorte Espacial da área estudada.....	74
Gráfico 2: Idade.....	79
Gráfico 3: Escolaridade.....	79
Gráfico 4: Sexo.....	80
Gráfico 5: Período que reside no bairro.....	80
Gráfico 6: Motivação a morar no bairro.....	81
Gráfico 7: Tipo de crime que mais ocorre no Bairro.....	81
Gráfico 8: O bairro é violento?.....	82
Gráfico 9: Já presenciou algum caso de violência no bairro?.....	84
Gráfico 10: Você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática no bairro?.....	85
Gráfico 11: A presença dos Quartéis da Polícia e da Guarda Municipal intimida as ações criminosas e violentas no bairro?.....	88
Gráfico 12: O crime/violência têm relação com as drogas no Bairro?.....	89
Gráfico 13: Você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no bairro?.....	90
Gráfico 14: Agentes promotores de crime/violência influenciam no recrutamento de novos participantes?.....	92
Gráfico 15: A violência/criminalidade no bairro têm relação com a desigualdade social?.....	93
Gráfico 16: Perfil dos envolvidos com crime e violência no Bairro.....	95
Gráfico 17: Perfil das vítimas de crime e violência no Bairro.....	97
Gráfico 18: Distribuição etária da amostra por zona.....	100
Gráfico 19: Escolaridade da população da amostra por zona.....	101
Gráfico 20: Sexo da amostra por zona.....	101
Gráfico 21: Tempo de residência da amostra por zona.....	102
Gráfico 22: Motivo de residência no local por zona.....	102
Gráfico 23: Percepção de crimes frequentes por zona.....	103
Gráfico 24: Percepção de violência local por zona.....	104
Gráfico 25: Percepção de ocorrência de violência no bairro por zona.....	104
Gráfico 26: Percepção de intervenção pública por zona.....	105
Gráfico 27: Percepção de segurança em função de policiamento por zona.....	105

Gráfico 28: Percepção de relação entre violência e tráfico de drogas por zona.....	106
Gráfico 29: Percepção da influência de criminosos no recrutamento de pessoas por zona.....	106
Gráfico 30: Percepção da relação entre desigualdade social e criminalidade por zona.....	107
Gráfico 31: Percepção do perfil criminal por zona.....	107
Gráfico 32: Perfil das vítimas de violência por zona.....	108

INTRODUÇÃO

A sociedade contemporânea tem se tornado palco das diversas manifestações do fenômeno da violência, que se apresenta por meio de diferentes formas, sendo a criminalidade a mais comum e mais frequente. Este fenômeno social tem colocado à sociedade atual em um estado de caos, gerando conflitos, guerras, e levando a muitas perdas humanas.

A violência se tornou, nos últimos anos, uma problemática com raízes muito profundas, se transformando em tema de discussões entre os estudiosos, que procuram uma explicação para sua origem e uma maneira capaz de compreendê-la em sua complexidade, haja vista que está ligada ao mesmo tempo a várias questões como, sociais e psicológicas.

No Brasil, a realidade é extremamente preocupante, pois a cada ano, como demonstram os Atlas da Violência do Ipea dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019, os números de violência criminal vêm crescendo, o que causa nos brasileiros um sentimento de terror e de insegurança. Todos os dias nos telejornais do país vê-se que a violência e a criminalidade está cada vez mais inserida no cotidiano da população, principalmente nas cidades grandes, como o Rio de Janeiro.

Entretanto, já não se está em um tempo em que as pequenas cidades do Brasil eram praticamente livres da presença da violência e do crime, o qual as pessoas viviam de forma mais tranquila e sem medo. Assim, podemos citar a cidade de Grajaú-MA, uma cidade interiorana onde a violência e a criminalidade se têm feito presente na vida das pessoas, principalmente daquelas que residem em bairros às margens da cidade, como é o caso do Bairro Édson Lobão-Vilinha.

O referido bairro, desde sua formação, tem sofrido com os recorrentes acontecimentos de violência e de crime, o que leva os moradores a se sentirem inseguros e a desenvolverem reações voltadas para autoproteção, bem como se trancando em suas casas, não saindo à noite, entre outras.

Desta maneira, ao conviverem constantemente com esta presença, criam opiniões, pensamentos e ideias acerca da problemática da violência e da criminalidade no bairro Édson Lobão-Vilinha. Tais ideias, pensamentos e opiniões acerca deste problema constroem aquilo que Serge Moscovici chamou de Representações Sociais (RS).

A Teoria das Representações Sociais (TRS) de Moscovici serviram e servem como base teórica e epistemológica para muitos estudos, colaborando com eles de forma

significativa. Assim também, a presente pesquisa se utiliza da referida teoria, pois entende-se que ela tem muito o que colaborar para alcançar aquilo que se propõe.

Diante disso, o presente estudo busca analisar as representações sociais dos moradores do bairro Édson Lobão-Vilha acerca da violência e da criminalidade, presentes no mesmo. Para tanto, usou-se de uma abordagem plurimetodológica, sendo quantitativa. Utilizou-se de pesquisa bibliográfica e de campo, e como métodos de coletas de dados, optou-se por entrevistas de tipo semiestruturada, sendo a mais simples forma de acesso às representações sociais, conforme escreve Spink (1995), e ainda questionários fechados.

Desta feita, a escolha por este tema nasce de uma inquietação pessoal em decorrência da vivência no bairro Édson Lobão-Vilha, onde presenciamos com frequência crimes envolvendo violência, que na maioria das vezes tem jovens, adolescentes e crianças por vítimas e algozes.

Assim, torna-se importante tratar acerca da violência e da criminalidade no referido bairro, buscando analisar como seus moradores a representam, pois estas são problemáticas muito presentes na localidade, e por isso, têm gerado na comunidade do bairro pensamentos, ideias, opiniões acerca destas problemáticas.

Ademais, a discussão acerca deste fenômeno social pode oferecer um conhecimento mais aprofundado e esclarecido do tema, oportunizando possíveis iniciativas de prevenção e/ou diminuição do crescente índice de crimes no município, além de possibilitar a produção de novos estudos mais aprofundados.

Para compreensão deste estudo, o dividimos em três capítulos, ambos visando alcançar objetivos específicos e assim, chegar ao objeto geral, apresentado acima.

No primeiro capítulo buscaremos apresentar e discutir a Teoria das Representações inaugurada por Moscovici, baseada na teoria das representações coletivas de Durkheim. Assim, destaca algumas diferenciações entre o pensamento destes dois autores, apontando as novidades trazidas pela nova teoria representacional de Moscovici. Para tanto, além do criador da TRS, usaremos alguns autores importantes quando se trata de Representações, bem como, Celso de Sá (1985), Denise Jodelet (2001) e Sandra Jovchelovitch (2004), ambos importantíssimos para a discussão deste capítulo.

Ademais, trataremos acerca da questão da vulnerabilidade social, primeiramente de forma conceitual, a partir do Atlas do Índice de Vulnerabilidade Social

(IVS)¹ dos Municípios Brasileiros (Ipea, 2015) desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - IPEA², mas também foi utilizado o pensamento de Robert Castel (1997) e (1998).

Posteriormente, discutimos sobre a condição de vulnerabilidade social do lugar e da população, tendo diferentes fatores que denominam um lugar e uma população como vulneráveis. E para finalizar o capítulo, apresentaremos uma seção dedicada à metodologia desta pesquisa, bem como o lócus da pesquisa e os seus sujeitos.

O segundo capítulo visa fazer uma discussão antropológica sobre o homem ser ou não produtor inato de violência. Para tanto, utilizaremos alguns autores como Laraia(2011), Chevalier (1999), Rousseau (2002) Além disso, apresentaremos algumas teorias de Cerqueira e Lobão (2004), para a origem da criminalidade.

Em seguida, fazemos uma discussão sobre a violência e a criminalidade, destacando a diferença entre as duas à luz do pensamento de Michaud (1985) e Giddens (2005). Discutiremos suas presenças e manifestações no Brasil e no maranhão. Traremos alguns números de homicídios ocorrentes no país e no estado maranhense, baseados em dados do Atlas da Violência do Ipea dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Além destes referenciais, utilizaremos como embasamento teórico, Minayo (2006) e Milton Santos (1993), entre outros.

Para finalizar este capítulo, discutimos as implicações da Teoria das Representações Sociais de Moscovici para o presente estudo, apontando-a como relevante para a construção deste estudo. Assim, apontaremos algumas pesquisas feitas em outras áreas tendo esta teoria como base.

O terceiro capítulo é dedicado à exposição dos resultados da presente pesquisa. Primeiro, apresentaremos um breve histórico de formação do bairro Édson Lobão-Vilha, seguido pela apresentação e discussão dos dados referente ao bairro em sua totalidade. Em seguida, apresentaremos os dados obtidos das três zonas do bairro de forma separada, enfatizando as distinções e semelhanças na maneira em que os moradores de cada área pensam e representam a violência e a criminalidade no bairro,

¹O IVS é um programa de pesquisa que oferece uma visão de microespaços a partir de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano (AHD) do Brasil, com o objetivo de identificar territórios brasileiros que possuem indicativos de exclusão e de situação de vulnerabilidade social, possibilitando assim o desenvolvimento de políticas públicas pelos gestores municipais, estaduais e federais direcionadas a estes indicativos.

² Se trata de uma fundação que se vincula ao Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão, que visa oferecer um suporte às ações do governo para formular ou reformular políticas e programas capazes de colaborar com o desenvolvimento do Brasil

além da força de concordância entre variáveis, que também será exposta de modo a separar essas três zonas.

Apresentaremos também as representações sociais dos moradores do bairro acerca da violência e da criminalidade presentes no mesmo. Primeiramente será exposto um quadro contendo alguns elementos que compõem tais representações e o modo como são vistos pelos moradores, sendo que em seguida buscaremos analisar de forma geral a maneira como a comunidade do bairro representa a violência e a criminalidade presentes nele.

E por últimos serão expostas as considerações finais deste trabalho. Desta feita, a organização e divisão deste estudo são importantes para a compreensão acerca daquilo que se propõem com esta pesquisa, isto é, o tema da violência e da criminalidade e as representações sociais construídas pelos moradores do bairro Édson Lobão-Vilinha acerca destas duas problemáticas, presentes no referido bairro.

1. REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

1.1 SERGE MOSCOVICI E O FENÔMENO DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

Serge Moscovici, em sua obra “La psychanalyse: son image et son public”, publicada em 1961 na França e com edição traduzida para o português no Brasil em 2012 com o título “A psicanálise, sua imagem e seu público”, dá nova forma ao estudo das Representações Sociais (RS) com sua abordagem sociopsicológica, expandindo e ressignificando o leque da ideia de representações sociais tratada por Durkheim, que elaborou uma teoria das representações coletivas.

Assim, é importante destacar que “o termo *representações Sociais* designa tanto um conjunto de fenômenos quanto o conceito que os engloba e a teoria construída para explicá-los, identificando um vasto campo de estudos psicossociológicos. [...]” (SÁ, 1995, p.19)

Muitos foram os autores que escreveram sobre as representações sociais a partir do pensamento construído por Moscovici, colaborando significativamente para sua consolidação e expansão. Entre eles, podemos destacar Denise Jodelet, Sandra Jovchelovitch, Celso de Sá, Mary Jane Paris Spink, entre outros. Estes serão colocados aqui para corroborar com a discussão, tendo em vista que são autores relevantes para o estudo das representações sociais, e que construíram seus estudos a partir do pensamento moscoviciano. Vale destacar que Denise Jodelet tem sido considerada a continuadora e divulgadora da Teoria das Representações Sociais (doravante, TRS) em Moscovici, destacando sua pertinência na contemporaneidade, especialmente na psicologia social.

Para a construção da sua TRS, conforme Sá (1995) Moscovici buscou base conceitual em Durkheim, que vale salientar que se trata de uma tradição sociológica bastante oposta à sua. Assim, Moscovici admite que o conceito de representações chegou à psicologia social por Durkheim. Entre as teorias de representações dos dois autores, existem muitas diferenciações. De início pode-se apresentar a que se refere à união da psicologia e a sociologia nos estudos dos fenômenos sociais. Durkheim explicita que “[...] sempre que um fenômeno social é diretamente explicado por um fenômeno psicológico, podemos estar seguros que a explicação é falsa [...]” (DURKHEIM, 1895/1982 APUD MOSCOVICI, 2012. P. 12) Outros sociólogos compartilhavam dessa ideia juntamente com Durkheim. Entretanto, Moscovici aponta a importância da inclusão

de conceitos psicológicos nos estudos sociológicos para que os fenômenos sociais se tornem inteligíveis.

Nesse sentido, antes de tratar acerca da Teoria das Representações em Moscovici, faz-se importante discorrer primeiramente sobre essa mesma teoria, mas em Durkheim, o que torna mais fácil a compreensão do pensamento de Moscovici, tendo em vista que este veio dar nova forma ao estudo das representações, resgatando e reformulando o pensamento de Durkheim.

Durkheim foi o primeiro sociólogo clássico a trabalhar de maneira clara o conceito de representações, e constrói sua teoria das representações coletivas a partir do que ele define como objeto de estudo da sociologia, que é o fato social, entendido por Durkheim (1983) como os meios sociais que determinam as formas de agir, sentir e pensar dos indivíduos, caracterizado pela coercitividade, entendida como a força exercida sobre os indivíduos para que se enquadrem e aceitem as regras; exterioridade, pois atua sobre os indivíduos independente de suas vontades; generalidade, uma vez que está presente em todo o meio social.

Assim, Representações Coletivas para Durkheim (1983, p. 216)

[...] São o produto de uma imensa cooperação que se estende não apenas no espaço, mas no tempo; para fazê-las, uma multidão de espíritos diversos associaram, misturaram, combinaram suas ideias e sentimentos; longas séries de gerações acumularam aqui sua experiência e seu saber. [...]

O conceito de Representação Coletiva de Durkheim se apoia na pesquisa empírica presente na sua obra *As formas elementares da vida religiosa* (1912/1978), onde ele buscou estudar as religiões do sistema totêmico da Austrália, que são bem simples e de povos primitivos. Para ele, conforme Sá (1995) as “formas elementares” que foram encontradas nas representações religiosas destes povos estariam presentes como fundamento em religiões mais organizadas.

Durkheim entende representações coletivas como uma expressão dos fatos sociais, traduzindo como os grupos da sociedade pensam nas relações com aquele objeto que o afetam, isto é, elas determinam como as pessoas devem se comportar, pensar e agir. Assim, as representações só podem ocorrer através da coletividade e para ela, de modo que as representações individuais não têm relevância.

[...] o esforço para estabelecer a sociologia como uma ciência autônoma levou Durkheim a defender uma separação radical entre representações individuais e

coletivas e a sugerir que as primeiras deveriam ser do campo da psicologia, enquanto as últimas formariam o objeto da sociologia. (MOSCOVICI, 2012. P. 13)

Essa pouca importância dada à individualidade por Durkheim é explicada porque as representações individuais estão presentes no campo da psicologia, e as representações coletivas estão inseridas do campo da sociologia consideradas por ele como uma ciência autônoma que não precisa da psicologia para explicar seus fenômenos, para que não corresse nenhum risco de haver confusão entre as duas.

As representações sociais, de acordo com a visão clássica, eram tidas apenas como uma forma de explicar os fenômenos sociais, deixando limitado o campo de análise dessas representações em si mesma, bem como seus mecanismos internos, sua estrutura e seu funcionamento, e isso, é pouco explorado por Durkheim.

Desta feita, como escreve Sá (1995) o pensamento de representações coletivas construído por Durkheim poderia ser suficiente para a sua época, uma vez que se tratava de uma sociedade mais simples. Entretanto, a sociedade em que Moscovici formula sua teoria possui fenômenos representacionais novos, frutos de uma sociedade mais complexa, necessitando assim, de outros conceitos para abarcá-los.

É nesse sentido, portanto, que Moscovici faz diferente em sua teoria, procurando romper com essa visão tradicional, focando nesses novos fenômenos representacionais, buscando explicá-los. Além disso, preocupou-se com a parte interna das representações: como funcionam, como se formam, como se modificam, como se difundem dentro da sociedade, e quem as dissemina, diferente de Durkheim, que negligencia, de certo modo, esses aspectos tão relevantes e necessários nos estudos sobre representações.

Desse modo, Moscovici constrói a TRS, tratando-as como um fenômeno psicossocial, uma vez que ele usa tanto o campo da psicologia quanto o campo da sociologia para entendê-las. Moscovici, em seu livro *Representações Sociais: investigação em psicologia social* nos traz uma definição para esse fenômeno:

As Representações Sociais são entidades quase tangíveis. Elas circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, através duma palavra, dum gesto, ou duma reunião, em nosso mundo cotidiano. Elas impregnam a maioria de nossas relações estabelecidas, os objetos que nós produzimos ou consumimos e as comunicações que estabelecemos. (MOSCOVICI, 2012, p. 10)

Essas representações, de acordo com o pensamento do autor supracitado são difundidas no meio social continuamente, por meio da comunicação, da interação dos indivíduos, na vida cotidiana da sociedade. “[...] Elas circulam nos discursos, são trazidas e vinculadas em mensagens e imagens midiáticas, cristalizadas em condutas e em organizações materiais e espaciais. [...]” (JODELET, 2001, p. 17-18)

Jodelet (2001, p. 8) ainda, reforça a ideia de que as representações sociais são construídas pela sociedade e nela disseminadas, afirmando que “[...] as representação social é uma forma de conhecimento socialmente elaborada e compartilhada, que tem um objetivo prático e concorre para a construção de uma realidade comum a um conjunto social. [...]” Do mesmo modo, Moscovici compreende as representações sociais como uma forma de conhecimento, vendo-as como uma modalidade específica de conhecimento, já que objetiva, com sua teoria, constituir uma psicossociologia do conhecimento.

Desse modo, as representações sociais são adquiridas e construídas simultaneamente pelo indivíduo, de modo que esse seu universo interno e externo se complementa, uma vez que elas funcionam como uma ponte entre o mundo individual e o mundo social. Nesse sentido, é correto dizer que as representações não surgem do nada, elas acontecem, se constituem em um mundo onde há representações já existentes.

Elas se transformam constantemente ao longo do tempo, sendo assim, produto de um dado contexto histórico e social, podendo, portanto, ser relidas e reinventadas de formas distintas. Esse tempo histórico não fornece a elas uma imutabilidade e uma estabilidade, mas permite que se alternem quando já não são mais adequadas. As representações sociais em Moscovici possuem um caráter dinâmico.

Além disso, as variadas e diversas ideais da coletividade no meio social moderno refletem a não homogeneidade social, gerando uma heterogeneidade de representações. (MOSCOVICI, 2012) Isso implica dizer que não existe somente uma representação percorrendo na sociedade, compartilhada pela coletividade, mas uma variedade delas, uma vez que podem ser diferentes umas das outras, não significando que uma deixa de existir quando outra emerge. Eis o porquê de Moscovici preferir o termo “social” em vez de “coletivo”.

Dessa forma, é possível que haja simultaneamente uma variedade de representações circulando na sociedade. Moscovici (2012) confirma isso, dizendo que:

[...] As representações são entidades sociais, com uma vida própria, comunicando-se entre elas, opondo-se mutuamente e mudando em harmonia com o curso da vida; esvaindo-se, apenas para emergir sob novas aparências. Geralmente, em civilizações tão divididas e mutáveis como a nossa, elas coexistem, circulam através de várias esferas de atividade, onde uma delas terá precedência, como resposta à nossa necessidade de certa coerência, quando nos referimos a pessoas ou coisas [...]. (MOSCOVICI, 2012, p. 38)

Na teoria de Moscovici, o conflito é algo importantíssimo, já em Durkheim ele é ignorado, tendo em vista sua constante preocupação com a coesão social, pois é o conflito, em Moscovici, que, em certa medida explica o porquê do dinamismo e da imutabilidade das representações de cada momento histórico, e que torna sua análise livre de qualquer interpretação que faça da vida individual e social imóvel. Nesse sentido é que Moscovici (2012) afirma, ao falar de representações de uma cultura, que nos pontos de tensão dela é que há o surgimento de novas representações.

Essas representações são construídas pelas sociedades para remeter-se a uma realidade, na qual o indivíduo é compreendido dentro de uma tipologia dominante, havendo uma pressão coletiva para que esse indivíduo tenha comportamentos que correspondam a categorias de representação admitidas socialmente.

Porém, antes de exigir que os indivíduos adequem seus comportamentos às representações sociais já existentes, elas são em Moscovici um alimento para o pensamento. Este é tido por um indivíduo ou por um grupo, que podem ser sobre si ou sobre os outros, que podem tanto formar suas representações particulares, quanto podem comunicá-las. Assim, é importante ressaltar que as representações sociais têm a comunicação como fator essencial em suas construções, pois se formam no dia a dia dos indivíduos, quando se relacionam uns com os outros.

Parece fora de dúvida que a mobilização de tais representações Sociais realmente aconteça, em todas as ocasiões e lugares onde as pessoas se encontram informalmente e se comunicam: no café da manhã, no almoço e no jantar; nas filas do ônibus, do banco e do supermercado; no trabalho, na escola e nas salas de espera; nos sagões, nos corredores, nas praças e nos bares; talvez, principalmente nos bares e nos botequins, em pé ou sentados, para um cafezinho, um *happy hour* ou uma noitada 'jogando conversa fora'. [...] (SÁ, 1985, p. 26)

Isso porque, por meio dessa comunicação, as representações *convencionavam* os objetos e as pessoas, isto é, colocam-nos em um formato que todos aceitem como normal. Como exemplifica Moscovici (2012, p. 34) “[...] passamos a afirmar que a terra é redonda, associamos comunismo com a cor vermelha, inflação como o decréscimo do valor do dinheiro [...]” Isso faz com que se saiba o que representa o quê.

Além disso, as representações também *prescrevem*, ou impõe sobre os indivíduos uma força irresistível, para que coisas e objetos se encaixem, ou se adequem ao paradigma existente, à determinada categoria, aceitos socialmente, tornando-se igual aos demais, para que não seja tido como estranho.

Dessa maneira, elas fornecem uma linguagem comum, possibilitando que os indivíduos se comunicam uns com os outros. Elas ainda se tornam uma realidade também comum, que se ramifica em universo consensual e universo reificado, espaço onde elas ocupam. Antigamente as representações ocupavam uma esfera sagrada, que deveria ser respeitada, longe das atividades humanas; a outra esfera era a profana, onde havia a presença das relações triviais e utilitaristas.

Conforme Moscovici (2012), o universo consensual é onde a vida cotidiana acontece, e as pessoas são iguais e livres para falar o que quiserem, ou seja, as representações se dão sem nenhuma regra formal.

No universo consensual, a sociedade é uma criação visível, contínua, permeada com sentido e finalidade, possuindo uma voz humana e agindo tanto como reagindo, como um ser humano. Em outras palavras, o ser humano é, aqui, a medida de todas as coisas [...] (MOSCOVICI, 2012, P. 49-50)

E continua, definido universo reificado, diferenciando-o do universo consensual, como aquele que:

[...] A sociedade é transformada em um sistema de entidades sólidas, básicas, invariáveis, que são indiferentes à individualidade e não possuem identidade. Essa sociedade ignora a si mesmo e as suas criações, que ela vê apenas como objetos isolados, tais como pessoas, ideias, ambientes e atividades. As várias ciências que estão interessadas em tais objetos podem, por assim dizer, impor sua autoridade no pensamento e na experiência de cada indivíduo e decidir, em cada caso particular o que é verdadeiro e o que não o é. Todas as coisas, quaisquer que sejam as circunstâncias, são aqui, a medida do ser humano. (MOSCOVICI, 2012, P.50)

Assim, o universo consensual é acessado pelas representações sociais, enquanto o acesso ao universo reificado se dá pela ciência. Aqui, parece que Moscovici faz uma suave crítica a um tipo de ciência que se coloca superior ao conhecimento produzido no cotidiano. No primeiro, por meio das representações, a consciência da coletividade ganha forma e são restauradas, tornando as coisas e os acontecimentos acessíveis a todos. O segundo é o que faz dos indivíduos submissos e imparciais aos acontecimentos e objetos.

Os dois universos influenciam um ao outro, entretanto, universo consensual, onde as representações se fazem presente, possuem uma primazia sobre o mundo reificado (ciência), resultante das representações já existente, ou é moldado por elas. Este pode oferecer vários conhecimentos e saberes que podem ser incorporados de forma criativa nas representações existentes, construindo formas de se pensar e se categorizar os fenômenos sociais.

As representações sociais em Moscovici apresentam a função de tornar familiar algo não familiar, isto é, para que haja representação, é necessário o indivíduo primeiro conhecer, ou ter uma relação de familiaridade com um determinado objeto ou sujeito. Mas como isso acontece, ou como as representações são geradas? Isso se dá por meio de dois processos: ancoragem e objetivação.

Nesse sentido, as representações se elaboram pela ancoragem, onde o indivíduo atribui valores aos objetos das relações sociais. Reduz o que é estranho a categorias e a imagens comuns ou familiares. Nas palavras de Moscovici, ancorar “[...] é um processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com paradigma de uma categoria que nós pensamos ser apropriadas [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 61)

Assim, a ancoragem se dá pela classificação, que Moscovici compreende como aquilo que é colocado dentro de um conjunto de comportamentos e regras que ditam o que é ou não permitido pela sociedade em relação a essa classe. Por exemplo, quando alguém é classificada como religiosa, logo ela se encaixa em uma série de características já estabelecidas socialmente, que a define como tal; e pela categorização de um objeto estranho, desconhecido, dando a ele características de algo conhecido, fazendo assim, uma ligação entre o conhecido e o desconhecido. Em outras palavras, é relacionar o não familiar, seja objeto ou pessoa, a um modelo ou categoria que já existe na memória, estabelecendo uma relação com ele.

Já a objetivação tem o papel de objetivar a ancoragem, ou seja, um objeto, que é abstrato, é trazido pelo indivíduo para o concreto. Ela “une a ideia de não familiaridade com a realidade [...]. Objetivar é descobrir a qualidade icônica de uma ideia, ou ser impreciso; é reproduzir um conceito em uma imagem [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 71). Portanto, os dois processos citados (objetivação e ancoragem), têm o papel de tornar familiar àquilo que é desconhecido, transferindo-o para o mundo real, palpável.

É de experiências unidas às memórias triviais que são extraídos aquilo que é necessário para superar o desconhecido, bem como gestos, imagens e linguagens. Esses

dois processos que foram citados acima são formas de lidar com a memória dinamicamente, que é, pela primeira mantida em movimento, e retirando e colocando coisas ou pessoas, classificando-as de acordo modelos já estabelecidos, e os nomeia. A segunda retira daí conceitos e imagens, que são exteriorizados, e, juntos fazem daquilo que não era familiar algo familiar e conhecido.

Nesse sentido, pode-se trazer o pensamento de Jovchelovitch (2004), ao dizer que os sujeitos não podem conhecer e se relacionarem diretamente com o mundo, que se refere a tudo que é para eles, bem como os saberes por eles acumulados, os objetos físicos, os artefatos culturais, e até mesmo o Eu e o Outro, denominado por ela de *objeto-mundo*, a partir do que Piaget (1969, 1975, 1977) e Winnicott (1971, 1988) desenvolveram. Assim, o *objeto-mundo* só pode ser conhecido pelos sujeitos se estes se derem o trabalho de representá-lo.

Assim, conforme a autora supracitada a representação aparece como mediadora entre o sujeito-outro, sujeito-objeto, sendo estruturada por meio do trabalho comunicativo que faz uma ponte ligando sujeitos a outros sujeitos e ao objeto-mundo. Para fortalecer esse caráter mediador das representações, ela apresenta-a como polivalente, uma vez que podem ser construídas tanto de forma histórica, epistemológica, ontológica, cultural, quanto social e psicológica, como Moscovici a compreende, como algo psicossocial. Assim, tal processo de construção representacional é

[...] ontológico na medida em que tem um papel constitutivo na emergência do sujeito humano como um ser que representa a si mesmo e, portanto possui uma identidade. É epistemológico na medida em que permite o (re)conhecimento: o saber sobre o objeto – tanto o Eu como um objeto para si mesmo como o objeto-mundo. Ele é um processo psicológico na medida em que se estrutura e se manifesta como processo psíquico suscetível aos estratégias da paixão, da ilusão e do desejo. É um processo social porque o intersubjetivo é sua condição de possibilidade e sua matéria advém da inteligibilidade da história e da cultura. [...] (JOVCHELOVITCH, 2004, p. 23)

Assim, é importante reforçar que em todas essas dimensões apresentadas pela autora citada à cima, a comunicação e a interação, que são estabelecidas pelos sujeitos, se fazem significativamente importante, pois como diz Moscovici, é por meio delas que as representações são construídas.

1.2 VULNERABILIDADE SOCIAL

1.2.1 Vulnerabilidade Social: algumas considerações sobre o conceito

O tema da vulnerabilidade social vem sendo nos últimos anos colocado em pauta pelos estudiosos principalmente por ter-se visto as limitações contidas nos estudos sobre pobreza, pois não deram conta de explicar as raízes desse problema, haja vista sua complexidade. Esses enfoques baseavam-se apenas em indicadores delimitadores da insatisfação das necessidades básicas, negligenciando outros fatores ligados ao fenômeno da pobreza. De acordo com o IVS (Ipea, 2018, p.10) “[...] A categoria pobreza, sem estar devidamente qualificada, é limitada para expressar as complexas situações de mal-estar social a que estão sujeitas diversas populações, mundo afora [...]”.

Com isso a discussão acerca de vulnerabilidade social surgiu com o objetivo de integrar esses fatores, para uma abordagem completa tanto da pobreza, como também de várias outras modalidades e desvantagens presentes na sociedade.

Nesta seção, busca-se apresentar um conceito para vulnerabilidade social, e discutir sobre ele e sobre algumas questões relacionadas a ele. Nesse sentido, apresentaremos esse conceito a partir do Atlas do Índice de Vulnerabilidade Social - IVS dos Municípios Brasileiros (Ipea, 2015), também a partir do pensamento de Castel (1997) em *A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”*.

A definição de vulnerabilidade social do IVS (Ipea, 2015) está relacionada ao acesso, à ausência ou à insuficiência de ativos, que se inserem em três diferentes Dimensões. A seguir foi construído um quadro a partir de dados do IVS (Ipea, 2015) que expressa quais ativos o IVS se refere e em quais Dimensões eles se encaixam.

Quadro 1: Dimensões e ativos segundo o IVS

DIMENSÕES	ATIVOS
INFRA-ESTRUTURA URBANA	Serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda.
CAPITAL HUMANO	Saúde, educação, mortalidade infantil, da presença nos domicílios: crianças e jovens que não frequentam a escola; mães precoces e mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores; da ocorrência de baixa escolaridade entre os adultos do domicílio; e da presença de jovens que não trabalham e não estudam.

RENDA E TRABALHO	Desocupação de adultos; a ocupação informal de adultos pouco escolarizados; a dependência com relação à renda de pessoas idosas; a presença de trabalho infantil.
------------------	---

Fonte: IVS (Ipea, 2015), adaptado por Rodrigues (2019)

Robert Castel (1997) cria uma ideia sobre vulnerabilidade social. Ele compreende que vulnerabilidade está ligada à precariedade do trabalho e a fragilidade dos suportes relacionais. No fim desse duplo eixo, como o próprio autor apresenta, está a marginalização. Nesse sentido, ele apresenta três zonas sociais de inserção do indivíduo: zona integrada – indivíduos com trabalho estável e fortes relações; zona de vulnerabilidade – indivíduos com trabalho precário e fragilidade dos apoios relacionais; zona de marginalização ou desfiliação – indivíduos com ausência de trabalho e isolamento relacional.

Para o autor supracitado, o indivíduo pode transitar de uma zona para outra, como aquele que se insere na zona de vulnerabilidade pode cair na zona de marginalização ou desfiliação, sendo a primeira zona a alimentadora da segunda. Isso porque a zona de vulnerabilidade é caracterizada por uma enorme instabilidade, formada por indivíduos com situação de precariedade no trabalho e por frágil inserção relacional.

Diante das duas definições dadas para vulnerabilidade, pode-se perceber que elas se aproximam, pois Castel (1997) coloca a precariedade na inserção do mundo do trabalho como algo que condiciona a vulnerabilidade. Porém se separam no sentido de que o IVS (Ipea, 2015) não tem a pretensão de dar conta dos laços de proximidades, uma vez que não podem ser medidos a partir de dados estatísticos, e há outros fatores que são condicionantes para a vulnerabilidade, bem como, saneamento básico, saúde, educação, moradia, entre outros, enquanto Castel (1997) não evidencia isso.

Partindo dos pensamentos ou ideias de vulnerabilidade acima expostos, pode-se dizer que vulnerabilidade social está intimamente ligada a desigualdade social, quanto à desigualdade de oportunidade. Há grupos e indivíduos que vivem cheios de incertezas, instabilidades e inseguranças, principalmente no que se refere à educação, saúde, moradia, saneamento básico, cultura, lazer, trabalho, forte inserção relacional, entre outros, o que impede uma vivência digna e igual.

Desse modo, Castel em *As Metamorfoses da Questão Social* afirma que

[...] Aberta e em expansão, como aparentemente é o caso hoje, a zona de vulnerabilidade alimenta as turbulências que fragilizam as situações

conquistadas e desfazem os estatutos assegurados [...]. A vulnerabilidade é um vagalhão secular que marcou a condição popular com o selo da incerteza e, mais amiúde, com o do infortúnio (CASTEL, 1998, p. 27)

Conforme a PNAS/2004 foi trazido pela Constituição Federal Brasileira de 1988 uma nova concepção para a Assistência Social do Brasil, inserida do campo da seguridade Social regulamentada pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de 1993, que define em seu Artigo 1º que

A assistência social, direito do cidadão e dever do Estado, é Política de Seguridade Social não contributiva, que provê os mínimos sociais, realizada através de um conjunto integrado de ações de iniciativa pública e da sociedade, para garantir o atendimento às necessidades básicas. (BRASIL, 2004, P. 31)

Já que se mencionou a Assistência Social, se faz relevante evidenciar o que a Proteção Social deve garantir. Conforme a PNAS/2004, ela deve garantir uma segurança de sobrevivência (de rendimento e de autonomia), que se refere à seguridade de que todos tenham uma forma monetária de sobrevivência, bem como idosos, famílias numerosas, pessoas com deficiência, e outros; segurança de acolhida, que se configura como a essencial na política de Assistência Social, referente à provisão das necessidades humanas básicas, como alimentação, abrigo e vestuário; segurança de convívio ou vivência familiar, que visa a não aceitação de situações de reclusão e de perda das relações. “Nesse sentido, a Política Pública de Assistência Social marca sua especificidade no campo das políticas sociais, pois configura responsabilidades de Estado próprias a serem asseguradas aos cidadãos brasileiros.” (BRASIL, 1988, p. 32)

Porém, a realidade da sociedade contemporânea brasileira nos leva a crer que o Estado não cumpre com o seu dever, mesmo havendo leis que assegurem a toda a população direitos básicos, uma vez que é nítido a enorme desigualdade social, não porque o país não possui capital suficiente para que todos tenham o que é necessário para sua sobrevivência, que possibilite igualdade tanto de saúde, moradia, alimentação, saneamento básico, educação de qualidade, quanto de oportunidades. Assim, pode-se afirmar que os recursos são distribuídos de forma desigual e heterogênea à população, tendo em vista que uns utilizam serviços de qualidade, e outros utilizam serviços apenas, ou não utilizam de modo algum.

Dessa forma, são cidades, especialmente as grandes metrópoles, que são palco das várias manifestações de vulnerabilidade e de fatos que denotam desigualdade social e espacial. Nesses grandes centros urbanos, é muito clara a condição de segregação

espacial e econômica. Isso é corroborado por Carlos (2007), em *O lugar no/do mundo* quando afirma que o processo urbano se dá de maneira desigual, e que cidade criada reflete a hierarquia espacial, sendo resultado de uma hierarquia social, perceptível na paisagem urbana por meio da segregação espacial.

Nesse sentido, a autora apresenta a cidade de São Paulo, no sentido de ilustrar o que foi dito antes.

Pode-se constatar, na Grande São Paulo, um sério descompasso entre crescimento econômico, crescimento urbano, entre provimento de moradias e infraestrutura básica (bens de consumo coletivo) que estão na base do surgimento de muitos movimentos sociais urbanos que põem em cheque o modo como se dá o parcelamento do solo urbano a partir do direito que a sociedade confere à propriedade privada. Como consequência temos um processo de produção espacial onde a reprodução da vida, nem sempre apresenta as condições mínimas de subsistência, isto porque há ou inexistência ou deficiência de rede de água, esgoto, asfalto, escolas, hospitais ou mesmo iluminação e transportes. As favelas e os cortiços, por exemplo, com áreas ínfimas, onde se acotovelam famílias numerosas numa promiscuidade [...]. Assiste-se o aprofundamento da segregação espacial na maior metrópole da América do sul, onde em 1990 uma parcela significativa dos habitantes morava em cortiços ou favelas (o percentual passa de 11% em 1970 para 36% em 1980 e atingindo 3.000.000 de habitantes nos anos 90), sem ignorar aqueles que perambulam pelas ruas centrais da cidade e (que somam mais de 100.000, sendo que 32.000 só no centro da cidade) que só tem como alternativa de moradia os vãos livres de pontes, viadutos e marquises de prédios. [...]. (CARLOS, 2007, p. 38)

Os pobres são excluídos do acesso a condições mínimas de dignidade e cidadania. São, pela sociedade empurrados a locais marginais, e são obrigados por ela a viverem em favelas, cortiços, em situações muitas vezes subumanas, expostos a todo tipo de risco, como doenças, violência, fome e miséria. Desse modo, são também impossibilitados de conseguir uma melhoria de vida, pois não conseguem se inserir no seio social como cidadão, com trabalho, com direito a educação de qualidade, a oportunidades. Já os ricos têm acesso a tudo que o pobre não tem, e aos primeiros sobra tudo que falta ao segundo, desde a moradia adequada até oportunidades que garantem seu bem-estar.

Olhando para o que Carlos (2007) colocou sobre a grande São Paulo, o que de algum modo representa a realidade dos centros urbanos brasileiros, pode-se afirmar que são neles, principalmente, que as desigualdades sociais se apresentam com mais nitidez, estando elas associadas ao território e fazendo dele vulnerável, no qual há os piores indicadores sociais, e que os benefícios do Estado não chegam com qualidade, como por exemplo, as políticas públicas.

É importante ressaltar que o território não se configura a priori, ou em si mesmo como vulnerável, mas sim como um espaço onde há manifestações de vulnerabilidade, bem como deficiência de transporte, de renda, de escolaridade etc. Na verdade, ele é o lugar onde se concentram as impossibilidades de acesso e utilização dos ativos, como colocou o IVS (Ipea, 2015), importantes para uma vida humana digna.

As características de vulnerabilidade de uma determinada população, de um indivíduo e de um lugar relacionadas constituem um território vulnerável, ou seja, tais características incidem sobre o território configurando-o como tal. A vulnerabilidade assume um caráter de multidimensionalidade, pois não se restringe somente à pobreza, como já foi mencionando anteriormente, mas a várias outras dimensões, relacionadas ao indivíduo, à comunidade e ao lugar.

Assim é importante apresentar o que se entende aqui por território e por lugar, ambas importantes categorias geográficas. Território, de maneira geral é entendido como uma porção de terra que está sob um exercício de poder e dominação; lugar é onde se dá as relações humanas, estando relacionado a afetividade e ao sentimento de pertencimento.

Assim sendo, pode-se afirmar que o território é produzido por meio dessas relações, o que reafirma a ideia de que este não se configura enquanto vulnerável por si só, mas sim quando um indivíduo, uma população, que já possuem características de vulnerabilidade passam a atuar sobre ele.

1.2.2 Vulnerabilidade social, do lugar e da população

O Atlas do Índice de Vulnerabilidade Social (Ipea, 2015, p. 12) apresenta dezesseis indicadores que são estruturados em três dimensões, bem como “[...] infraestrutura urbana, capital humano e renda e trabalho, permitindo um mapeamento singular da exclusão e da vulnerabilidade social para os 5.565 municípios e para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) das principais regiões metropolitanas (RMs) do país.” A ausência ou a presença desses ativos podem determinar a condição de bem-estar das populações e dos lugares na atualidade.

A vulnerabilidade social é um tema muito complexo, necessitando de análises detalhadas, tendo em vista que é uma problemática muito profunda. Sendo assim, ela possui duas dimensões que facilitam essa tarefa. São elas: lugar e população. A vulnerabilidade do lugar é caracterizada pelos fatores relacionados ao ambiente. Em

outras palavras, o que configura um lugar como vulnerável é a ausência de fatores necessários e fundamentais para o desenvolvimento sadio dele e para a vivência digna dos que nele residem.

Partindo das dimensões apontadas pelo Índice da Vulnerabilidade Social (Ipea, 2015), podemos identificar alguns fatores que estão inseridos nesta categoria que o caracterizam enquanto vulnerável: ausência de saneamento básico de qualidade, abastecimento de água, pavimentação, iluminação pública, coleta de lixo, entre outros. Estes são, em meio a tantos outros fatores, indispensáveis para que um lugar seja dignamente habitado.

Nesse sentido, o IVS (Ipea, 2015, p. 13), ao tratar da dimensão de Infra Estrutura urbana, já explicitada na seção anterior, coloca em evidência os ativos que nela se inserem, e que podemos compreender como condições que colocam um lugar em situação de vulnerabilidade, no sentido em que já foi tratado.

O subíndice que contempla a vulnerabilidade de infraestrutura urbana procura refletir as condições de acesso aos serviços de saneamento básico e de mobilidade urbana, dois aspectos relacionados ao lugar de domicílio das pessoas e que impactam significativamente seu bem-estar. Tendo em vista as possibilidades e limites das informações coletadas pelos censos demográficos, foram escolhidos para compor este subíndice indicadores sobre a presença de redes de abastecimento de água, de serviços de esgotamento sanitário e coleta de lixo no território, bem como o indicador do tempo gasto no deslocamento entre a moradia e o local de trabalho pela população ocupada de baixa renda [...].

Já a vulnerabilidade da população é aquela relacionada a questões voltadas para o indivíduo e para a coletividade. São muitas as coisas extremamente necessárias e indispensáveis para a vida, e vida digna, as quais é responsabilidade do Estado e que, Conforme a PNAS/2004 é garantida pela Política de Assistência Social, que define como seus usuários família ou indivíduos inseridos precariamente ou não inseridos no mercado de trabalho; excluídos pela pobreza e/ou do acesso às demandas e políticas públicas; desvantagem pessoal em virtude de deficiência; identidades estigmatizadas em termos étnico, cultural e sexual; frágeis ou perda de vínculos relacionais e de pertencimento social, (BRASIL, 2004) além de saúde, educação, e outros aspectos, capazes de possibilitar uma vivência digna e mais igual.

A ausência ou a carência desses recursos colaboram significativamente para a exclusão dessa população ou desse indivíduo que se encontra sem o acesso, ou sem o acesso de qualidade a esses elementos, além disso, torna-se mais difícil uma oportunidade

de emprego, principalmente quando se trata da educação, pois o mercado de trabalho exige cada vez mais profissionais competentes e com maior qualificação.

A Política de Assistência Social, por meio da Proteção Social Básica oferece apoio a pessoas em situação de vulnerabilidade decorrente da pobreza, da privação, e/ou fragilização de vínculos afetivos, objetivando nesse sentido, conforme a PNAS/2004 uma prevenção de situações de riscos através de potencialidades e aquisições, e fortalecimento das relações ou vínculos familiares e comunitários. Esses serviços são realizados por meio do Centro de Referência da Assistência Social - CRAS³. Nesse sentido o CRAS trabalha com indivíduos e famílias em seu contexto comunitário, buscando orientá-los e favorecer o convívio social, comunitário e familiar.

Assim, o CRAS

[...] É responsável pela oferta do Programa de Atenção Integral às Famílias. Na proteção básica, o trabalho com famílias deve considerar novas referências para a compreensão dos diferentes arranjos familiares, superando o reconhecimento de um modelo único baseado na família nuclear, e partindo do suposto de que são funções básicas das famílias: prover a proteção e a socialização dos seus membros; constituir-se como referências morais, de vínculos afetivos e sociais; de identidade grupal, além de ser mediadora das relações dos seus membros com outras instituições sociais e com o Estado. (BRASIL, 2004, p.35)

Diante do exposto, é importante salientar que o quadro de vulnerabilidade tratado se faz mais presente e com mais intensidade nas áreas urbanas, as quais não tiveram seus territórios constituídos a partir de uma boa base estrutural, não atendendo as necessidades nem dos lugares, que se formam com o crescimento populacional urbano, e nem dessa população, que em sua maioria passa a ocupar locais marginais da sociedade.

Antes da finalização desta seção, se faz relevante apresentar um quadro, baseado no IVS (Ipea, 2015) com dados demonstrativos das variações do IVS de Infraestrutura Urbana, Capital Humano e Renda e Trabalho, no Brasil entre os anos 2000 e 2010.

³ [...] É uma unidade pública estatal de base territorial, localizado em áreas de vulnerabilidade social, que abrange um total de até 1.000 famílias/ano. Executa serviços de proteção social básica, organiza e coordena a rede de serviços socioassistenciais locais da política de assistência social. (BRASIL, 2004, P. 35)

Quadro 2: Brasil: Indicadores, subíndices e IVS entre 2000 e 2010

Período	2000	2010
Brasil	0,446	0,326
IVS Infra-Estrutura Urbana		
Percentual de pessoas em domicílios com abastecimento de água e esgotamento sanitário inadequados	8,91	6,12
Percentual da população que vive em domicílios urbanos sem serviço de coleta de lixo	8,88	2,98
Percentual de pessoas que vivem em domicílios com renda per capita inferior a meio salário mínimo e que gastam mais de uma hora até o trabalho no total de pessoas ocupadas, vulneráveis e que retornam diariamente do trabalho	10,33	10,33
IVS Capital Humano		
Mortalidade até 1 ano de idade	30,57	16,7
Percentual de crianças de 0 a 5 anos que não freqüentam a escola	76,21	56,85
Percentual de pessoas de 6 a 14 anos que não frequentam a escol	6,89	3,31
Percentual de mulheres de 10 a 17 anos de idade que tiveram filhos	3,51	2,89
Percentual de mães chefes de família, sem fundamental completo e com pelo menos um filho menor de 15 anos de idade, no total de mães chefes de família	14,66	17,23
Taxa de analfabetismo da população de 15 anos ou mais de idade	13,63	9,61
Percentual de crianças que vivem em domicílios em que nenhum dos moradores tem o ensino fundamental completo	49,86	30,39
Percentual de pessoas de 15 a 24 anos que não estudam, não trabalham e possuem renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010), na população total dessa faixa etária	15,4	11,61
IVS Renda e Trabalho		
Proporção de pessoas com renda domiciliar per capita igual ou inferior a meio salário mínimo (2010)	48,39	32,56
Taxa de desocupação da população de 18 anos ou mais de idade	13,82	7,29
Percentual de pessoas de 18 anos ou mais sem fundamental completo e em ocupação informal	48,71	35,24
Percentual de pessoas em domicílios com renda <i>per capita</i> inferior a meio salário mínimo (de 2010) e dependentes de idosos	3,41	2,42
Taxa de atividade das pessoas de 10 a 14 anos de idade	9,28	7,53

Fonte: IVS (Ipea, 2015)

Conforme o IVS (Ipea, 2015) o índice de Vulnerabilidade Social varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1 maior a vulnerabilidade social. Assim, divide-se a vulnerabilidade social em: muito baixa (entre 0 e 0,200); baixa (entre 0,201 e 0,300); média (entre 0,301 e 0,400); alta (entre 0,401 e 0,500), e por fim, muito alta (entre 0,501 e 1). Nesse sentido, o Brasil entre 2000 e 2010, que conforme o IVS (Ipea, 2018) teve seu IVS reduzido de 0,446 para 0,326, equivalente a uma queda de 26,9%, se insere em uma situação de Média vulnerabilidade.

Partindo disso, e do que foi exposto na tabela acima, os IVS Renda e trabalho foi a que mais diminuiu entre 2000 e 2010, com queda de 36% (reduzido de 0,485 para 0,320); o IVS Capital Humano foi reduzido de 0,503 para 0,362, o que equivale uma evolução de 28%. Em contrapartida, o IVS de Infraestrutura Urbana foi o que sofreu menor redução (caindo de 0,321 para 0,295), equivalente a 16% apenas. E isso se explica em parte, “[...] pelo fato de o indicador que mede o tempo de deslocamento entre casa e trabalho estar disponível apenas para o ano de 2010, não tendo sido coletado no Censo de 2000 [...]” (Ipea, 2018, p. 32)

Conforme o IVS (Ipea, 2017), ressaltando as diferenças metodológicas entre o Censo (2010) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PENAD (2011), entre 2010 e 2011 o Brasil passou da posição de média vulnerabilidade para baixa vulnerabilidade, com redução de 18% do IVS, passando de 0,326 para 0,266. O Brasil, a partir de 2011 permaneceu nessa posição de baixa vulnerabilidade.

Entretanto, o IVS (Ipea, 2017), baseado em dados da PENAD entre 2011 e 2015, afirma que o Brasil teve uma queda menor no IVS em relação ao período que compreende 2000-2010, como exposto à cima, tendo em vista que no período entre 2011 e 2015, por ano, a redução do IVS brasileiro reduziu em apenas 1,75%, enquanto em 2000 a 2010 esse número foi de 2,7%. Entre 2011 e 2015, o IVS brasileiro passou de 0,266 para 0,248, o que configura uma redução de 7%, menos significativa que a observada em 2000-2010.

Baseadas nas análises dos lugares e populações vulneráveis, bem como os fatores que assim os caracterizam, e nos dados de vulnerabilidade social no Brasil aqui apresentados, compreende-se que é necessário que as necessidades básicas dos cidadãos sejam atendidas, e que as políticas públicas abranjam a todos de modo eficaz, para que haja uma diminuição dos altos índices de pobreza, desigualdade social, e de vulnerabilidade social, possibilitando uma maior inclusão dos marginalizados, e uma melhor qualidade de vida para todos.

Entretanto, mesmo com uma queda nos índices de vulnerabilidade social no Brasil, é possível perceber que isso ainda ocorre de maneira lenta, uma vez que, conforme o IVS (Ipea, 2018) esse índice foi diminuído em apenas 26,9% em um período de dez anos. Assim, é necessário que o Estado assista melhor os cidadãos, principalmente os que estão em situação de vulnerabilidade, fazendo chegar a eles as Políticas de Assistência Social, como apresenta a PENAS/2004, direito garantido pela Constituição Brasileira de 1988.

1.3 METODOLOGIA

A presente pesquisa, para o alcance dos objetivos propostos se utilizou dos métodos quantitativo e também qualitativo, importante no estudo de representações. Quanto aos procedimentos utilizou-se a pesquisa bibliográfica e de campo. Já o instrumento de coleta de dados consistiu em entrevistas do tipo semiestruturada, a qual é tida como melhor forma de acesso das representações, e ainda aplicação de questionários fechados. Essa proposta de pesquisa tem como fonte primária de pesquisa, a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, e como fonte secundária, autores que mantenham uma interlocução com o objeto de pesquisa, bem como com a TRS.

Segundo Moscovici (2012), como já tratado na primeira seção deste capítulo, as representações sociais é um fenômeno psicossocial, sendo entidades quase tangíveis, que circulam, se entrecruzam e se cristalizam continuamente, por meio do cotidiano. Assim, há uma pressão coletiva para que o indivíduo tenha comportamentos que correspondam às categorias de representações admitidas socialmente. Essas representações sociais são construídas e adquiridas ao mesmo tempo pelos indivíduos, uma vez que seu universo interno e externo se complementa, não havendo separação entre eles.

Nesse sentido, as representações sociais são vistas pelo autor como uma forma específica de se entender e de se comunicar com a realidade social, servindo como uma ponte entre o mundo individual e o social. Além disso, elas possuem um caráter dinâmico, isto é, elas podem se modificar ao longo do tempo. Com efeito, a teoria das representações será direcionada a compreender a violência no bairro Édison Lobão em Grajaú-MA.

Quanto às abordagens, Richardson (2015) observa que o método quantitativo tem a intenção de precisar resultados, sem distorções das análises. Caracteriza-se por empregar dados estatísticos, números ou medidas, de modo a controlar muitas variáveis simultaneamente.

Por outro lado, ainda de acordo com o autor supracitado, a pesquisa qualitativa é entendida como aquela que é adequada para se entender a natureza de um fenômeno social, sem se utilizar de estatísticas ou numerações, como é o caso da abordagem quantitativa, sendo empregada para se entender situações complexas ou particulares.

Além disso, pode possibilitar na compreensão das peculiaridades do comportamento dos indivíduos de maneira mais aprofundada. Ressaltamos, porém, que quantidade e qualidade não são incompatíveis em uma pesquisa, até porque, o que é quantitativo é uma tradução, ou seja, um significado atribuído, que precisa ser interpretado qualitativamente articulando-se a um referencial teórico. Outro ponto importante, é que pesquisa qualitativa e quantitativa não se opõe:

A relação entre quantitativo e qualitativo, entre objetividade e subjetividade não se reduz a um continuum, ela não pode ser pensada como oposição contraditória. Pelo contrário, é de se desejar que as relações sociais possam ser analisadas em seus aspectos mais “ecológicos” e “concretos” e aprofundadas em seus significados mais essenciais. Assim, o estudo quantitativo pode gerar questões para serem aprofundadas qualitativamente, e vice-versa (MINAYO; SANCHES, 1993, p. 247).

Pretendeu-se assim, utilizar as abordagens quantitativas e qualitativas como complementaridade tencionando uma melhor compreensão dos dados.

Quanto aos procedimentos, utilizamos levantamento bibliográfico e pesquisa de campo. Inicialmente se estudou sobre autores que tratem da questão das representações sociais, da violência e da criminalidade, realizando leituras e escritos de textos, a fim de obter conhecimento da temática e embasamento teórico para fundamentar os dados coletados na pesquisa.

Posteriormente, também foi realizada pesquisa de campo, a qual, de acordo com Richardson (2015) oferece ao pesquisador informações novas e resultados inesperados sobre o fenômeno estudado. Nesse sentido, essa pesquisa de campo necessita da observação, isto é, de um contato do pesquisador com o contexto social da população do bairro Édson Lobão (Vilinha), em Grajaú-MA, bem como com a realidade vivenciada por ela.

Spink (1995, p. 103) apresenta o pensamento de Moscovici (1988) sobre a observação nos estudos em representações sociais, dizendo:

A *observação* tem um papel proeminente no estudo das representações Sociais, dado que nos liberta da quantificação e da experimentação prematura do fenômeno estudado. No estado atual do estudo empírico e da teorização sobre as representações Sociais é a ‘observação - estimulada pela teoria e armada de métodos analíticos sutis - que nos dará os meios de entender a gênese e a estrutura das Representações Sociais *in situ*’.

Tal observação a qual a citação se refere é uma observação sistemática, com o rigor necessário, tendo o pesquisador um embasamento teórico para a realização da pesquisa.

Como observa Almeida (2005), não há uma única técnica que permita exemplificar todas as informações que possa abranger o objeto de uma representação social ao mesmo tempo. Desta feita, escolhemos um enfoque plurimetodológico, pois esse enfoque permite compreender e explicitar o fenômeno estudado e suas especificidades. Nesta pesquisa, a coleta de dados será realizada com base em dois instrumentos, questionários e entrevistas.

As entrevistas foram do tipo semiestruturada, considerando que este tipo específico de entrevista oferece maior liberdade, tanto ao entrevistado que poderá responder às perguntas com seus próprios termos, quanto ao entrevistador, que terá a possibilidade de ir além das respostas dadas. Esse tipo de entrevista é realizada por meio de técnicas verbais, as quais Spink (1995) coloca como a mais simples forma de se acessar as representações, sem dúvida alguma. Já os questionários, foram construídos com questões fechadas e visaram a aplicação direta de tratamentos estatísticos.

Quanto ao critério de amostragem, foram entrevistadas 103 pessoas, sendo que quase o total desse número são moradores do Bairro Édson Lobão-Vilha, independente de sexo, sendo maiores de idade, onde se buscará entender como a violência e a criminalidade são representadas pela população do referido bairro.

Os dados coletados pelos questionários fechados foram dispostos em gráficos e quadros, para melhor visualização dos resultados. Para os dados dos quadros utilizou-se o coeficiente de Kappa para tabulá-los e alcançar o que se propõe com tais dados. Conforme Silva e Paes (2012) o coeficiente de Kappa foi proposto por Jacob Cohen em 1960 com o objetivo de medir o nível de concordância entre proporções variadas de amostras dependentes. Assim, o Kappa é tido como uma medida de concordância que possibilita avaliar se a concordância está além do esperado por acaso e o grau dessa concordância. O valor máximo dessa medida é o 1, que indica total concordância. Os valores que se aproximam ou que estão abaixo de zero indica nenhuma concordância.

Ainda de acordo com as autoras, citando Landis e Koch (1977) pode-se considerar as seguintes interpretações: <0 indica ausência de concordância; 0-0,19 indicam uma concordância pobre; 0,20-0,39 indica concordância leve; 0,40-0,59 concordância moderada; 0,60-0,79 refere-se a uma concordância substantiva; 0,80-1,00 indica concordância quase perfeita.

Os dados colhidos pelas entrevistas semiestruturadas, foram transcritos, também para uma melhor compreensão dos resultados. Ambos serão analisados em consonância com a TRS e com a de outros autores utilizados neste trabalho.

1.3.1 Lócus da pesquisa

A pesquisa se deu no Bairro Edson Lobão, na cidade de Grajaú-MA, conhecido comumente pela população da cidade como Vilinha. O Bairro formou-se tanto pela doação de terras pela prefeitura, quanto por invasões, onde passaram a viver pessoas oriundas das áreas rurais próximas à cidade. Os lotes obtidos por invasões de áreas públicas no bairro tiveram a posse legalizada por meio de doação realizada pela prefeitura. Tal bairro foi formado em momentos e em circunstâncias distintas, o que motivou que as entrevistas de questionário fechado fossem feitas separadamente nas três zonas do bairro, as quais chamaremos aqui de zona 1 (primeira a se formar), zona 2 (segunda a se formar) e zona 3 (terceira a se formar e que ainda cresce).

1.3.2 Sujeitos da pesquisa

A presente pesquisa teve como sujeito os moradores do Bairro Édson Lobão ou Vilinha. Foram entrevistadas um total de 103 pessoas, sendo 101 moradoras do bairro, maiores de idade, de ambos os sexos. De forma mais específica, foram 99 moradores do bairro, sendo 33 em cada zona, além de 4 pessoas representativas, das quais 2 são residentes do bairro e 2 não, mas que trabalham na região pesquisada. Quanto a esses sujeitos representativos, foram 2 representantes religiosos, um da comunidade católica do bairro, residente no mesmo, e o outro, de uma igreja protestante do bairro, também residente no local. Não se tem a pretensão aqui de tratar suas falas a partir de um viés religioso, pois a escolha por tais pessoas se deve ao fato de serem representativas da opinião pública no bairro. Os outros dois, referem-se a um policial militar e um Guarda Municipal, que trabalham no bairro Édson Lobão-Vilinha, mas não residem nele. A escolha por tais pessoas se deu pelo fato de estarem constantemente lidando com casos de violência e de crime no referido bairro.

2. SER HUMANO: PRODUTOR DE VIOLÊNCIA INATO?

A violência, como fenômeno muito presente na contemporaneidade e possuidor de inúmeras faces, tem se tornado foco de discussões das diversas ciências, bem como da sociologia, da psicologia, da antropologia, e outras. Uma das pautas destas discussões é o tema da origem deste fenômeno. Neste sentido, torna-se importante problematizar a seguinte questão: Seria a violência algo próprio da natureza humana, ou se trata de algo construído, externo a ela?

Assim, a presente seção pretende construir uma discussão acerca da indagação feita acima, apresentando de maneira sucinta as ideias principais do pensamento de Jean-Jacques Rousseau, sobre sua obra “Do Contrato Social” (2002) que defende a ideia de que o homem nasce bom e é corrompido pela sociedade, e de Thomas Hobbes, sobre sua obra “O Leviatã”, lançado originalmente em 1651, que entende o homem como mau por natureza, mas reprimido pela sociedade e suas leis, as quais para ele são necessárias.

Além disso, visa passar por uma breve apresentação sobre a evolução humana, chegando à temática da cultura enquanto produto e produtora do homem, e, ainda como produtora de violência, finalizando com algumas teorias da criminalidade, a partir de Cerqueira e Lobão (2004), uma vez que esta é a forma de violência mais comum e presente na sociedade contemporânea. Deste modo, tais teorias serão mais bem expostas em um quadro no final desta seção, objetivando uma maior compreensão delas.

Chevalier (1999) explica que para a passagem do estado natural ao civil, Rousseau faz uso dos conceitos de liberdade e igualdade, presentes no estado de natureza, os quais pretende reencontrá-los no estado de sociedade, porém de forma a modificá-los, a desnaturá-los.

Para Rousseau, no estado natural, o homem era o “bom selvagem”, livre, solitário e feliz, pois não estava envolto pelas amarras da sociedade; não era egoísta e vivia em plena harmonia com a natureza; buscava apenas a satisfação de alguns prazeres naturais e fugir da dor.

Mas é quando os homens se unem para trabalharem em conjunto, e o primeiro delimita um território, e diz ser seu, origina-se a propriedade privada, e tudo entra num estado total de guerra e caos. Assim, ainda no estado natural, alguns homens criam um contrato social, o qual garante a todos, paz, segurança e justiça. Entretanto, tal contrato visa apenas manter os privilégios de alguns no que tange a propriedade, não resultando

em nenhum benefício aos demais, além da retirada de sua liberdade, a única coisa que possuíam.

Então, para amenizar a situação, já que não se podia mais retornar ao estado natural, Rousseau propõe um novo pacto ou contrato social, no qual prevaleceria sempre a vontade geral, onde o povo é o Soberano. Este contrato seria firmado entre todos os homens, em concordância com eles, pois “[...] o pacto social não pode ser legitimado senão quando se origina de um consentimento necessariamente unânime. [...]” (CHEVALIER, 1999, p. 166)

Nesta direção, Rousseau deseja uma forma de governo onde a obrigação social não poderia acontecer de forma legítima pela força, já que para ele não pode existir direito no mais forte, e sim, conforme Rousseau (1762/2002) onde por um pacto social os indivíduos se doassem sem reservas à comunidade e não a um soberano, não estando sujeitos a ninguém e sim compromissados uns com os outros.

Assim a obediência e a liberdade se fazem presentes neste pacto ou contrato, pois cada membro do corpo político, formado a partir destes é cidadão e súdito simultaneamente. Cidadão porque faz parte do corpo político, e, portanto, membro do soberano, uma vez que este é formado pelo conjunto de homens; e súdito porque é obediente às leis feitas pelo soberano de quem é membro.

Os homens, conforme Chevalier (1999), para Rousseau, podem por meio da liberdade, fazer predominar sobre suas vontades particulares a vontade geral. Desta forma, obedecer ao soberano, que se faz presente pela vontade geral, já que é formada pelo conjunto de indivíduos, é verdadeiramente ser livre. Eis a liberdade modificada em Rousseau. Entretanto, obrigar uma pessoa que se recusa a submeter-se à vontade geral porque está dominado pela vontade particular obedecer ao soberano pela força, é forçá-lo a ser livre.

O autor acima afirma que, em Rousseau, é necessário, para entender esta questão da liberdade no estado social, a distinção entre a “dependência dos homens” e a “dependência das coisas”. É da natureza do homem depender das coisas físicas, da natureza física. Esta dependência não altera sua liberdade, pois ela é necessária. O que altera a liberdade do homem é a dependência que ele tem dos outros homens, das pessoas particulares, e isso traz muitos males ao homem, que se tornam inerentes a ele. Todavia, só as leis, expressão da vontade geral, são capazes de amenizar ou suavizar esses males.

Da mesma forma que o indivíduo tem sua liberdade do estado natural modificada no estado social, ele também tem sua igualdade assim modificada, pois ele

recupera o equivalente à sua igualdade natural no estado social, mas de forma diferente. Se no estado natural sua igualdade tem como base as condições inerentes à natureza humana, como força e inteligência, no estado de sociedade ela é firmada no comprometimento que todos possuem sob as mesmas condições e os mesmos direitos. Assim, o homem é modificado na passagem do estado de natureza para o estado de sociedade, transportando seu “eu” para a comunidade, de modo que cada um não se julgue *uno*, um só, mas parte do todo (CHEVALIER,1999).

Ainda de acordo o mesmo autor, Rousseau quer um soberano, onde sua soberania não pode ser transferida, nem pode errar no que se propõe a fazer, nem dividir seu poder, pois fazer isso é matá-la. Para ele o poder do soberano deve ser absoluto.

Considerando as teorias de Rousseau sobre o poder do soberano, tem-se como questão fundamental, a formação das leis. Para Rousseau, de acordo com o autor supracitado, é por causa delas que ninguém precisa se submeter ao soberano, e sim a elas, tendo em vista que são criadas pelo conjunto do povo (soberano), que é o poder legislativo, não sendo, pois, ninguém superior a elas, nem o soberano nem o povo, pois é a expressão máxima da vontade geral.

Assim, as leis não podem ser injustas, e todos são livres e iguais dentro desta sociedade, isto é, pelo contrato social, conforme Rousseau (1762/2002) que, ao invés da igualdade natural ser destruída é substituída por uma igualdade moral e legítima, e mesmo sendo desiguais em força e em talento, se fazem iguais por convenção e direito.

O governo, para Rousseau, possui um vício, capaz de destruir até mesmo o governo mais poderoso e mais bem constituído. Este vício é o seu desejo de usurpar o lugar do soberano, pois o governo, como corpo, possui interesses particulares, uma vez que todo corpo possui tendência natural a aumentar sua força própria.

Já Thomas Hobbes entende o homem como mau por natureza, mas reprimido pelas leis sociais, diferente de Rousseau, que compreende o homem como um ser naturalmente bom, corrompido pela sociedade. Nesta direção, Hobbes estrutura um pensamento acerca da transição do homem do seu estado natural para o civil, assim como Rousseau, porém com pontos de vistas distintos.

Em Hobbes, conforme Chevalier (1999), a felicidade do homem, ser que se distingue dos demais pela razão, se dá quando o que ele deseja é realizado com sucesso. Tendo isso, o poder, algo buscado incessantemente pelos seres humanos, pressupõem esta felicidade, haja vista que por meio dele, o homem pode realizar aquilo que quer.

No estado de natureza, o homem, para Hobbes segundo o autor supracitado, não vivem sozinhos, pois necessitam dos seus semelhantes. Ademais,

Para todo homem, um outro homem é um concorrente, como ele, ávido pelo poder sob todas as suas formas. Ora, de maneira geral, considerando-se as coisas "em conjunto", todo homem é igual a outro. Tratando-se, por exemplo, do vigor corporal, "o mais fraco tem condições de matar o mais forte, quer usando de astúcia, quer aliando-se a outros, ameaçados pelo mesmo perigo que ele". Igualdade de capacidade que dá a cada um igual esperança de alcançar seus fins, que impele cada um a esforçar-se por destruir ou por subjugar o outro. Concorrência, desconfiança recíproca, avidez de glória ou de fama têm por resultado a guerra perpétua de "cada um contra cada um", de todos contra todos. Guerra, isto é, não só "o fato atual de bater-se", mas a vontade comprovada de bater-se: enquanto existe tal vontade, há guerra, não paz, e o homem é um lobo para o homem: *homo homini lupus*. (CHEVALIER, 1999, p. 70)

Tal estado de guerra pode ser abandonado a partir das paixões e da razão humana. Do contrário, conforme o autor acima, em Hobbes, os homens se autodestruiriam. Algumas de suas paixões os conduzem a paz, que lhes é proporcionado pelo medo de morrer; a razão, por sua vez, sugere artigos de paz, chamados por Hobbes de leis naturais, para que o homem consiga alcançá-la, e assim ter uma boa convivência com seus iguais.

Desta feita, Hobbes enumera dezenove leis naturais, e as resume em uma só: não façais aos outros aquilo que não quereis que vos façam. Mas, dada a natureza humana, tal lei não será observada a menos que um poder irresistível e visível passe a existir. Este poder para Hobbes é o Estado, o homem artificial, formado pelos homens naturais, por meio de um pacto voluntário, com o objetivo de proteger todos e de saírem do estado natural (estado sem leis) para sua libertação. (CHEVALIER, 1999)

Nesta sociedade artificial, os homens transferem sua capacidade de se autogovernar a um Soberano, que é o Estado, ou como diz Hobbes, conforme o autor supracitado, o Leviatã. Este tem o poder absoluto, não podendo ser contestado pelos homens. Além disso, o Leviatã deve garantir segurança e a paz para que não morram com a violência e o caos do estado natural.

Considerando, pois o breve apanhado acerca do pensamento de Rousseau e Hobbes percebe-se que ambos partem de perspectivas distintas na elaboração de seu pensamento político-filosófico. Para Rousseau, o homem é um ser essencialmente bom, e mesmo no estado natural vive de forma harmoniosa e em paz, mas a partir do momento que começa a se relacionar com os seus semelhantes, um busca se sobrepor aos outros,

principalmente quando um delimita uma propriedade e toma posse dela. Assim, o homem assume uma postura de competição, um se colocando como adversário do outro.

O contrato social pensado por Rousseau serviria, portanto, como um modo de o homem viver livremente em sociedade e em igualdade, tal como no estado de natureza, mesmo tendo leis a obedecer. Entretanto, para que esta liberdade exista, é necessário que o soberano seja o povo e sua vontade, haja vista que para o autor, a vontade geral seria representante do que fosse melhor para o povo igualmente.

Resulta de precedente que a vontade geral é sempre reta e tende sempre para a utilidade pública; mas não significa que as deliberações do povo tenham sempre a mesma retitude. Quer-se sempre o próprio bem, porém nem sempre se o vê: nunca se corrompe o povo, mas se o engana com frequência, e é somente então que ele parece desejar o mau. (ROUSSEAU, 1762/2002, p. 40)

Neste sentido, a vontade geral, soberana, seria, dentro do contrato social de Rousseau, um modo de o homem corrompido pela sociedade, ter sua liberdade e sua igualdade do estado natural, substituída no estado civil.

Já Hobbes, entende o homem como um ser mau por natureza. Trata-se de um ser egoísta, que busca incessantemente o poder, e visa sempre preservar sua vida, sendo estes homens iguais e livres para conseguirem o que desejam.

Este homem, no estado natural pensado por Hobbes, diferente do pensado por Rousseau, vive em uma guerra constante, de todos contra todos, necessitando assim, de um contrato social que garanta a preservação da vida de todos, por meio de uma força irresistível que os governe, o Estado, chamado por Hobbes de “O Leviatã”. Um governo autoritário e absoluto, uma vez que teve, por meio do pacto social, consentimento para agir com força contra quem ameace a vida e a paz.

Assim, é através desta força presente no Leviatã e suas leis que os homens terão sua propensão para a maldade e a violência contidas ou reprimidas, isto é, o homem é imbuído por essa maldade natural, mas no estado civil ou social, esta é refreada, não podendo ser aflorada por conta da legislação e do Soberano que responde com repressão.

Diante disso, é possível notar que para Rousseau o mau e a violência é algo exterior ao ser humano, fruto das relações humanas, uma vez que como já mencionado anteriormente, é a partir do momento que os homens se unem e começam a se relacionar, que passam a terem um sentimento de competitividade, dando origem a um conflito e caos onde havia paz e harmonia. Neste sentido, o mau e a violência em Rousseau não seria algo próprio da condição humana, inata, mas produzida.

Em contraposição, Hobbes parece apresentar um pensamento que se direciona para ideia de que o mau e a violência são próprios do homem, portanto, inatos, tendo em vista que sua teoria apresenta o *homo homini lúpus* (CHEVALIER, 1999)

Os pensadores acima fazem uma análise político-filosófico acerca da questão da origem do mau, que gera a violência e o caos. Como a seção se propõe a tratar sobre o natismo ou inatismo da violência humana, trataremos a partir de agora, numa perspectiva antropológica e sociológica desta questão, tendo já discutido tal tema à luz do pensamento de Hobbes e Rousseau.

O processo evolutivo da humanidade se deu de forma gradativa, levando milhões de anos, conforme a teoria evolucionista mais utilizada. Segundo Michaud (1989), há mais de 6,5 milhões de anos, o Australopiteco já não era mais um macaco, e há cerca de 2 milhões de anos, o *Homo habilis* já possui a capacidade de ereção, e ficando em pé e com as mãos livres, logo consegue usar e aperfeiçoar instrumentos simples. Posteriormente, o *Homo erectos*, há 1,7 milhões de anos atrás, descobre o fogo, e começa a usar o meio natural para a construção de instrumentos que o ajude nas suas necessidades, como na caça e na pesca.

Assim, esta capacidade de ficar em pé, com as mãos livres, pegar coisas e utilizar instrumentos, possibilitada pelo uso do dedo polegar opositor, cria estímulos cerebrais, desenvolvendo uma inteligência humana e habilidades de utilização de instrumentos a seu favor. Desta maneira, o homem começa a dominar a natureza, fazendo uso dela para satisfazer suas necessidades.

Mas para isso, necessita da colaboração de seus semelhantes, o que leva a criação de “[...] sistemas de comunicação simbólica que, por sua vez, favorece a transmissão de saberes. [...]” (MICHAUD, 1989, p. 75)

Tal desenvolvimento das habilidades e do cérebro humano, iniciado pela posição ereta do homem e sua capacidade de manusear os instrumentos para a utilização, e assim, conseguir manipular a natureza, levou a passagem do homem natural para o homem cultural, capaz de produzir o mundo, e ao mesmo tempo, ser produzido por ele.

Segundo Michaud (1989), até os organismos mais simples, para se manterem vivos e se adaptarem precisam reagir a estímulos do meio, que são para eles como agressões. Assim, para que haja adaptação dos organismos ao meio, a agressividade necessita existir. Do mesmo modo ocorre com os seres humanos, ainda naturais, com estruturas neurofisiológicas semelhantes aos dos demais seres, que possuem a

agressividade como instinto para responderem aos estímulos do meio e garantirem sobrevivência.

Ainda conforme o autor, a agressividade possui funções positivas na adaptação e na evolução das espécies. Desta forma, há uma relação entre agressividade e base neurológica.

Tais relações entre agressividade e base neurológica são confirmadas pelas manipulações farmacológicas da agressividade. Os tranqüilizantes e as drogas que tratam dos desregramentos do humor [...] são de uso corrente e constituem um aspecto do controle em larga escala da agressividade nas sociedades contemporâneas. (MICHAUD, 1989, P. 72)

A agressividade do homem natural, assim como dos outros animais, é algo próprio dele, com origem biológica. É manifestada nele, em alguns casos internamente, como febre enquanto um mecanismo de defesa do corpo, e em outros, externamente, quando canaliza esse instinto agressivo para alcançar algo. Michaud (1989, p. 74) aparece fortalecendo a ideia apresentada, afirmando:

Com efeito, a agressividade é própria do homem bem como dos outros animais. Tal instinto pode ter sido adaptativo nos primeiros homens, mas uma vez que estes começam a dominar o meio ambiente, a se assenhorar das técnicas e a formar grandes grupos, o instinto torna-se nocivo. [...]

Esta afirmação apresenta também o homem cultural, que por meio da evolução da espécie humana já apresentada aqui, passa a produzir o mundo e a ser produzido por ele. Assim, passou a se diferenciar dos demais animais, por duas propriedades, conforme Laraia (2011): a capacidade de comunicar-se pela fala, e a outra diz respeito à capacidade de construir, de fabricar instrumentos que compensem sua insuficiência biológica, uma vez que este não possui algumas características biológicas de adaptação ao ambiente como os outros seres.

Assim sendo, o ser humano tornou-se um ser cultural, o único possuidor de cultura, tendo em vista que é o único que desenvolveu a capacidade de se comunicar oralmente. Mas o que se entende por cultura? Conforme Laraia (2011), não existe um conceito único e universal para cultura. Contudo, o autor apresenta um conceito como sendo o primeiro a ser elaborado, o de Edward Tylor, que sintetizou o termo Germânico *Kultur* (usado para simbolizar todos os aspectos espirituais de uma dada comunidade) e o francês *Civilization* (dizia respeito principalmente as realizações materiais de um povo) no vocábulo inglês *Culture*.

Desse modo, ainda conforme o autor, para Tylor, *Culture*, é entendido como todo o complexo que envolve crenças, arte, conhecimentos, moral, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos que o homem, enquanto membro de uma sociedade adquiriu. Tal conceito foi formalizado por Tylor, mas era uma ideia que estava ganhando espaço na mente do homem e consistência, talvez antes de John Locke.

Dentro desse complexo de elementos entendido como cultura, está o conhecimento, o qual o homem utiliza também para construir os instrumentos e meios para viver e se adaptar no meio em que vive, dominando-o. Não possui a capacidade biológica, por exemplo, de voar, como os pássaros que desenvolveram asas, mas conseguiu, por meio da racionalidade em primeiro lugar, e depois pela cultura, pelo saber fazer, construir uma máquina que o tornaria possível voar.

Além disso, cultura envolve tais conhecimentos, crenças, costumes, hábitos, moral, e arte, aspectos que não podem ser no pensamento de Tylor, conforme Laraia (2011) inatos, mas sim aprendidos, ou seja, a cultura possui um caráter de aprendizado. Neste sentido, é por meio da fala, da comunicação que estes aspectos da cultura são passados entre os homens, e, portanto, aprendidos.

Assim, a evolução humana trouxe o que conhecemos hoje como cultura, que por sua vez propiciou o processo civilizatório, separando o homem de sua origem natural, o que não significa que ele deixou de ser um ser animal. Neste percurso de civilização até os dias atuais, o fenômeno da violência se apresenta e continua se apresentando, claro que antes de formas e intensidades diferentes das de hoje.

Pode-se dizer, nesse sentido que, violência e cultura estão ligadas, uma vez que a primeira acompanha a segunda. Como se daria tal relação? Esta resposta será dada por Drawin (2001, p. 18) com a seguinte explicação:

Se a violência está vinculada a uma condição antropológica fundamental, isto é, se é um fenômeno especificamente humano e se o que define essencialmente o humano, a sua diferença específica, é a cultura, então a violência está intrinsecamente ligada à cultura.

Aqui, o autor apresenta a violência como algo especificamente humano, e a cultura como sendo o que o diferencia dos outros seres, pois é somente o homem que a possui, como já mencionado anteriormente. Sendo assim, então, violência e cultura se relacionam de maneira intrínseca, já que ambas são específicas do ser humano, e inevitavelmente caminham juntas.

Vale ressaltar que, a violência se apresenta aqui como um fenômeno específico do homem, mas não como sendo de sua natureza, ou inato a ele. Os demais seres agem com agressividade, e esta sim é natural de todos eles, desde os mais simples, até os mais complexos, como os seres humanos.

A violência, assim como o mundo, é produzida pela cultura. Neste sentido, o homem, como único ser cultural, produz as condições necessárias para suas vidas, e ao mesmo tempo produz também as condições para a violência. Isso parece contraditório, tendo em vista que ao mesmo tempo que o ser humano cultural cria formas para a vida da espécie, cria ameaças de morte para ela.

Se o que chamamos de cultura é uma construção material e simbólica complexa que emergiu do processo evolutivo como uma estrutura necessária para compensar e ultrapassar o déficit biológico de nossa espécie e seu decorrente desamparo psicológico e se a cultura, por conseguinte, está a serviço da vida humana e a violência é intrinsecamente vinculada à cultura, então a cultura produz simultaneamente as condições da vida e da violência, ou seja, ela estranhamente parece negar a si mesma. (DRAWIN, 2011, P. 18)

Isso é apresentado como um paradoxo pelo autor supracitado, pois a cultura, a cada tempo avança no seu processo de complexificação, entendido por civilização, e cria cada vez mais distintas formas de se produzir violência, e em cada tempo mais destrutivas. Desta maneira, violência e civilização não excluem uma a outra, mas coexistem.

Na verdade, o projeto de progresso e civilização, proporcionados pela cultura, parece ter fracassado à medida que surgiram com o objetivo de civilizar, de racionalizar o homem, separando-o de sua condição natural, animalesca e irracional.

Como escreve Drawin (2011), tal progresso, caracterizado pelo desenvolvimento técnico, econômico, a dominação da natureza, as conquistas políticas e a racionalização do mundo, entre outros, não pôde, por si mesmo, eliminar a violência, pois ela parece ser específica do homem e uma possibilidade própria da civilização.

Com o progresso e a civilização, veio além de tudo o que compreendemos como positivo, as inúmeras formas de criação de instrumentos e meios produtores de destruição e morte. Têm-se exemplos que nos levam a acreditar que nem sempre a racionalização do mundo, e o progresso agiram de forma positiva, bem como as duas grandes Guerras Mundiais na primeira metade do século XX, que foram responsáveis por desastres sem precedentes, tanto no que tange às questões políticas, como também a perda de milhões de vidas.

São muitas as formas de violência distintas construídas hoje pela ação humana, pelo saber fazer, pela cultura, desenvolvida ao longo do tempo. Cada uma com um poder de destruição maior. Na verdade, a violência existia, em tempos mais antigos, como no início da civilização, mas com um poder destrutivo ainda pequeno, diferente da contemporaneidade, onde o homem se assenhorou do mundo, e tornou-se capaz de potencializara agressividade, aquilo que no seu estado natural era instintivo, e transformá-la no que conhecemos como violência.

Na verdade, esta discussão tem a pretensão apenas de ser mais uma das várias perspectivas acerca da origem da violência. Nesse sentido, à luz do pensamento de Cerqueira e Lobão (2004), serão apresentadas algumas das teorias sobre a origem da criminalidade, uma das principais faces da violência, e, que, portanto, está intrinsecamente ligada a ela. Esta é a forma de violência mais presente e corriqueira no cotidiano do mundo contemporâneo, e por isso, vale apresentar algumas abordagens que explicam ou discutem sua origem.

“Os estudos sobre as causas da criminalidade têm se desenvolvido em duas direções: naquela das motivações individuais e na dos processos que levariam as pessoas a se tornarem criminosas. [...]” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p.235) É nesta direção que estes autores expõem algumas abordagens.

A Teoria da Desorganização Social é apresentada pelos autores supracitados como uma abordagem sistêmica que gira em torno das comunidades locais, entendidas como um sistema de organização, com relações de amizade, parentesco e outras. Caso esse sistema se desorganize ou enfraqueça, “[...] como, por exemplo, redes de amizade esparsas, grupos de adolescentes sem supervisão ou orientação, ou baixa participação social” (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p.238), a criminalidade surge.

Em seguida, os mesmos autores apresentam a Teoria do estilo de Vida. Ela pressupõe uma vítima, um agressor e as estruturas usadas pela vítima para se proteger. Assim, quanto maior os mecanismos de proteção da vítima, menos chances o agressor terá para efetuar um crime.

Cerqueira e Lobão (2004) parecem fazer uma crítica a tal teoria, pois ela, segundo eles, desconsidera os comportamentos racionais do criminoso ao escolher a vítima de acordo com as oportunidades. Neste caso, o comportamento do criminoso não é colocado em questão, sendo entendido que os crimes ocorreriam por culpa da vítima, que não criou formas para se proteger.

Outra abordagem é a da Teoria do Aprendizado Social, que tem seu foco de análise no processo pelo qual os indivíduos, principalmente os jovens, determinam seus comportamentos pessoais em relação às experiências de conflito. O indivíduo teria um comportamento favorável ou não ao crime a partir do que apreenderia pela interação com a família, os amigos, e a comunidade, com base na comunicação.

[...] Contudo, os efeitos decorrentes da interação desses atores são indiretos, cujas influências seriam captadas pela variável latente “determinação favorável ao crime (DEF)”, uma vez que esta não pode ser mensurada diretamente mas, sim, resulta da conjunção de uma série de outras. Dentre as variáveis mensuradas normalmente utilizadas para captar essa variável latente DEF estão: grau de supervisão familiar; intensidade de coesão nos grupos de amizade; existência de amigos que foram, em algum momento, pegos pela polícia; percepção dos jovens acerca de outros jovens na vizinhança que se envolvem em problemas; e se o jovem mora com os pais. (CERQUEIRA; LOBÃO, 2004, p. 241)

Posteriormente, a teoria abordada pelos autores, é a Teoria do Controle Social. Aqui, o importante é o que leva o indivíduo a não ter uma ação criminosa, a se abster dela, ou o que o leva a ser dissuadido do caminho do crime. Isso se daria pelo controle social, onde o indivíduo, ao crer no trato ou acordo social, e assim, ao ter uma forte relação social, ligação e concordância com as normas, teria menos chance de se tornar criminoso.

Têm-se ainda a Teoria do autocontrole, a qual enfatiza a diferenciação entre os indivíduos desviantes ou viciados de outros. Os primeiros não desenvolveram os mecanismos psicológicos de autocontrole na fase de 2 a 3 anos até a fase pré-adolescente. Isso se daria pela deformação no processo de socialização da criança, desencadeada pela falha na formação do autocontrole, e assim, o indivíduo, partindo da adolescência, agiria baseado em seus interesses, desconsiderando as conseqüências.

Em suma, diante do exposto, a cultura é produto e produtora do homem, desenvolvida por ele para proporcionar as condições necessárias para sua vida, ao mesmo tempo em que ele, juntamente com seu caráter cultural, cria também condições para o surgimento e o desenvolvimento do fenômeno da violência, entendida também aqui como a forma potencial da agressividade natural da humanidade. Assim, a violência, com o processo histórico, cria diversas faces, e na contemporaneidade, a criminalidade aparece como sendo a principal delas, e a mais comum.

Entretanto, esta não é a única vertente explicativa para a origem da violência. Tanto, que foram desenvolvidas diversas teorias para explicá-la, entre as quais podemos

destacar as utilizadas para explicar a origem da criminalidade, enquanto uma das formas de violência, e ligada a ela diretamente. Desta maneira, pode-se dizer que não há um consenso nesta questão de origem, de inatismo ou não do fenômeno da violência e, também, da criminalidade, mas há inúmeras contribuições de muitos estudiosos sobre o tema.

Quadro 3: Teorias utilizadas para a formulação da discussão sobre o natismo ou inatismo da violência

TEORIA	ABORDAGEM
O Contrato Social (Rousseau)	O homem é bom por natureza, mas a sociedade o corrompe. Quando a propriedade privada surge, surge também o caos e um estado de guerra, e o contrato social de Rousseau propõe um pacto entre os homens, no qual o povo e a vontade geral são soberanos, visando o bem comum, onde a liberdade e a igualdade são apenas modificadas e não alienadas.
O Contrato Social (Hobbes)	O homem nasce mau e a sociedade, por meio das leis contém e reprime esta propensão para a maldade. Assim, em Hobbes o contrato social surge com o estado, o Leviatã, para governar com “mão de ferro” e punir todo aquele que represente uma ameaça à vida e à paz, já que tal contrato se baseia também na garantia da manutenção da vida e da paz. Em Hobbes a liberdade é alienada ao Leviatã.
Violência produto da cultura e da Civilização	A violência, assim como o mundo, é produzida pela cultura. Neste sentido, o homem, como único ser cultural, produz as condições necessárias para suas vidas, e ao mesmo tempo produz também as condições para a violência.

Fonte: Rodrigues (2019)

Quadro 4: Resumo das Várias Abordagens Teóricas sobre as Causas da Criminalidade

TEORIA	ABORDAGEM	VARIÁVEL
Desorganização social	Abordagem sistêmica em torno das comunidades, entendidas como um complexo sistema de rede de associações formais e informais.	Status socioeconômico; heterogeneidade étnica; mobilidade residencial; desagregação familiar; urbanização; redes de amizades locais; grupos de adolescentes sem supervisão; participação institucional; desemprego; e existência de mais de um morador por cômodo.
Aprendizado social (associação diferencial)	Os indivíduos terminam seus comportamentos a partir de suas experiências pessoais com relação a situações de conflito, por meio de interações pessoais e com base no processo de comunicação.	Grau de supervisão familiar; intensidade de coesão nos grupos de amizades; existência de amigos com problemas com a polícia; percepção dos jovens sobre outros envolvidos em problemas de delinquência; jovens morando com os pais; e contato com técnicas criminosas
Escolha racional	O indivíduo decide sua participação em atividades criminosas a partir da avaliação	Salários; renda familiar per capita; desigualdade da renda;

	racional entre ganhos e perdas esperadas advindos das atividades ilícitas vis-à-vis o ganho alternativo no mercado legal.	acesso a programas de bem-estar social; eficiência da polícia; adensamento populacional; magnitude das punições; inércia criminal; aprendizado social; e educação.
Controle social	O que leva o indivíduo a não enveredar pelo caminho da criminalidade? A crença e a percepção do mesmo em concordância como contrato social (acordos e valores vigentes), ou o elo com a sociedade.	Envolvimento do cidadão no sistema social; concordância com os valores e normas vigentes; ligação filial; amigos delinquentes; e crenças desviantes.
Autocontrole	O não-desenvolvimento de mecanismos psicológicos de autocontrole na fase que segue dos 2 anos à pré-adolescência, que geram distorções no processo de socialização, pela falta de imposição de limites.	Freqüentemente eu ajo ao sabor do momento sem medir conseqüências; e raramente deixo passar uma oportunidade de gozar um bom momento.
Anomia	Impossibilidade de o indivíduo atingir metas desejadas por ele. Três enfoques: a) diferenças de aspirações individuais e os meios disponíveis; b) oportunidades bloqueadas; e c) privação relativa.	Participa de redes de conexões? Existem focos de tensão social? Eventos de vida negativos; sofrimento cotidiano; relacionamento negativo com adultos; brigas familiares; desavenças com vizinhos; e tensão no trabalho.
Interacional	Processo interacional dinâmico com dois ingredientes: a) perspectiva evolucionária, cuja carreiracriminalseiniciaaos12-13 anos, ganha intensidade aos 16-17 e finaliza aos 30 anos; e b) perspectiva interacional que entende a delinqüência como causa e conseqüência de um conjunto de fatores e processos sociais.	As mesmas daquelas constantes nas teorias do aprendizado social e do controle social.
Ecológico	Combinação de atributos pertencentes a diferentes categorias condicionaria a delinqüência. Esses atributos, por sua vez, estariam incluídos em vários níveis: estrutural, institucional, interpessoal e individual.	Todas as variáveis anteriores podem ser utilizadas nessa abordagem.

Fonte: Cerqueira e Lobão, 2004.

2.1 VIOLÊNCIA *VERSUS* CRIMINALIDADE

O tema da violência pode ser analisado a partir de várias perspectivas diferentes, visto que é muito complexo e está relacionado a várias questões interdisciplinares, quais sejam, sociais, políticas, culturais e psicológicas, dificultando assim uma compreensão mais imediata para esse fenômeno, o que implica na necessidade de uma análise mais acurada que dê conta de superar as visões parciais e construir uma perspectiva mais ampla.

A violência e suas diversas expressões vêm a cada dia se manifestando com maior frequência e força na sociedade atual, atingindo não só as periferias dos grandes centros urbanos, mas todos os lugares, se dispersando por todas as regiões em diferentes graus e níveis. No entanto, cabe ressaltar que, as cidades médias e pequenas há muito tempo vêm sofrendo com a presença da violência e de suas diversas faces, deixando de ser lugares ditos “calmos”.

O fenômeno da violência não é algo atual, pois acompanha o homem desde o início de sua existência e se faz presente em todas as civilizações humanas. É, portanto uma questão inerente à sociabilidade humana.

A violência é tão antiga como o ser humano e se confunde com a sua própria história. Não é possível, pois, abordar a violência, seja na perspectiva da sua explicação, seja na perspectiva do seu enfrentamento, sem investigar os elementos que tornam sua presença tão persistente na vida social. (MINAYO, 2013, p. 250)

Assim, a partir do que discorre a autora, pode-se afirmar que a violência se faz presente em toda experiência humana. Entretanto, a cada tempo, ela se manifesta de formas e em circunstâncias diferentes, em virtude das mudanças sociais, culturais e políticas datadas em nossa história.

É provável que a violência se manifeste ao longo do tempo por diversos meios, mas a “natureza” da violência talvez não mude muito, apenas tem se manifestado na contemporaneidade com maior intensidade e com novas faces.

A sociedade contemporânea como um todo passa por profundas e grandes modificações que afetam a estrutura social, desafiando as formas que um dia foram pensadas e tidas como eficazes e suficientes para a resolução dos problemas que comprometem o bom funcionamento da sociedade.

Assim, a violência apresenta diversas formas de manifestações, o que faz dela um fenômeno multifacetário, podendo ter muitas matrizes, bem como psicológicas e sociais. No entanto, na contemporaneidade, como afirma Minayo (2006), as mais hegemônicas faces ou expressões deste fenômeno são o crime e a delinquência.

Nesse sentido, para esta discussão, faz-se necessário e relevante uma definição para o termo violência, que será dada aqui a partir do pensamento de Yves Michaud (1989, p. 8) que traz a etimologia do termo violência: “[...] vem do latim *violentia*, que significa violência, caráter violento ou brávio, força. O verbo *violare* significa tratar com violência, profanar, transgredir [...]”. Continuando o raciocínio do

autor, os termos aqui apresentados podem se referir a *vis*, que significa vigor, força, potência, porém também abundância, quantidade, caráter essencial de algo. Mais claramente, quer dizer força em ação, valor, força vital, ou o recurso utilizado por um corpo para execução de força.

Assim sendo, o autor supracitado tenta dar uma definição para violência que abranja tanto os estados quanto os atos de violência.

[...] Há violência quando, numa situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou várias pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais. (MICHAUD, 1989, p. 10)

Partindo disso, pôde-se perceber, que, conforme o mesmo autor, no centro da noção de violência a ideia de força se faz presente, e que exercida contra alguém ou alguma coisa faz-se violência. Entretanto, esta força assume esse caráter violento em função de normas já definidas.

Além disso, a definição de violência colocada aqui pressupõe interação, isto é, para que determinada ação contra alguma coisa ou contra alguém seja configurada enquanto violência, seguindo a ideia de Michaud (1989) é necessário que haja uma interação do EU com o OUTRO, que pode ser entendido como uma coisa ou indivíduo.

Desta feita, dada a definição de violência, faz-se importante definir crime, já que não se trata da mesma coisa, uma vez que nem todo crime é violento, como os crimes de caráter financeiro, bem como crime de evasão fiscal, crimes contra o sistema financeiro, etc, e nem todo ato violento é crime, como as lutas de boxe e karatê. Diante dessas considerações, para melhor compreendê-lo, é importante apresentar uma breve discussão acerca de crime e desvio, à luz do pensamento de Anthony Giddens (2005).

Para Giddens (2005), o desvio é a “não conformidade com as normas estabelecidas e aceitas pela maioria das pessoas de uma sociedade”. Esta pode ora seguir as normas, ora transgredi-las, não podendo ser dividida entre os que seguem as normas e os que as quebram, abrangendo todos os comportamentos, individuais e coletivos desviantes que não são sancionados pela lei. Já o crime é definido como a conduta inconformista com uma lei. Tratemos um pouco mais sobre a diferenciação entre desvio e crime, com Merton (1938).

O autor também trata acerca das normas sociais e das condutas desviantes, entendidas como aqueles comportamentos que se desviam dos padrões normais ou

oficiais da sociedade. Nota-se, assim como em Giddens (2005), que o desviado se difere do criminoso, uma vez que o primeiro é caracterizado pelo indivíduo que age de forma inconformista com as normas sociais já estabelecidas, enquanto o segundo se caracteriza como aquele que têm comportamentos que vão contra as leis.

Merton (1938) ainda afirma que é a própria sociedade que estimula os indivíduos para a conduta desviante, e para explicar isso, ele parte de duas estruturas, a cultural e a social. A estrutura cultural é formada pelo conjunto de objetivos, metas e valores, historicamente construídos, a serem seguidos por uma comunidade. Já a estrutura social é constituída pelo conjunto de meios legítimos para o alcance de tais metas e objetivos.

Quando as duas estruturas se unem, ou seja, quando se têm objetivos e metas, e meios lícitos para alcançá-los, têm-se uma sociedade harmônica, sem condutas desviantes. Entretanto, quando isso não acontece, apresentam-se os desvios, isto é, têm-se objetivos e metas, mas para alcançá-los, usam-se meios ilícitos. Isso ocorre porque, os objetivos são dados a todos igualmente, mas os meios legítimos para alcançá-los não. Uns possuem oportunidades para isso, e uma enorme parcela da sociedade não. Aqui, para o autor, a sociedade se configura como anômica.

Para o autor supracitado, a anomia viria da grande ênfase dada às metas e objetivos, que somadas à frustração da ausência de oportunidade, acaba por não se dar a importância devida para a licitude dos meios usados para o alcance de tais objetivos e metas, diferente de Durkheim, que entende anomia como a ausência transitória de normas.

Assim, para Giddens (2005) o fato de alguém ser considerado criminoso está influenciado pela aprendizagem e pelo ambiente, e afirma ainda que o crime, mesmo sendo apenas uma subcategoria da conduta desviante como um todo, abrange uma variedade de atividades, desde o furto até o assassinato.

Ao analisar estatísticas sobre o crime é necessário, segundo os criminologistas, prestar atenção ao modo em que elas foram produzidas, pois “a limitação mais básica das estatísticas relacionadas ao crime diz respeito ao fato de elas apenas incluírem crimes efetivamente registrados pela polícia [...]” (GIDDENS, 2005, p. 183), tendo em vista que muitos crimes como pequenos furtos e alguns violentos não aparecem nesses dados pelo fato de muitas vítimas preferirem não ir a uma delegacia.

Pode-se citar os crimes violentos contra as mulheres, como as agressões domésticas, os estupros, os assédios sexuais, e outros. Para o enfrentamento desta questão, criou-se estratégias. Dentre elas,

A notificação dessas situações se destaca, tendo em vista que o cumprimento dessa medida é fundamental para o dimensionamento da violência e de suas conseqüências, contribuindo para elaboração de ações de intervenção. As bases legais para essa proposta foram estabelecidas pela lei nº 10.778, em 24 de novembro de 2003, que estabeleceu a notificação compulsória, em todo o território nacional, dos casos de violência contra a mulher atendida em serviços públicos e privados de saúde [...] (MOREIRA; SOARES et al, 2015, p. 2)

Embora a medida da notificação tenha bases legais, a subnotificação existe, e fomenta a invisibilidade da violência, e entra em discordância com a obrigação da notificação, que é institucional e legal, pois se trata da ausência de informações científicas e técnicas do tema, da falta de regulamentos que firmem os procedimentos técnicos, de proteção legal aos profissionais encarregados de notificar, e à falha na identificação da violência nos serviços de saúde (BONOLO, 2016).

Sendo assim, para Giddens (2005), delitos que não são englobados nas estatísticas são números “obscuros” do crime. Isso pode ser relacionado com o que Michaud (1989) discorre ao tratar dos fatores de incerteza no conhecimento da violência. Para ele, há fatores que dificultam conhecer verdadeiramente e de forma clara os casos de violência e crimes, pois assim como em Giddens (2005) há registros que não trazem os dados precisos, deixando às vezes de registrar algo.

Isso pode se dá, de acordo com Michaud (1989) por interesses, tanto em omitir ou mentir sobre dado acontecimento; ou no caso de estatísticas de guerras, por falta de documentos que registrassem o fato, pois foi somente após o século XIX que começou-se a coletar dados e a desenvolver-se os aparelhos estatísticos, o que significa que os dados de crimes e de violência ocorridos antes deste período podem não ter sido registrados por falta de recursos, o que traz certa incerteza sobre números estatísticos tanto de tempos mais antigos, como dos de hoje, que pode-se haver interesses em registrar ou não.

Giddens (2005) diz também que os crimes encontrados nas áreas pobres das grandes cidades são praticados por jovens do sexo masculino, pois estão mais presentes em gangues desde muito cedo. Isso, segundo o autor está relacionado também ao desemprego e a desigualdade social – o tráfico de drogas é também um mercado de

trabalho para jovens pobres, ressaltando que a gestão do tráfico está nas mãos de uma elite muitas vezes ligada à política e às forças de segurança.

O nível de criminalidade entre os rapazes está intimamente relacionado ao desemprego: homens jovens, com idade de 16 a 29 anos, figuram em grande número nos crimes envolvendo a propriedade e nos crimes violentos [...]. Algumas pessoas sugerem que os altos níveis de desemprego masculino estão dando início a uma nova categoria de criminoso de carreira [...]. (GIDDENS, 2005, p. 191)

Neste sentido, o autor afirma que vivemos uma “crise da masculinidade”, porque se antes o homem era provedor familiar, hoje há uma mudança no mercado de trabalho, que fizeram do desemprego e da insegurança no emprego algo ameaçador, ao passo em que as mulheres estão cada vez mais independentes profissionalmente e financeiramente.

Michaud (1989) apresenta uma colaboração que vai de encontro com o que o autor acima citado apresenta anteriormente sobre a relação entre a criminalidade e o desemprego, trazendo outros elementos que contribuem e que estão relacionados com os altos níveis de violência criminosa, como por exemplo, a pobreza.

Para tanto, ele inicia tratando basicamente de dados de violência em Paris, em 1488, onde os criminosos estavam entre os que desistiram da universidade, os ex-soldados e os vagabundos, ou desempregados. “[...] A criminalidade urbana está ligada à brutalidade da vida, à pobreza e às carências, e também se deve à marginalização dos grupos desenraizados pelas transformações agrárias, as catástrofes naturais e as epidemias. [...]”. (MICHAUD, 1989, p. 34) E continua afirmando que, conforme os estudos mais recentes há altos níveis de violência criminosa e de brutalidade especialmente nas cidades de populações pobres, formadas em parte por migrantes e pessoas sem domicílio fixo.

Assim, a violência e a criminalidade possuem relação com o que Giddens (2005) e Michaud (1989) expõem. Ambas estão ligadas com a situação de pobreza, de marginalização, de desemprego ou insegurança no emprego, e ainda de vulnerabilidade social, como apresentada no capítulo anterior. Ressaltamos que não devemos considerar tais aspectos como determinantes para a prática de crimes envolvendo violência; o que se busca é considerá-los como fatores que têm significativa influência no aumento deles.

Desse modo, “[...] as expressões desse fenômeno na atualidade, [...] estão relacionadas à reestruturação produtiva, à exacerbação da acumulação capitalista e à ausência de ênfase na questão social por parte dos governantes” (MINAYO, 2006, p. 33).

Ademais, todos esses fatores estão presentes principalmente, na contemporaneidade, nos grandes centros urbanos, onde as desigualdades sociais e a condição de vulnerabilidade aparecem com muita força e nitidez; a segregação social é extremamente aparente, e isso pode se notar especialmente quando se vê os grandes complexos de favelas e os luxuosos condomínios e residenciais. Se em um a população vive com a falta de tudo, bem como de saneamento básico, de saúde e educação de qualidade, e outros fatores fundamentais à vida digna, em outro, não falta nada, e se vive com muito mais do que necessitaria.

Atualmente, são muitos os crimes acompanhados de violência, e de acordo com o Anuário da violência (Ipea, 2017), esses índices vêm aumentando assustadoramente nos últimos anos no mundo, sendo protagonizados por adolescentes, jovens e até por crianças. Estes aparecem tanto como autores quanto como vítimas. Desse modo, podemos citar como crimes constantemente ocorridos hoje, os latrocínios, estupros, agressões físicas, e principalmente os homicídios.

Diante do exposto, é possível perceber que a violência acompanha o homem desde tempos imemoriais, se fazendo presente no seio social em todos os tempos das civilizações humanas até hoje. Deste modo, se constitui como um fenômeno muito complexo, principalmente em decorrência dos inúmeros fatores que engloba, tantos sociais, políticos, econômicos e psicológicos, o que têm o tornado foco de diversas discussões entre os estudiosos na atualidade.

Assim, torna-se relevante ressaltar e enfatizar a distinção entre violência e criminalidade. No início desta seção foram expostas definições de violência, por Michaud (1989) e de crime por Giddens (2005). Violência é um fenômeno social que apresenta diversas faces, como o assassinato, a tortura, a opressão, as guerras, o estupro, o assalto, a criminalidade, etc. Neste sentido, a criminalidade é uma das faces da violência, e são diferentes à medida em que uma ação criminosa é assim definida quando uma lei é transgredida (crime de evasão fiscal, crimes contra o sistema financeiro, etc. (como já mencionado) e violência não necessita de uma lei para se configurar como tal (karatê e boxe, como também já apresentado).

2.2 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: O CASO DO BRASIL E DO MARANHÃO

Como vimos na seção anterior, o fenômeno da violência é algo muito presente na sociedade contemporânea, porém, não é algo próprio dela, pois acompanha o

homem desde tempos imemoriais. Neste sentido, a violência, afirma Minayo (2006, p. 8) é um

[...] Fenômeno sócio-histórico [...]. Sua presença está registrada em vários documentos da antiguidade e é lembrada no mito de origem contida na narrativa bíblica em forma de disputa fratricida. Os ressentimentos de Caim contra seus pais e a morte de Abel, seu irmão, pensada e perpetrada por ele, evidenciam a convivência da sociedade humana com perenes disputas de poder, com ódio e com vontade de aniquilar uns aos outros. [...]

A violência pode ocorrer em maior ou menor grau em sociedades distintas. Há sociedades com maior fragilidade organizacional, com sérios e profundos problemas sociais, políticos, culturais e econômicos. Já em outras, mais desenvolvidas, o nível de controle e de organização é mais elevado, tornando-as menos violentas.

Desta maneira, um exemplo de sociedade frágil, tanto em termos organizacionais quanto ainda em desenvolvimento, é a brasileira, onde o fenômeno da violência se apresenta com muita força, especialmente nos tempos atuais. Isso talvez se dê justamente, e principalmente pela desordem social, política e econômica enfrentada pelo país nos últimos anos.

Entretanto, a violência, e uma de suas faces, a criminalidade, no Brasil não é algo recente. O país “[...] sempre teve uma história de violência articulada à sua forma de colonização e de desenvolvimento, embora, o mito que ocorre no imaginário social e é apropriado politicamente é de que somos um país pacífico. [...]” (MINAYO, 2006, p. 25) Este período colonial brasileiro que a autora menciona foi marcado pelo fenômeno da violência, uma vez que ela se manifestou de diversas formas, tanto culturalmente, socialmente, quanto fisicamente e psicologicamente.

Em vários outros momentos da história do Brasil a violência aparece mostrando suas diversas faces, como em forma de tortura, onde a força surge permeando tais momentos.

[...] Ao lado dos grandes e incruentos acontecimentos oficiais (como a Proclamação da Independência e a da República), a violenta repressão a movimentos populares como o Quilombo dos Palmares, a Cabanada, a Balaiada, Canudos, Contestado, os Muckers e a revolta da Chibata, a última resolvida de um modo tão brasileiro, isto é, a anistia dos rebeldes e seu subsequente desaparecimento. O uso da força também permeou acontecimentos nos quais o Estado não esteve diretamente envolvido, como as guerras civis no Rio Grande do Sul (onde o modo de tratar os inimigos era a degola), ou a vida cotidiana dos homens livres na ordem escravocrata cujo dia-a-dia era profundamente marcado pela violência (OLIVEN, 2010, p. 5).

Isso nos leva a perceber que a sociedade brasileira, desde o início de sua constituição, foi marcada por inúmeros acontecimentos, os quais diversas formas ou faces do fenômeno da violência se apresentaram. Portanto, não se trata de algo recente no país, próprio da sociedade brasileira dos tempos atuais.

Do mesmo modo, o processo de urbanização brasileiro também se constituiu como um fenômeno violento à medida que expulsou e “empurrou” para as margens das cidades muitos cidadãos. Trata-se, neste caso, de uma violência à vida, à dignidade humana. Michaud (1989) discorre, neste sentido que, o elevado nível de violência constitui um aspecto natural da vida de muitos grupos sociais. E no caso destes que, no período de urbanização brasileira foram marginalizados pela sociedade, a violência parece se naturalizar, estando presente em seu cotidiano, e não só neste período, mas nos dias de hoje também.

Assim, buscaremos agora discorrer de forma breve acerca do período de urbanização do Brasil, relacionando-o com o processo de periferização e a questão da violência e da criminalidade, uma de suas faces. Posteriormente, apresentaremos alguns dados de violência criminosa no Brasil e no Maranhão, tendo como principal referência dados do Atlas da Violência - Ipea dos anos 2016, 2017 e 2018.

A urbanização brasileira é um processo que se dá de forma paulatina, se modificando ao longo do tempo, pois o país foi por século predominantemente agrário. Na verdade, como escreve Milton Santos em seu livro *A Urbanização brasileira* (1993) a urbanização do Brasil deu-se de forma bem longínqua historicamente, uma vez que a Bahia e a Zona da Mata, desde o século XVI apresentam notoriamente um processo de urbanização antes do restante do território. Tal fato é denominado pelo autor como urbanização pretérita. Tratava-se, como afirma o mesmo autor, mais de uma geração de cidades do que de um processo de urbanização.

Já que se está tratando de urbanização, cabe então apresentar o que se entende por urbanismo, a partir de Santos (1993, p. 17) apud Viana (1956), além de sua ênfase a um Brasil agrário, como mencionado acima.

(...) O urbanismo é a condição moderníssima da nossa evolução social. Toda nossa história é a história de um povo agrícola, a história de uma sociedade de lavradores e pastores. É no campo que se forma a nossa raça, e se elaboram as forças íntimas de nossa civilização. O dinamismo da nossa história, no período colonial, vem do campo. Do campo, as bases em que se assenta a estabilidade administrável da nossa sociedade no período imperial (SANTOS, 1993, p. 17).

De fato, a urbanização brasileira tem início somente a partir do século XVIII, com o deslocamento da população do campo para a cidade, tendo em vista que esta possui melhores condições para a moradia, o que o campo não mais oferece. Até os donos de terras também saem do campo, retornando a ele somente por conta da cana de açúcar.

O Brasil passou por surtos de urbanização, que consistia nas pequenas vilas que se formavam principalmente por migrantes nordestinos em função dos trabalhos com a mineração. Assim, o Nordeste deixa de ser o eixo produtivo, com a cana de açúcar, e o Sudeste aurífero assume tal posto. Além disso, a capital da ainda colônia brasileira passa a ser o Rio de Janeiro, e não mais Salvador.

Mas foi somente no século XIX que esse processo urbano no Brasil ganhou maturidade (SANTOS, 1993). As cidades começam a se desenvolver, a depender cada vez menos de alguns setores, a ter cada vez mais estradas e mais amplas relações.

Dessa maneira, Santos (1993) aponta dois momentos importantes para o desenvolvimento da urbanização brasileira. O primeiro compreende o período anterior a 1940 e 1950, o qual as cidades não possuíam ainda funções econômicas, pois eram em geral, públicas, o que dificultava o desenvolvimento urbano; pós este período, os nexos econômicos crescem, pois as indústrias passam a se estabelecer nas cidades, o que implica a necessidade de mão de obra, de infraestrutura e estradas para o escoamento da produção. Assim, as cidades tornam-se pontos de atração.

O autor supracitado apresenta dados do crescimento populacional brasileiro, dividindo entre população total, população urbana e índice de urbanização das décadas de 1940 a 1990, o que permite perceber grande crescimento populacional entre 1960 e 1980.

Quadro 5: Brasil População urbana e rural entre 1940 e 1991

	1940	1950	1960	1970	1980	1991
População total	41.326.000	51.944.000	70.191.00	93.179.000	119.099.000	150.400.000
População urbana	10.891.000	18.783.000	31.950.000	52.905.000	119.099.000	115.700.000
Índice de urbanização	26,35	36,16	45,52	56,80	68,86	77,13

Fonte: SANTOS (1993), adaptado por Rodrigues (2019)

Na atualidade, os números populacionais cresceram significativamente, em relação aos dados da tabela acima, chegando a 208,8 milhões em 2018, conforme estimativas do IBGE.

Como já mencionado, as cidades constituem-se enquanto pontos de atração, mas, no caso do Brasil, sem as estruturas necessárias para a manutenção de suas populações, assim como antes, no período de urbanização. Vale ressaltar que este processo ocorreu sem nenhum planejamento, o que gerou inúmeros problemas que perduram até os dias de hoje. Alguns problemas vividos pelas cidades brasileiras serão expostos a seguir.

Com diferença de grau e de intensidade, todas as cidades brasileiras exibem problemáticas parecidas. [...] Problemas como o do emprego, da habitação, dos transportes, do lazer, da água, dos esgotos, da educação, da saúde, são genéricos e revelam enormes carências. [...] (SANTOS, 1993, p. 95)

Estes problemas apresentados pelo autor são vividos principalmente por uma parcela significativa da população brasileira, os que vivem nas bordas das cidades, os marginalizados.

E pode-se dizer que, um dos principais frutos desse período de formação de cidades no Brasil talvez tenha sido o processo de periferização, que consiste na ocupação irregular de áreas que não contam com infraestrutura, saneamento e redes de transporte, sendo os ocupantes, pessoas que são “jogadas” e “empurradas” para as margens das cidades. Este processo de periferização se dar em torno das áreas privilegiadas, onde as populações mais ricas se instalam e possuem acesso a todos os serviços de qualidade. Essa divisão de áreas entre ricos e pobres é chamada de segregação socioespacial.

Além disso, as áreas periféricas vão crescendo a cada dia, se aproximando muitas vezes das áreas nobres, pois, as desigualdades sociais e espaciais vão se tornando cada vez mais evidentes nas cidades brasileiras. Isso faz surgir um novo processo, além do de periferização e de segregação socioespacial, denominado auto-segregação, que ocorre quando a população rica procura condomínios fechados, visando segurança e afastamento das falhas sociais.

Nesse sentido, cria-se cada vez mais isolamentos, buscando segurança privada em detrimento do afastamento dos ditos perigosos, os pobres, os marginais. Isso é denominado por Caldeiras (2000, p. 211) “enclaves fortificados”. Trata-se de espaços privatizados, fechados e monitorados para residência, consumo, lazer e trabalho. A sua principal justificação é o medo do crime violento. [...]”

De acordo com o Anuário da Violência (Ipea, 2017), cresce cada vez mais os crimes que envolvem a prática da violência na sociedade brasileira, tais como agressões, assaltos, roubos, latrocínios, estupro, tráfico de drogas, mas principalmente homicídios.

Além disso, atualmente, no país, o crime organizado se apresenta com muita mais força que em anos anteriores, estando apoiados pelos diversos meios tecnológicos que facilitam o andamento do “negócio”. Assim, este tipo de crime pode vir acompanhado de violência, e no país isso ocorre frequentemente.

[...] O caráter altamente lucrativo dos crimes e sua organização em rede configuram os fatores determinantes das formas contemporâneas de violência que, no Brasil, são responsáveis pelo aumento das mortes por homicídio e as taxas de criminalidade nos últimos 25 anos. (MINAYO, 2006, p. 32)

O tráfico de drogas, por exemplo, desencadeia inúmeras formas de violência, bem como os próprios homicídios, torturas, estupro, latrocínios e outros. Trata-se de um tipo de crime tão organizado, que possui conhecimentos administrativos, do sistema financeiro internacional e dos vários equipamentos de última geração, tudo visando o desenvolvimento da organização.

São muitos os fatores que colaboram para o aumento de atos de violência no Brasil na contemporaneidade. Estes precisam ser levados em consideração na análise desse fenômeno, pois, como circunstância, a sociedade brasileira é marcada por uma acentuada desigualdade social, em que na maioria dos casos de violência relacionados com criminalidade os envolvidos são de famílias pobres, com baixa escolaridade e residentes em áreas periféricas das cidades.

Nesse sentido, Minayo (2006) fala da perversidade da delinquência organizada. Esta consiste na inclusão em negócios ilegais de jovens e pobres. Mercados criminosos como o de drogas surgem para eles como uma opção de trabalho, principalmente por falta de oportunidade para o protagonismo como cidadão. Além disso, trata-se de situações de extrema desigualdade, de falta de possibilidades à cultura, ao mercado de trabalho legal e formal, ao consumo, e ao reconhecimento social.

Além do crime organizado, muitas outras manifestações de violência se apresentam no Brasil. Os quadros a seguir demonstram alguns dos principais massacres e chacinas ocorridos dentro e fora de presídios no Brasil.

Tabela 1: Maiores massacres em presídios

2002	2004	2010	2017	2018
27 detentos mortos no Presídio Doutor José Mário Alves da Silva (Urso Branco) em Porto Velho-Roraima.	30 presidiários mortos e 1 agente penitenciário na casa de Custódia de Benfica-Rio de Janeiro	18 mortos no Complexo Penitenciário de Pedrinhas, em São Luís-MA	26 detentos mortos na Penitenciária Estadual de Alcaçuz, na Região Metropolitana de Natal; 33 detentos mortos na Penitenciária Agrícola do Monte Cristo em Roraima; 67 mortos no Complexo penitenciário Anísio Jobim e na Unidade Prisional do Puraquequara - Manaus	22 mortos no centro Penitenciário de Recuperação do Pará, no Complexo Santa Izabel na região Metropolitana de Belém.

Fontes: Jornal O Globo (2017) e Folha de São Paulo (2017)

Tabela 2: Principais chacinas ocorridas fora dos presídios brasileiros

São Paulo	Rio De janeiro	Ceará	Rio Grande do Norte
Foram registrados em São Paulo, em 2015 17 chacinas que resultaram em 69 mortos; 3 casos de chacinas em 2018 levou a morte de 10 pessoas.	Entre 2016 e 2017 foram registradas no Rio de Janeiro cerca de 21 chacinas com 76 mortos e 45 feridos; em 2018, foram registradas 47 chacinas com 189 mortos, sendo 105 vítimas de confrontos com a polícia.	Entre janeiro de 2015 e Junho de 2018, cerca de 150 pessoas morreram em 25 casos de chacinas.	Em 2015, foram registrados 2 casos de chacinas com 9 mortes; em 2016 foram registradas 2chacinas com 11 mortos; em 2017, registraram 8 casos de chacinas, deixando 59 mortos.

Fontes: The Intercept_Brasil (2017), Blog do Fernando Ribeiro (2018), Agência Brasil (2015), G1 Rio de Janeiro (2018), G1 São Paulo(2018).

Ao Observar os quadros acima, nota-se que os homicídios no país têm um número crescente a cada ano. O Anuário da violência (Ipea, 2017) apresenta, de acordo com o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde, o número de homicídios registrados em 2015, também em 2016 e 2017, segundo os Anuário da Violência (Ipea, 2018) e (Ipea, 2019). Veja o quadro que segue:

Quadro 6: Brasil: Homicídios ocorridos entre 2005-2015, 2006-2016 e 2007-2017

Homicídios (2005-2010)										
2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015
48136	49704	48219	50659	52043	53016	52807	57045	57396	60474	59080
Homicídios de jovens entre 15 e 29 anos (2005-2015)										
26793	27251	26489	27880	28267	28562	27930	30609	30689	32436	31264
Homicídios (2006-2016)										
2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016
49704	48219	50659	52043	53016	52807	57045	57396	60474	59080	62517
Homicídios de jovens entre 15 e 29 anos (2006-2016)										
27251	26489	27880	28267	28562	27930	30609	30689	32436	31264	33590
Homicídios (2007-2017)										
2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
48219	50659	52043	53016	52807	57045	57396	60474	59080	62517	65602
Homicídios de jovens entre 15 e 29 anos (2007-2017)										
26489	27880	28267	28562	27930	30609	30689	32436	31264	33590	35783

Fontes: Atlas da Violência (Ipea 2017, 2018 e 2019), adaptado por Rodrigues (2019)

Conforme o demonstrado no quadro, o número de homicídios em 2015 foi de 59.080, tendo um aumento em 2016, chegando a 62.517, aumentando ainda em 2017, para 65.602, o que equivale a um decréscimo de 4,9%.

Do número de homicídios ocorridos em 2015, 47,8% são jovens do sexo masculino, com 15 a 29 anos de idade. Esse número cresceu muito em relação aos homicídios ocorridos entre 2005 e 2007, que teve entre 48 mil a 50 mil homicídios registrados.

É importante ressaltar que entre o período de 2005 e 2015 foram registrados, conforme o Anuário da Violência (Ipea, 2017) um crescimento de 18,2% na taxa de homicídio de negros, tendo uma pequena queda de 2014 para 2015 de 2,2 %, enquanto a mortalidade de indivíduos não negros diminuiu 12,2%. “[...] Em 2017, 75,5% das vítimas de homicídios foram indivíduos negros, sendo que a taxa de homicídios por 100 mil negros foi de 43,1, ao passo que a taxa de não negros (brancos, amarelos e indígenas) foi de 16,0 [...]” (Ipea, 2019, p. 49) Isso demonstra que ainda hoje o Brasil carrega o legado da discriminação a pessoas de pele negra.

Ainda conforme dados do anuário da Violência acima citado, o número também de mortes de mulheres é assustador. Somente no ano de 2015, foram

assassinadas no Brasil 4.621 mulheres, correspondendo a 4,5 mortes para cada 100 mil mulheres. Entre 2005 e 2015 houve um crescimento de 7,5% de mortes de mulheres, mas entre 2010 e 2015 houve uma diminuição neste número de 2,8%, e de 5,3% em 2015. Já de acordo com o Atlas da Violência (Ipea, 2018), em 2016 o número de mulheres mortas aumenta para 4.645, notando-se um aumento de 6,4% no período de 2006 a 2016. Destes números, considerando ainda dados de 2016, a taxa de homicídios entre as mulheres negras chega a 5,3%, enquanto entre as não negras essa taxa é 3,1%, tendo diferença de 71%. Em relação aos dez anos da série (2006-2016), a taxa de homicídios para cada 100 mil mulheres negras aumentou 15,4%, enquanto que entre as não negras houve queda de 8%.

Conforme o Anuário da Violência (Ipea, 2019) No período de 2007 a 2017 houve um aumento significativo dos homicídios de mulheres de 30,7%. Neste mesmo período houve aumento de 20,7% na taxa de homicídios de mulheres no Brasil, quando a mesma passou de 3,9 para 4,7 mulheres assassinadas por grupo de 100 mil mulheres. Ademais, as mulheres negras, em comparação com as não negras, tiveram uma crescente no número de homicídios de 29,9%. Entre as mulheres não negras o crescimento é de 1,7% e entre mulheres negras de 60,5%. Considerando, pois, apenas o último ano disponível, a taxa de homicídios de mulheres não negras foi de 3,2 a cada 100 mil mulheres não negras, à medida que entre as mulheres negras a taxa foi de 5,6 para cada 100 mil mulheres neste grupo.

Um número bem elevado das mortes ocorridas no Brasil se dá por armas de fogo. Sobre isso, o Atlas da Violência (Ipea, 2016, p. 30) apresenta:

Em 2014, 44.861 pessoas sofreram homicídio em decorrência do uso das armas de fogo, o que correspondeu a 76,1% do total de homicídios ocorrido no país. Ainda que essa proporção tenha se reduzido após a sanção do Estatuto do Desarmamento (ED), em 2003 [...] a violência letal com arma de fogo no Brasil continua alcançando patamares só comparáveis a alguns poucos países da América Latina, sendo tal indicador bem superior aos 21%, que representa a média dos países europeu.

O Anuário da Violência (Ipea, 2017) demonstra que o número de mortes por armas de fogo teve um decréscimo em 2015. Neste ano foram mortas 41.817 pessoas, sendo que tal número corresponde a 71,9% do total de casos. Em 2017, conforme o Anuário da violência (Ipea, 2019) o número por armas de fogo foram de 47.510, tendo um aumento de 6,8% em relação a 2016.

Partindo de dados do atlas da Violência (Ipea, 2018) a partir de dados o Sistema de Informações sobre Mortalidade, do Ministério da Saúde (SIM/MS), os números de homicídios em 2015 mudaram no Brasil. em 2016, conforme exposto na tabela acima, houve 62.517 homicídios, implicando dizer que, pela primeira vez na história, no país há mais de trinta mortes por 100 mil habitantes.

O Atlas da Violência (Ipea, 2017) expõe “[...] um dado emblemático que caracteriza bem a questão é a participação do homicídio como causa de mortalidade da juventude masculina (15 a 29 anos), que, em 2016, correspondeu a 50,3% do total de óbitos. Se considerarmos apenas os homens entre 15 e 19 anos, esse indicador atinge a incrível marca dos 56,5%. [...]”

Ainda, outra forma de violência, configurada como crime no Brasil é o estupro. Conforme o Atlas da Violência (Ipea, 2018), baseado em dados do *11º Anuário Brasileiro de Segurança Pública*, em 2016 foram registrados nas polícias brasileiras 49.497 casos. Nesse mesmo ano, no Sistema Único de Saúde foram registrados 22.918 casos dessa natureza. Muitos casos de estupro não são levados à polícia, principalmente por medo por parte das vítimas, e se levados, muitas vezes não são registrados e tido a devida atenção das autoridades.

Além destes aspectos aqui apresentados, o Anuário da Violência (Ipea, 2019) traz dados de outro aspecto importante: Os números de violência contra a população LGBT+⁴. A seguir, serão expostos dados, a partir do Anuário da violência (Ipea, 2019) baseado em dados do Disque 100, dos números de denúncias de pessoas LGBT+, tanto de denúncias de lesão corporal, de tentativas de homicídios, quanto de homicídios.

Quadro 7: Denúncias de crimes de LGBTs entre 2011 e 2017

Número de denúncias de LGBTs						
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
1.159	3.031	1.695	1.013	1.983	1.876	1.720
Número de denúncias de lesão corporal de LGBTs						
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
328	783	363	188	269	275	423
Número de denúncias de tentativas de homicídio de LGBTs						
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
30	41	28	15	22	17	26

⁴LGBTI+ é a sigla para Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais ou Transgêneros e Intersexuais. Doravante incluiremos ainda o “+”, utilizado pelo movimento gay para fazer alusão à visibilidade de casos de assassinatos de heterossexuais sob motivações homofóbicas, tendo sido a vítima confundida com gays ou lésbicas. (IPEA, 2019, p. 56)

Número de denúncias de homicídios de LGBTs						
2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017
5	19	26	35	28	85	193

Fonte: Atlas da Violência (Ipea, 2019)

O quadro demonstra que o número de denúncias feitas em 2012 alcançou seu ápice, apresentando uma queda significativa nos anos seguintes. Em relação às denúncias de lesão corporal, percebe-se que ocorre parecido, pois em 2012 as denúncias também tiveram maior número, decrescendo em de 2013 a 2014, tendo um aumento nos anos seguintes, chegando a 423 denúncias em 2017.

Em se tratando de denúncias de tentativas de homicídios, nota-se que são bem poucas, tendo maior número em 2012 e diminuído nos anos seguintes. Isso pode ser explicado em parte pelo fato de as vítimas terem receio em denunciar por serem reiteradamente ameaçadas pelos agressores, ou ainda por não terem o apoio da justiça, sabendo da impunidade presente no Brasil. Entretanto,

[...] No que se refere às denúncias de homicídio contra a população LGBTI+, houve uma dinâmica totalmente contrária, verificando-se um forte crescimento nos últimos seis anos apontados, saindo de um total de 5 casos, em 2011, para 193 casos, em 2017. Apenas no último ano houve um crescimento de 127%. (IPEA, 2019, p. 58)

No Maranhão os índices de homicídios cresceram significativamente também entre 2005 e 2015. Se em 2005 os dados mostram que houve 935 homicídios, em 2015, esse dado subiu para 2.438, sendo que entre 2014 e 2015, esse número caiu em apenas 1,0%. Já em 2016, conforme o Atlas da Violência (Ipea, 2018) o número de homicídios no estado foi de 2.408 tendo uma pequena queda em relação ao ano anterior, o que corresponde a taxa de 1,2%. Entre 2006 e 2016, a taxa de homicídios foi de 148,5%. Isso significa que morrem 37,9 pessoas por 100 mil habitantes. Desses números, 1.625 são mortes por armas de fogo, sendo 23,4 mortes por 100 mil habitantes.

Conforme o Anuário da Violência (Ipea, 2019) o número de homicídios teve uma pequena queda em relação a 2016 chegando a 2.180, já que em tal ano este número era de 2.408, o que significa um decréscimo de 9,5% nos homicídios. Parte das vítimas dos homicídios são homens entre 15 e 29 anos de idade, com um número de 1.063 em 2017, tendo aumentado na década que compreende 2007 a 2017 79,6%, tendo uma pequena queda entre 2016 e 2017 de 8,1%. Destes números, muitos são causados por

arma de fogo, sendo que em 2017, no Maranhão, foram registrados 1.483 homicídios por arma de fogo, diminuindo em relação a 2016, que chegou a 1.625.

No estado, considerando dados do Atlas da Violência (Ipea, 2018) o número de homicídio entre negros foi de 37,9 para cada grupo de 100 mil habitantes, tendo diminuído 1,4% entre 2015 e 2016, ao passo que entre os não negros é de 19,6, tendo sido notado um aumento entre 2015 e 2016 de 2,9%. No caso dos homicídios contra a mulher, em 2017 registrou-se um número de 127 mortes, apresentando um aumento de 101,6% em relação a 2007, e uma queda de 20,1% em relação a 2016. (Ipea, 2019)

Entre as mulheres negras, em 2016 registraram 133 mortes, sendo que para cada 100 mil habitantes no estado, morrem 4,8 mulheres negras, enquanto o número de não negras é de 3,3 mortes. Já em 2017, conforme o Anuário da Violência o número de mulheres negras mortas caiu em relação a 2016 para 113, equivalendo um decréscimo de 15,05%. Já o número de mortes de mulheres não negras é bem menor, chegando a 12 em 2017. (Ipea, 2019)

No Maranhão, conforme o Atlas da Violência citado acima, houve em 2016, 995 casos de estupros (Fórum Brasileiro de Segurança Pública-FBSP -2018) e 434 casos (Sistema de Informação de Agravos de Notificações-SINAN).

Diante disso, é visível que a problemática da violência e da criminalidade no Brasil é alarmante, causando na população um sentimento de insegurança e de medo. Isso pode ser confirmado ao analisar a campanha eleitoral para a presidência brasileira em 2018, uma vez que o debate se concentrou no tema da segurança pública, tema presente na maioria das propostas dos candidatos e nos debates.

Pode-se dizer, ao observar o quadro de violência, principalmente a criminal que o Brasil se encontra imerso, que os números alarmantes expostos acima, estão relacionados a diversos fatos, como a questão da vulnerabilidade social da maior parte da população brasileira. Mesmo que o Brasil já esteja ocupando a posição de baixa vulnerabilidade, conforme o IVS (Ipea, 2017) considerando as diferenças metodológicas entre o Censo (2010) e a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios-PENAD (2011), como já foi apresentado no capítulo anterior, não implica dizer que a vulnerabilidade não é algo fortemente presente no cotidiano brasileiro, principalmente vivida por grande parcela do país, residentes de áreas marginais. E o desemprego, tendo forte relação com a condição de vulnerabilidade, é cada vez mais nítido no país.

Assim, tratando sobre o desemprego, conforme a Carta de Conjuntura (Ipea, 2018), a taxa de desemprego no Brasil no trimestre de agosto a outubro de 2018 é de

11,7%, cerca de 24 milhões de desempregados, sendo um número ainda elevado, porém está abaixo do notado neste mesmo período em 2016 e 2017. No mesmo período em 2018, um em cada quatro desocupados já se encontrava nesta situação há pelo menos dois anos.

Ainda de acordo com a referida Carta de Conjuntura, em relação a empregos, a população mais jovem, entre 18 e 24 anos estão em situação desfavorável, uma vez que têm menos chance de ser contratada, e se ocupada, têm mais chance de ser demitida.

Porém, a partir do primeiro trimestre de 2017, esse quadro passa a ter uma leve transformação no sentido de que as taxas de desemprego para a ocupação deixam de cair, e as taxas de ocupação para o desemprego param de subir. Pode-se dizer que o mercado de trabalho exige pessoas com maior nível de escolaridade, sendo estas as que mais possuem probabilidade de ocupação e menor chance de perda de emprego.

No caso do Maranhão, a situação é bastante desfavorável. “Os municípios maranhenses na sua totalidade são pobres, sendo sua principal fonte de receita constituída pelo Fundo de Participação Municipal – FP. [...]” (SOUSA; PEREIRA et al, 2011, p. 4)

Essa problemática econômica e a situação de pobreza do estado foram fomentadas por vários aspectos, e um deles foram os longos períodos de oligarquias políticas que prejudicaram o desenvolvimento maranhense, bem como a da família Sarney, que governou por décadas o estado.

A pobreza presente no maranhão não se justifica geograficamente, pois trata-se de uma área favorecida naturalmente, com rica biodiversidade, dentro de parte da Amazônia, e mesmo fazendo parte do nordeste, se situa fora de área de seca.

Conforme Sousa e Pereira et al (2011) baseada em dados do Censo 2010,

Da população de 6,5 milhões de habitantes, 1,7 milhão está abaixo da linha da miséria ou na pobreza extrema, com um rendimento de até R\$ 70 por mês, o que corresponde a 25,7% dos seus habitantes, mais que o triplo da média nacional, que é de 8,5%. Na faixa da pobreza absoluta, o que corresponde a um rendimento médio domiciliar mensal per capita de até meio salário mínimo os números são ainda mais gritantes: 55,9% dos maranhenses, mais de 3,4 milhões de pessoas, sobrevivem nesta condição.

Os índices apontam as péssimas condições de vida da população maranhense, principalmente a forte presença da pobreza que se arrasta até os anos atuais, e como já mencionado em vários momentos, tais condições colaboram significativamente para o aumento dos vários tipos de violência, principalmente a criminal.

O aumento das taxas de violência, principalmente criminal, como expostas acima, nos leva a inferir que há uma falha enorme nos governos federal, estadual e municipal. Claro que não se trata de uma tarefa fácil, já que se está falando de uma problemática extremamente profunda, mas necessita-se de formas para barrar estes crescentes números dos vários tipos de violência, e da crescente criminalidade no Brasil.

Necessita-se buscar maneiras de prevenção da violência no Brasil e no Maranhão, mais especificamente, no sentido de ações voltadas para a melhoria de vida de parte da população, pois vivem em situação de vulnerabilidade.

Assim, a população brasileira como um todo carece de moradias dignas, de oportunidade de emprego, de acesso à cultura, ao lazer, de educação, de serviços de saúde e de saneamento de qualidade. Ademais, precisa-se que a sociedade insira os pobres e marginalizados no seio social, fortalecendo as relações sociais, também importantes para a vivência.

É claro que o fenômeno da violência é extremamente complexo, com raízes profundas. No Brasil e mais especificamente no Maranhão, a realidade no que tange esse fenômeno é caótica, tendo todos esses elementos acima expostos como colaboradores, uma vez que se trata de populações que em sua maioria não possuem tais elementos com qualidade. Assim, pode-se dizer que,

É bem verdade que as expressões da violência que ocorrem no Brasil são muito mais complexas, não se limitam à questão dos crimes que ocorrem nas áreas pobres das grandes cidades. No entanto, é sobre as condições e as circunstâncias da escassez de oportunidades e perspectivas – principalmente no caso da juventude bombardeada pelos apelos de consumo e pela falta de reconhecimento e de chances sociais – que se constroem as taxas de criminalidade e as consequências da violência, particularmente, nas regiões metropolitanas. (MINAYO, 2006, p. 360)

Portanto, são necessárias ações voltadas para o problema que é a violência e sua principal face, que é a criminalidade, não no que tange somente aos meios de repressão, como a população em sua grande maioria vê como correto exclusivamente, mas também para os fatores que contribuem para seu aumento e fortalecimento.

2.3 A TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS E SUAS IMPLICAÇÕES PARA O ESTUDO DA VIOLÊNCIA E DA CRIMINALIDADE

A Teoria das Representações Sociais foi construída, dentro da psicologia social por Serge Moscovici, baseado em uma teoria já existente de Durkheim sobre as representações coletivas. Trata-se de uma teoria que percebe e que defende a ideia de que as representações estão constantemente presentes no cotidiano, sendo construídas, reconstruídas e transmitidas por meio da comunicação entre os indivíduos sociais.

Assim, essa teoria de Moscovici vem ganhando espaço no meio científico ao longo dos anos, uma vez que se trata de um estudo pertinente e sólido, capaz de colaborar na construção de novos estudos.

A noção de representação social, que há mais de vinte anos vem suscitando numerosos trabalhos e debates em Psicologia Social, tende a ocupar uma posição central no campo das Ciências Humanas e Sociais, onde a propensão a se reportar às representações não pára de crescer. Este movimento, iniciado na França sob o impulso de Serge Moscovici, vem encontrando um interesse crescente em diversos países, na Europa e além-mar. (JODELET, 2001, p. 11)

A teoria moscovicianiana de representações sociais tornou-se tão relevante no meio científico, que conforme a mesma autora, em 1990, organizou-se a Rede Internacional de Comunicação sobre Representações Sociais (*Social Representations Communication Network*), incentivada por W. Wagner da Universidade de Linz, na Áustria, reunindo mais 300 pesquisadores de diversos países do mundo. O objetivo disso é tornar mais fácil a disseminação de informações referentes às pesquisas e trabalhos empíricos.

O estudo das representações sociais auxiliou e auxilia muitos trabalhos desde sua consolidação, possibilitando uma visão diferenciada de muitos fenômenos sociais, políticos, educacionais etc. Desta feita, esta seção apresentará alguns dos trabalhos feitos em representações sociais, além das implicações da Teoria das Representações Sociais para o estudo da violência e da criminalidade, além de mencionar outras teorias apresentadas neste trabalho que também colaboram para a construção deste estudo.

Assim, Moscovici (2012) apresenta alguns dos primeiros estudos realizados em representações, e um deles é o de Claudine Herzlich (1973), que constrói um trabalho sobre as representações da saúde e da doença, fruto do período em que na França houve uma difusão de técnicas e teorias médicas em virtude do crescimento do consumo médico. E, com uma nova forma de relacionamento médico-paciente e com uma atitude

também inovadora em relação à saúde e ao corpo, foram se modificando as imagens e teorias antigas

O objetivo de Hertzlich com esse estudo era dar ênfase ao nascimento de “[...] um sistema de classificação e interpretação de sintomas, como resposta ao que algum dia será reconhecido com uma revolução cultural em nossas visões de saúde, doença e morte. [...]” (MOSCOVICI, 2012, p. 97)

Outro estudo importante em representações exposto pelo autor supracitado foi realizado por Denise Jodelet, a principal colaboradora de seu trabalho, ainda de Stanley Milgram (1977) sobre as imagens sociais de Paris. Os autores mostram que o espaço urbano ou a matéria-prima do cotidiano, é determinado em sua totalidade pelas representações, e não de modo tão artificial como sempre se pensou.

Ricardo Vieralves de Castro (1995) faz um estudo sobre as representações da prostituição na Cidade do Rio de Janeiro. Este trabalho, segundo o autor, tem fundamento na questão da Associação de Prostitutas não poder ser registrada legalmente, pois se assim ocorresse, seria entendido que a Lei estaria incentivando a prática da prostituição, o que conforme o Código Penal Brasileiro é crime, mesmo não sendo assim por ele considerado, o ato de se prostituir.

Tal paradoxo, conforme o mesmo autor, só poderia ser compreendido por meio da identificação das representações sociais existentes acerca da prostituição e também na análise das intenções implícitas e explícitas do texto legal.

Neuza Maria Fátima Guareshi (1995) constrói um trabalho sobre as representações. Visando investigar as representações sociais de poder e autoridade em crianças das camadas médias urbanas na sociedade, que se encontram no início do processo de escolarização.

Este estudo é baseado em diferentes enfoques, agrupados em termos mais amplos, que discutem o poder e a autoridade em uma sociedade, mas também em termos mais específicos, que dão ênfase as relações de poder e autoridade em formações sociais menores, como a família e a escola. Na família, a autora se volta para a reprodução de poder nas relações de gênero e idade, e na escola, o foco é o momento em que o saber se torna poder.

Pôde-se perceber, diante do exposto que, a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, tem suscitado muitos trabalhos acerca de inúmeros temas desde a sua consolidação, podendo ser apresentados a partir de diferentes perspectivas. Neste sentido, tal teoria também pode ser aplicada ao estudo da violência e da criminalidade,

tanto visando compreender as representações sociais de ambas a partir das vítimas e dos algozes, quanto da comunidade que presencia casos de violência e criminalidade em seu cotidiano.

Destarte, o presente trabalho funda-se na busca pela análise das representações sociais dos moradores do Bairro Édson Lobão - Vilinha, em Grajaú-MA acerca da violência e da criminalidade. Mas quais as implicações da Teoria das Representações Sociais neste estudo?

Tanto a violência, quanto a sua principal expressão, a criminalidade, na atualidade são vistas como algo normal, talvez por serem tão difundidas e presenciadas na sociedade atual. Veem-se todos os dias nos jornais, noticiários, nas conversas cotidianas, nos restaurantes, entre outros, suas constantes presenças.

Assim, a teoria representacional de Moscovici, assim como em tantos trabalhos já construídos, pode oferecer uma visão mais ampla e esclarecida sobre o fenômeno da violência e também da criminalidade, bem como ambas são vistas, compreendidas no meio social entre as pessoas, neste caso, pela comunidade do bairro estudado neste trabalho. Afinal, “[...] a realidade cotidiana da violência difere sensivelmente das representações que fazemos dela e dos discursos ideológicos ou míticos que sustentamos sobre ela.” (MICHAUD, 1989, p. 98)

Nessa direção, o estudo da violência e da criminalidade, baseado na referida teoria, pode também proporcionar, além de como ambas são entendidas no pensamento da comunidade pesquisada, uma compreensão do contexto geral em que a comunidade aqui já mencionada está inserida, como o crime a violência se apresentam, propiciando uma resposta para o porquê de tal comunidade perceber e representar a violência e a criminalidade como o faz.

Ademais, as representações que se têm no Bairro Édson Lobão – Vilinha sobre violência e criminalidade, pode implicar no modo em que as pessoas se comportam e como elas percebem o mundo e o interpretam. Sobre isso, Jodelet (2001, p. 22) escreve:

Geralmente, reconhece-se que as representações sociais – enquanto sistemas de interpretação que regem nossa relação com o mundo e com os outros – orientam e organizam as condutas e as comunicações sociais. Da mesma forma, elas intervêm em processos variados, tais como a difusão e a assimilação dos conhecimentos, o desenvolvimento individual e coletivo, a definição das identidades pessoais e sociais, a expressão dos grupos e as transformações sociais.

Com isso, consegue-se notar o quanto as representações feitas sobre algo têm implicação significativa no modo de vida das pessoas e de sua percepção das coisas e do mundo.

Outra importante implicação da Teoria das Representações Sociais no presente estudo consiste na oportunidade de uma população marginalizada, como a do Bairro Édson Lobão ser ouvida, principalmente quando se trata de uma problemática tão profunda e presente no seu cotidiano quanto à violência e a criminalidade. Trata-se, portanto, de um momento em que a população poderá expor sua percepção e suas opiniões sobre tal problema.

É importante salientar que, além da Teoria das Representações Sociais, base do presente estudo, outras teorias são também de fundamental importância para a construção do mesmo, mas voltadas para a questão da violência e da criminalidade, ou seja, todas as teorias aqui expostas, tanto a de Representações Sociais de Moscovici, quanto a de Giddens sobre crime e desvio, e de Michaud sobre violência, servem de embasamento para a construção de todo este trabalho, uma vez que busca-se Analisar as representações sociais da população acerca da violência e da criminalidade no Bairro Édson Lobão - Vilinha em Grajaú-MA. Ademais, outras teorias ainda, apresentadas aqui, são de grande relevância para a fundamentação deste estudo.

Diante disso, é possível inferir que as teorias em questão têm muito que colaborar na construção deste trabalho, podendo trazer novidades acerca do fenômeno da violência e também da criminalidade, tendo em vista que esta é uma temática já muito discutida em outros enfoques que não o que este estudo propõe que é a união entre a teoria representacional moscoviciana com o tema da violência e da criminalidade.

mantendo uma relação com ela, por meio das relações entre as pessoas, e delas com o espaço total, entendido como a cidade.

Assim sendo, “[...] Os bairros são frutos de um contexto histórico de uma cidade, surgem em meio ao processo de urbanização e do desenvolvimento em decorrência da demanda populacional, ou seja, em efeito do aumento da população. [...]” (ELOI, 2017, p. 11)

Desta feita, a urbanização é um processo que ocorre a partir do crescimento das cidades, que em geral, no Brasil, se dá de forma desordenada e sem planejamento, dando origem a uma segregação socioespacial, isto é, evidenciam as desigualdades sociais e espaciais, o que gera no espaço urbano a formação de áreas, como bairros e favelas às suas margens com pouco ou nenhum tipo de condições necessárias para uma vivência.

[...] Este espaço urbano reprodutor das diferenças socioespaciais carregam em sua paisagem estrutura que caracteriza o espaço onde situam-se as residências dos pobres e dos ricos, a diferença do novo e do velho, o centro e a periferia, e são através destes aspectos que percebemos a desigualdade das classes sociais e a diferenciação socioespacial existente em uma cidade. (ELOI, 2017, p. 13)

Este modelo de crescimento desordenado e sem planejamento das cidades, como se pode perceber no Brasil, se faz presente também em Grajaú-MA, onde se pode notar a existência de vários bairros e condomínios situados às margens da cidade, como por exemplo, o Bairro Édson Lobão (Vilinha), campo de estudo deste trabalho.

O referido bairro, pelo seu histórico de formação, pode ser compreendido como uma área periférica de Grajaú. Desta feita, apresentaremos de forma breve tal histórico, e em seguida o que se entende aqui por periferia com o intuito de justificar o bairro como tal.

Eloi (2017), por meio de sua pesquisa feita no Bairro Édson Lobão (Vilinha) descobre ao conversar com os moradores do bairro que as áreas que hoje compreende parte do bairro eram de uma fazenda comprada pelo prefeito da época, Mercial Lima de Arruda, chamada Moreiras, e que foi doada por ele para algumas pessoas oriundas das áreas rurais próximas, que trouxeram os filhos para estudar e em busca de trabalho, que moravam em casas alugadas na cidade, e que moravam em outras cidades, por volta de 1985 e 1987.

Entretanto, nesta localidade já havia alguns moradores, em 1974, donos de pequenas chácaras, que também tiveram tais terras doadas pelo prefeito da época, Alfredo

Falcão. Com o passar do tempo, com a chegada de mais moradores, as chácaras foram loteadas e vendidas.

Ainda conforme o mesmo autor, a partir da fala de um de seus entrevistados, um dos fatores que trouxe pessoas para morarem em Grajaú, mais especificamente onde hoje se situa o Bairro em questão, foi a construção da BR 226, pois a cidade ainda era pouco conhecida e isolada.

Porém, o processo de ocupação do Bairro não se deu de maneira uniforme e homogênea, mas em momentos e em circunstâncias diferentes. Tal bairro foi ocupado e constituído em três diferentes momentos, de acordo das entrevistas realizadas com moradores para este estudo. Em primeiro lugar, o Bairro foi ocupado a partir da doação de terras dos prefeitos da época já citada aqui, mas nos dois outros momentos esse processo se deu em sua grande maioria por meio de invasão de terrenos, que posteriormente foram legalizados e as pessoas construíram suas casas.

Estas três áreas possuem algumas diferenciações socioespaciais. A primeira parte se inicia a partir de 1974, quando tanto a Fazenda Moreiras e as chácaras foram loteadas e doadas. Esta é a área mais antiga. Nesta área, percebe-se que em geral o nível de vida da população é superior o das pessoas das outras duas.

Posteriormente, foi ocupada a segunda área do bairro, em grande parte por invasão, residindo pessoas com menos condições, vindas da zona rural, em busca de emprego, de educação e de moradia, semelhante à primeira. A terceira parte também foi ocupada nestas circunstâncias, mas em outro período. Neste sentido, o bairro continua a crescer, pois algumas chácaras antigas foram loteadas e vendidas por seus donos.

Há poucos anos, o Bairro Édson Lobão possuía um quadro ainda pior de condições de vida, uma vez que é possível, conforme a conversa com os entrevistados nesta pesquisa, uma sensível melhora destas condições.

De acordo com Eloi (2017, p. 16) o Bairro, ainda possui deficiência em alguns aspectos referente a condições necessárias para uma vivência digna, claro que diferente de anos atrás, pois tais condições eram bem piores.

Serviços como água encanada, principalmente de poços artesianos e energia elétrica nas residências são os serviços que mais a população é assistida hoje, no entanto há uma enorme deficiência na iluminação pública que é um problema recorrente e persistente em praticamente todo o bairro, neste aspecto fundamental para a segurança no bairro tem deixado a população em situação de maior vulnerabilidade e violência. O Lixo é coletado com certa regularidade, ao mesmo tempo em que rede de esgoto não existe, sendo assim o os próprios moradores constroem fossas para o esgoto sanitário, bem como

para os efluentes domésticos, assim na ausência dessas construções doméstica o esgoto das casas é despejado direto na rua. Quanto à pavimentação, o bairro apresenta uma cobertura asfáltica bastante precária, apesar de atualmente grande parte de o bairro possuir essa cobertura, as ruas estão bastante esburacadas.

Assim, talvez um dos maiores problemas vindos dessa formação desorganizada e sem planejamento do Bairro aqui tratado, seja a presença constante da violência e da criminalidade, que, conforme entrevistas desta pesquisa possui como vítimas e algozes, em geral, pessoas jovens.

Desse modo, o referido bairro, no sentido apresentado, configura-se como uma área periférica, considerando que sua formação se deu de forma desorganizada, sem planejamento, formada principalmente por pessoas de baixa renda, vindas do interior, em busca de emprego e de moradia fixa.

Estes fatores caracterizam o bairro como área marginalizada, com problemas gerados por inúmeros motivos, bem como a falta de políticas públicas voltadas principalmente para a camada jovem, que permitam o desenvolvimento socioespacial e de infraestrutura, de modo a permitir melhores condições de vida da população do bairro.

Assim, torna-se importante apresentar um conceito de periferia, importante nesta discussão.

As periferias constituem-se como espaços sociais de segregação/exclusão social no Brasil e no mundo. Geograficamente, um espaço que se distancia do espaço central das cidades, entre as cidades e entre países [...], também conglomeram populações segregadas e excluídas pela classe social, pela raça, por seu registro linguístico e seus hábitos e produções culturais, entre outros caracteres. (PAULA e PAULA, 2011, p.115)

As periferias acompanham o processo de urbanização, que traz consigo problemas de desigualdade social e espacial a maioria da população, como por exemplo, pode-se citar o caso do Bairro Édson Lobão em Grajaú-MA que sofre com inúmeras problemáticas trazidas pela forma desordenada do crescimento da cidade, que originou tal Bairro e outros com características de periferia.

Como periferia, o bairro aqui estudado, possui ausência, insuficiência e carência de alguns ativos, apontados pelo IVS (Ipea, 2015), já apresentado no capítulo primeiro deste trabalho, o que pode configurar o bairro como vulnerável. Podemos citar alguns desses ativos apresentados pelo IVS (Ipea, 2015): Saúde e educação no bairro ainda são frágeis; há jovens que não frequentam escola e não trabalham; mães precoces e mães chefes de família, com baixa escolaridade e filhos menores. Muitos destes ativos

podem ser comprovados nos gráficos e nas entrevistas abertas realizadas nesta pesquisa na próxima seção.

Ademais, outro ativo do IVS supracitado é o esgotamento sanitário, o que conforme Eloi (2017, p. 20), “[...] apesar de o município possuir um plano de saneamento, os esgotos continuam sendo despejados de forma indiscriminada pelas ruas do bairro, bem como da cidade como um todo.” Ainda conforme o mesmo autor, as ruas do bairro possuem uma cobertura asfáltica, porém, estão já bem esburacadas, e que ficam piores no período chuvoso.

Desta feita, pode-se concluir que o bairro aqui estudado, apesar de já ter melhorado em vários aspectos, tanto espaciais quanto sociais, ainda possui muitas carências que ainda o configuram como periférico e vulnerável, e que ainda sofre com a presença da violência e da criminalidade, e que por isso, carece de maior atenção do poder público municipal para que se torne um lugar mais digno de vivência a todos os seus moradores, haja vista que alguns possuem melhores condições de vida do que outros.

3.2 DOS DADOS OBTIDOS NA ÁREA TOTAL DO BAIRRO

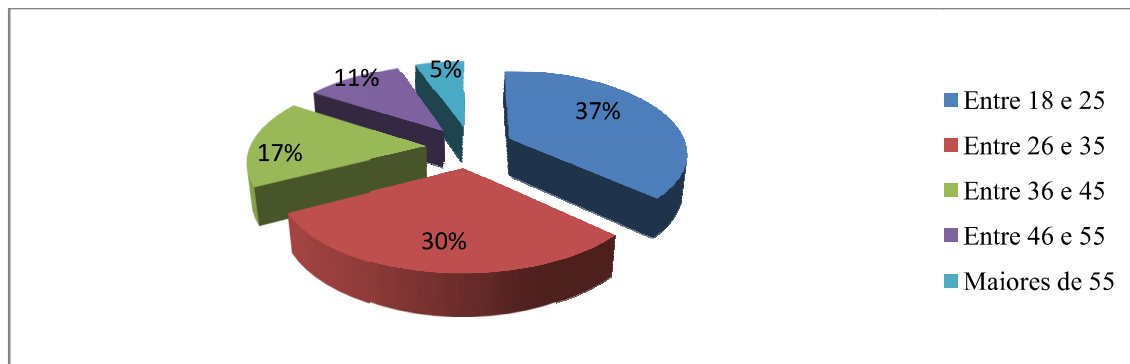
O Bairro Édson Lobão-Vilinha, neste estudo, foi dividido em três áreas distintas, uma vez que se formou em períodos e em circunstâncias diferentes, com o objetivo de apresentar o modo que cada uma destas áreas percebe e entende o crime e a violência no referido bairro. Na seção seguinte, serão apresentados em gráficos tais distinções, e também semelhanças no modo como as pessoas pensam tais questões, influenciadas justamente pelo modo como a área que residem foi constituída.

Porém, nesta seção, serão expostos os gráficos com os resultados coletados com a pesquisa de questionários fechados e abertos, realizada na área total do Bairro Édson Lobão-Vilinha, com 99 (noventa e nove) entrevistados, estes moradores do mesmo, além das entrevistas feitas com pessoas representativas no bairro, sendo uma líder religiosa católica e um líder religioso protestante, ambos moradores de muitos anos do bairro, e um policial militar e um guarda municipal do município de Grajaú, sendo que são moradores de outros bairros da cidade, mas que trabalham no bairro em estudo.

Assim sendo, seguem os gráficos com o resultado das entrevistas fechadas realizadas com moradores do bairro Édson Lobão-Vilinha, e os dados coletados nas entrevistas abertas, os quais são focos desta pesquisa, uma vez que por meio deles que

serão construídas as representações sociais sobre criminalidade e violência no referido bairro.

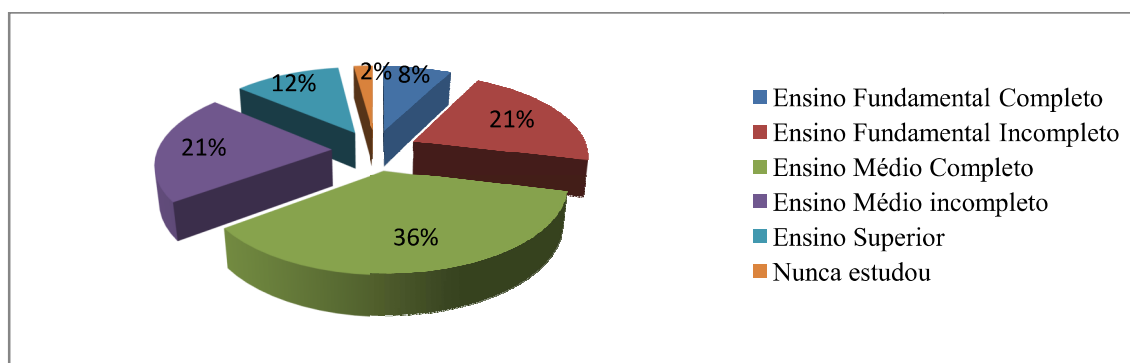
Gráfico 2: Idade



Fonte: Rodrigues (2019)

Este gráfico traz, assim como três dos que seguem, características do perfil dos moradores do Bairro Édson Lobão-Vilinha que foram escolhidos para a entrevista. Aqui, percebe-se que os entrevistados são todos maiores de idade, sendo que a maioria destes foram pessoas entre 18 e 25 anos e entre 26 e 35 anos.

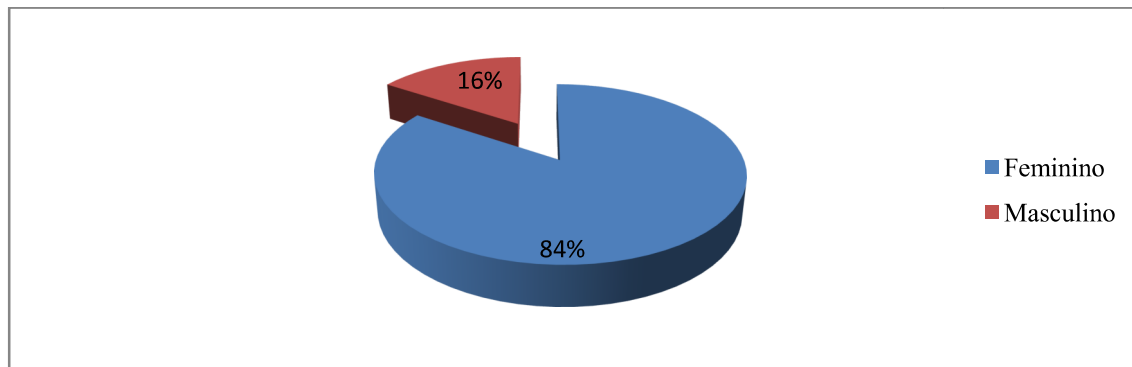
Gráfico 3: Escolaridade



Fonte: Rodrigues (2019)

Neste gráfico, nota-se que o maior número dos entrevistados não possui o ensino fundamental completo nem o ensino médio completo, mesmo sendo a maioria dos entrevistados, como demonstra o gráfico anterior, pessoas jovens e adultas, entre 18 e 35 anos de idade. Isso denota que tais pessoas possuem um nível de escolaridade média ou baixa, que como muitos relataram, deixaram as salas de aula por motivos, como por necessitarem trabalhar e não conseguirem conciliar, e no caso das mulheres, por terem sido mães jovens demais, dentre outros.

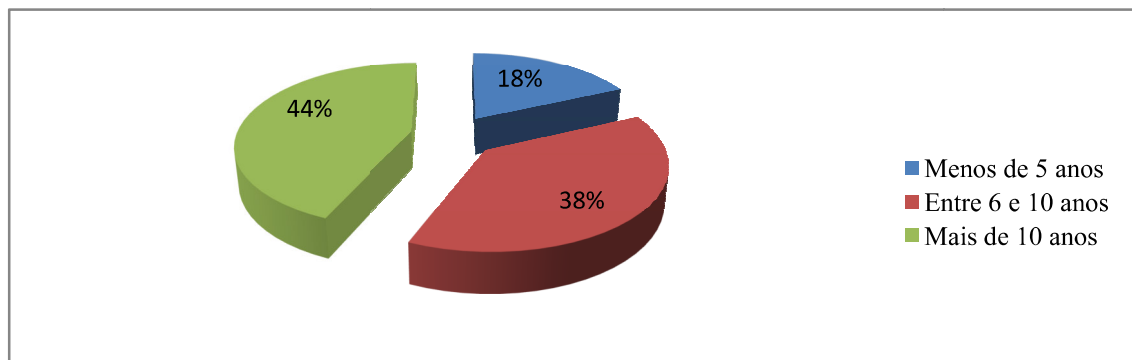
Gráfico 4: Sexo



Fonte: Rodrigues (2019)

Como demonstra o gráfico, o número de mulheres entrevistadas foi muito superior ao dos homens, principalmente por serem as mulheres de mais fácil acesso para as entrevistas, haja vista que elas geralmente estavam em casa na hora das entrevistas.

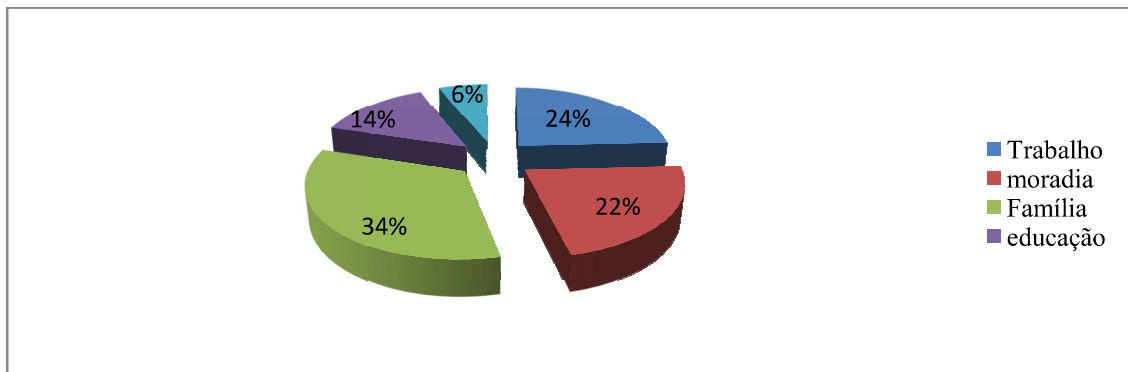
Gráfico 5: Período que reside no bairro



Fonte: Rodrigues (2019)

Neste gráfico, vê-se que os maiores números dos entrevistados residem no bairro entre 6 e 10 anos e há mais de 10 anos, o que denota um conhecimento maior da problemática da criminalidade e da violência no bairro a partir da experiência vivida. Muitos dos entrevistados disseram que vieram morar no bairro há mais de 20 anos, quando a primeira área do bairro se formava, presenciando as transformações espaciais, econômicas e sociais do mesmo.

Gráfico 6: Motivação a morar no bairro

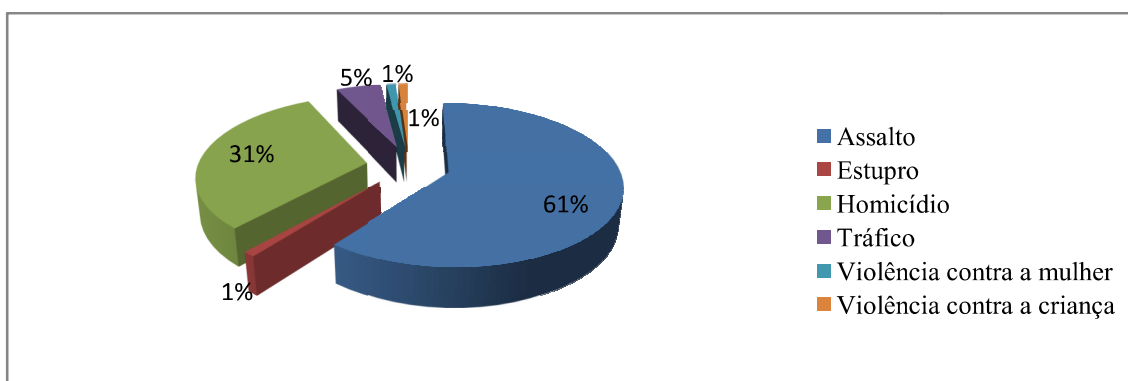


Fonte: Rodrigues (2019)

Nota-se aqui, que os maiores números a se apresentarem como motivação a morar no bairro se refere à família, à moradia e ao trabalho. Estes três aspectos, como foram mencionados no primeiro tópico desta seção, no período de formação das três áreas do bairro foram o motivo pelo qual se vinha morar no mesmo pelo fato de terem tido oportunidade de possuírem moradia, pois muitos eram dos interiores dos arredores do município de Grajaú, e alguém decidia vim, e acabava por vim parte ou toda a família.

Outros moradores vieram por morarem em casas alugadas em outras localidades da cidade, viam no bairro, nas doações de terras ou nas invasões de lotes uma oportunidade de terem uma casa, e outros ainda pelas oportunidades de trabalho, uma vez que em Grajaú, há algum tempo havia muitas vagas de emprego nas fábricas de gesso e nas carvoarias, principalmente.

Gráfico 7: Tipo de crime que mais ocorre no Bairro

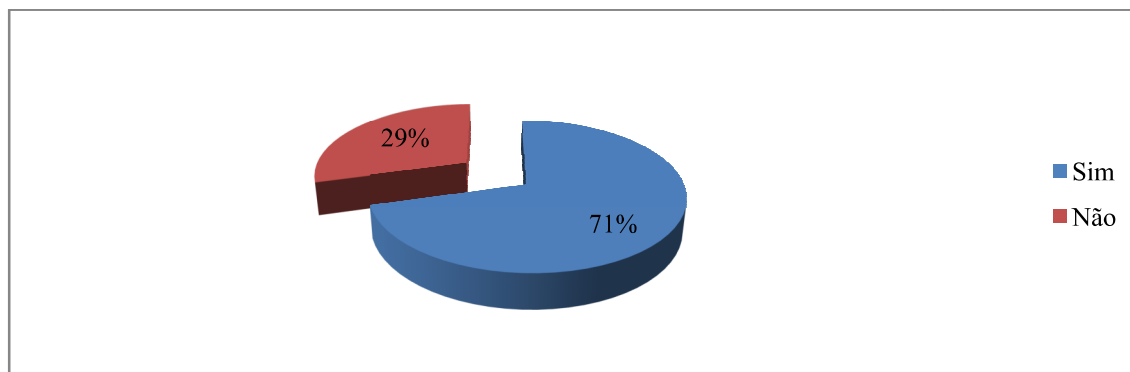


Fonte: Rodrigues (2019)

O gráfico traz dois tipos de crimes que mais ocorrem no bairro, conforme o pensamento da população entrevistada, o assalto, com mais de 60%, e o homicídio, com

mais de 30%. Como muitos relataram ao fazer o questionamento de que crime mais acontece no bairro, que há alguns anos o homicídio se fazia constante, juntamente com o assalto, porém o homicídio era mais forte. Mais recentemente, o assalto se tornou mais frequente. Os outros números são bem pequenos, pois segundo os entrevistados, não se percebe muito, mesmo que aconteça, mas é bem menos em relação aos homicídios e os assaltos.

Gráfico 8: O bairro é violento?



Fonte: Rodrigues (2019)

Este gráfico demonstra que entre os moradores entrevistados é quase unânime a ideia de que o bairro Édson Lobão-Vilinha é violento. É interessante ressaltar que a área 1 do bairro, em quase sua totalidade dos entrevistados não colocam o mesmo como violento, justamente por residirem em um espaço em que a criminalidade e a violência não se apresenta tão frequentemente como em parte da área 2, que essa questão é bem dividida, e na área 3, que praticamente todos os entrevistados representam o bairro como violento. Alguns dos entrevistados da área 2 e 3 relatam que consideram o bairro violento sim, mas que neste ano de 2019 tem estado mais calmo pelo fato de alguns dos envolvidos com a criminalidade e a violência terem sido presos, ido embora ou assassinados. No entanto, tais detalhes de distinções e semelhanças entre o pensamento da população das três áreas do bairro serão apontados posteriormente.

“Considerando o histórico do bairro sim. No entanto, atualmente os índices de criminalidade tem apresentado uma considerável redução. Sendo assim, analisando de maneira geral a localidade é considerada ainda um lugar violento.” (PoliciaI Militar, 2019)

“Sim. Com certeza. Digo no caso pela vivência, que a gente ouve muito falar, e sabe né, e ver o que acontece.” (Representante católico, 2019)

“Sim, eu acho um pouco. Só que assim que eu cheguei ele era bem mais violento. O povo tinha muito medo. O pessoal do canoieiro quando dava 19:00h

ou 20:00h, quando me perguntavam: tu vai pra onde/ eu dizia: vou pra vilinha. Aí me diziam: Tu é muito corajoso! Todos tinham muito medo. Claro que essa questão melhorou um pouco, porque vejo que eles não veem a vilinha mais como antes. Mas o problema da Vilinha é que assim como muitos bairros aqui, vão crescendo mas não têm a estrutura necessária. Então pelos 20 anos mais ou menos que moro no Bairro, eu ainda considero ele violento.” (Representante Protestante, 2019)

“Hoje não é mais tanto não, deu uma melhorada, mas antigamente era muito. Com chegada da Guarda Municipal aqui na Vilinha deu uma melhorada.” (Guarda Municipal, 2019)

Percebemos que o policial, conhecedor da problemática, principalmente pela sua profissão, considera o bairro Édson Lobão-Vilinha violento, mesmo os índices de criminalidade diminuindo. A representante católica também diz que o bairro é violento, e diz pela sua vivência de muitos anos no mesmo. O representante protestante e o guarda municipal dizem que também consideram o bairro violento, mas que percebem que agora está menos em comparação com anos anteriores, que era bem pior.

Já o representante protestante relata que quando estava no bairro canoeiro, também em Grajaú, e dizia que ia voltar para a vilinha, já ficavam meio assustados, justamente porque o bairro era muito mais mal visto pelo canoeiro e outros bairros, digamos que nobres da cidade do que hoje, pois a problemática da violência e criminalidade no bairro, neste ano de 2019, principalmente, teve uma sensível melhora.

Diante deste questionamento, foi realizado outro, acerca de como é o comportamento dos moradores diante do crime e da violência e como eles se previnem e reagem a presença destes dois problemas no bairro. As respostas dadas pelos quatro entrevistados (pessoas representativas no bairro) foram as seguintes:

“Os moradores reagem de maneiras diferentes. Uns defendem leis mais rígidas para penalizar os que praticam tais crimes. Outros defendem que esses jovens precisam de mais oportunidades.” (Policial Militar, 2019)

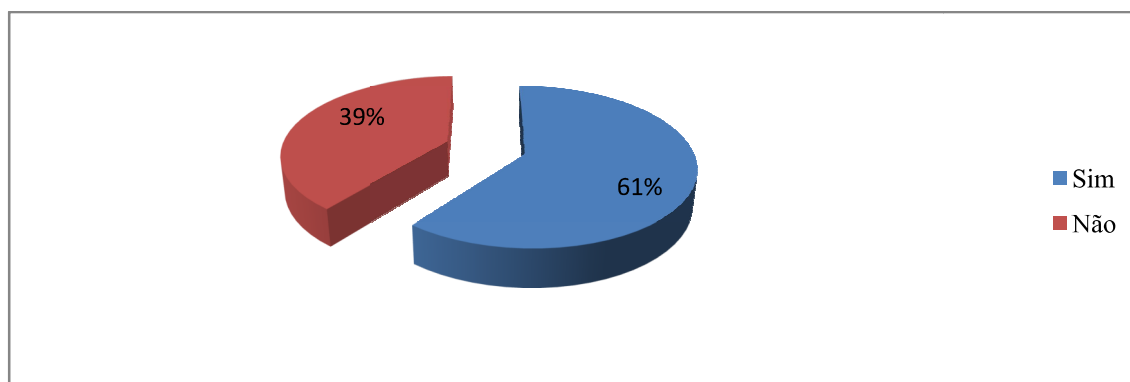
“Infelizmente se trancando dentro de casa, evitando sair em horários que consideramos perigoso, porque percebo que as pessoas têm um sentimento de medo. Antes eu tinha coragem de sair as 22.00h na rua sem muita preocupação, e de uns tempos para cá a gente anda, mas com medo, e busca evitar sair de casa a noite.” (Representante católica, 2019)

“Aqui na vilinha ele mudou um pouco. Até um tempo atrás, mesmo aqui sendo perigoso a gente ainda conseguia ficar na porta de casa, mas hoje não é mais assim. Inclusive na igreja ali, na Assembleia de Deus já houve assalto, no vizinho do lado. Então não tem segurança das pessoas ficarem na porta com o celular e nem na rua. E os moradores são muito preocupados e têm medo. Não sentam muitos nas portas nem andam muito na rua a noite.” (Representante Protestante, 2019)

“Muitos dos moradores têm medo de ser assaltado, ou sofrer qualquer tipo de violência, e pra se protegerem ficam dentro de casa, não sentam mais nas calçadas para conversar com os vizinhos e nem saem na rua a noite, principalmente sozinhos.” (Guarda Municipal, 2019)

Três dos entrevistados dizem que os moradores sentem medo diante do quadro problemático vivido pelo bairro em estudo. Muitos resolvem se trancar em casa, não sair a noite, e não sentando mais nas calçadas, principalmente por sentirem medo de serem assaltados a qualquer momento. Em outro sentido, o policial militar responde à pergunta tratando de um modo não prático acerca da questão, pois para ele, uns reagem ao problema da violência e do crime no bairro defendendo que os que praticam crime devem ser punidos com leis rígidas, enquanto outros defendem a ideia de que os jovens necessitam de mais oportunidades.

Gráfico 9: Já presenciou algum caso de violência no bairro?



Fonte: Rodrigues (2019)

Sobre isso, vejamos também o que as quatro pessoas representativas no bairro Édson Lobão-Vilinha, selecionadas para esta pesquisa, dizem:

“Como agente de segurança pública, já presenciei casos de violência algumas vezes. Dentre os casos, temos a violência doméstica praticado por homens contra seus cônjuges, com maior incidência. Além desse, roubos de celulares e veículos também são notados.” (Policial Militar, 2019)

“Sim. Brigas entre namorados. Essa eu vi de fato, presenciei, no caso um rapaz batendo numa moça. E também há alguns anos atrás, que eu não cheguei a presenciar o momento em que um rapaz matou outro, mas logo em seguida a gente chegou e ainda viu o rapaz lá no chão. Porque na verdade ninguém viu na hora do tiro, só quando ouviu e as pessoas saíram. Isso foi próximo da minha casa.” (Representante católica, 2019)

“Não. Eu já vi depois do acontecimento, mas no momento mesmo, não.” (Representante Protestante, 2019)

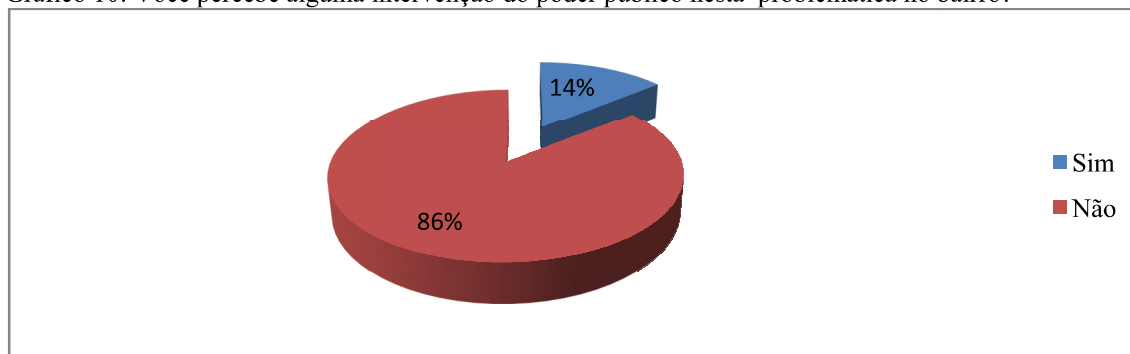
“Grandes acontecimentos não, mas já presenciei brigas entre vizinhos.”
(Guarda Municipal, 2019)

Observando o gráfico, nota-se que a maioria das pessoas entrevistadas já presenciou algum caso de violência no bairro. Interessante que muitos moradores do bairro, principalmente da área 2 e 3 declaram que os casos de violência que mais presenciaram foram brigas, geralmente entre pessoas já presentes no mundo do crime, que no momento, ou depois resulta em morte. Como relataram alguns destes entrevistados, muitos desses casos de violência se deram próximo às suas casas, em um dia ou noite normal, onde se sentavam nas calçadas para conversar com os vizinhos.

Tratando acerca das entrevistas abertas acima expostas, pôde-se perceber que o policial militar, pela sua profissão, já presenciou no bairro violência contra a mulher, com maior frequência, ao contrário do que fala a população quando se questionou sobre os principais crimes ocorrentes no bairro, pois o que mais aparece, conforme o gráfico 6 é assalto e homicídio. Claro que há violência contra a mulher, contra a criança no bairro, por exemplo, mas não é muito percebido pelos moradores entrevistados. Talvez essa diferenciação de visão acerca dos crimes ocorrentes seja pelo fato do policial militar, por seu ofício, ter um conhecimento mais claro e apurado da questão, em contrapartida aos moradores, que só sabem sobre o que conseguem perceber.

Os outros três entrevistados falam de brigas entre vizinhos, namorados, mas não presenciaram acontecimentos piores, como assassinato, porém, a representante católica diz que há alguns anos atrás, próximo à sua casa houve um caso de homicídio, o qual não foi visto de fato por ninguém no momento que ocorreu, mas logo depois de ouvirem o tiro saem e já veem um rapaz morto no chão.

Gráfico 10: Você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática no bairro?



Fonte: Rodrigues (2019)

Aqui, a partir do que os dados deste gráfico mostram, é clara que a população quase não consegue perceber alguma forma de intervenção do poder público nesta problemática no bairro estudado, pois conforme muitos deles relataram, em nenhum momento não se faz perceptível alguma mobilização para amenizar os problemas de violência e crime. Os moradores que disseram que conseguem perceber alguma intervenção entendem que esta se faz presente por meio da Guarda Municipal de Grajaú a partir do momento em que foi implantado um quartel da Guarda no bairro.

Nesse sentido, cabe apresentar aqui o que as pessoas representativas no bairro relataram acerca desta mesma questão:

“Não. Penso que o poder público municipal poderia intervir de maneira mais efetiva nesta problemática. Através de seus órgãos criar mecanismo de participação e prevenção da violência, com palestras de conscientização, programas educacionais e de esporte para assim inserir os moradores na luta pela mudança de tal realidade.” (Policial Militar, 2019)

“Não sei bem. Só que o que vejo assim é aquele programa, o PROERD, que eu acho que trabalha com a conscientização e educação das crianças na escola sobre violência, uso de drogas, essas coisas.” (Representante católica, 2019)

“Não. Não percebo. A gente ainda ver os guardas e a polícia às vezes andando na rua, mas não passa segurança” (Representante Protestante, 2019)

“Sim. Tem a Guarda Municipal, que a gente trabalha num serviço de prevenção, começando o trabalho com os usuários de drogas.” (Guarda Municipal, 2019)

A partir do exposto acima, pode-se inferir que o poder público é desacreditado, tanto pelos moradores entrevistados, como demonstra o gráfico 9, quanto as pessoas representativas no bairro, exceto o guarda municipal que percebe a intervenção do poder público no que se refere o crime e a violência no bairro Édson Lobão-Vilinha, dizendo que a Guarda Municipal trabalha com um serviço de prevenção.

Entretanto, os outros três entrevistados, os representantes católico e protestante, ambos moradores de cerca de 20 anos no referido bairro, e o policial militar dizem não perceber intervenções do poder público para resolver ou amenizar a presença de crimes e violência no bairro. A representante católica diz que talvez o programa do PROERD seja algo voltado para isso, mas não sabe bem. O policial militar entende que o poder público municipal deveria ser efetivo nesta questão no bairro Édson Lobão-Vilinha, atuando por meio de mecanismos de prevenção, com programas educacionais e de esporte que insira os moradores do bairro na luta pra transformação da realidade do mesmo.

Diante disso, questionou-se às pessoas representativas no bairro: Que medidas poderiam ser tomadas para resolver esse problema?

“Dentre várias medidas possíveis destaco uma maior atenção do poder público para com o bairro. Criação de mais espaços públicos como escolas, postos de saúde, e sobretudo espaços de lazer. No caso da violência contra a mulher seria necessária uma conscientização sobre denúncias e mecanismos mais seguros de proteção as vítimas de violência doméstica. Uma vez que as vítimas não formalizam e sentem-se coagidas para fazer denúncia da violência sofrida.” (Policia Militar, 2019)

“Essas medidas são um pouco complicadas, porque elas têm que surgir lá desde a base, que é da família, passando pelas autoridades, pelas políticas públicas que tem que analisar essa situação e buscar de alguma forma investir, tanto em punir como em educar essas pessoas que praticam violência. Educar seria que essas pessoas pudessem se ocupar com outras coisas, procurar ter alguma formação, trabalhar, alguma coisa do tipo. Sobre a punição eu vejo que é zero, ou muito pouca. Acredito que o número maior de violência é por falta de punição, porque eles sabem que não têm.” (Representante católica, 2019)

“Primeiro, os órgãos públicos se preocuparem mais com esse bairro, pra ter mais uma vigilância com os próprios guardas de segurança, porque aqui não tem tanta frequência deles como em outros bairros mais desenvolvidos.” (Representante Protestante, 2019)

“Primeiro prevenção, que deveria acontecer a partir da relação entre Guarda Municipal, Polícia Militar, Polícia Civil, Ministério Público e as escolas, para impedir a entrada de pessoas no mundo do crime. Para as pessoas que já ingressaram nesse mundo, deveria a Prefeitura Municipal e o Ministério Público entrarem em convênio para levarem essas pessoas para clínicas de reabilitação.” (Guarda Municipal, 2019)

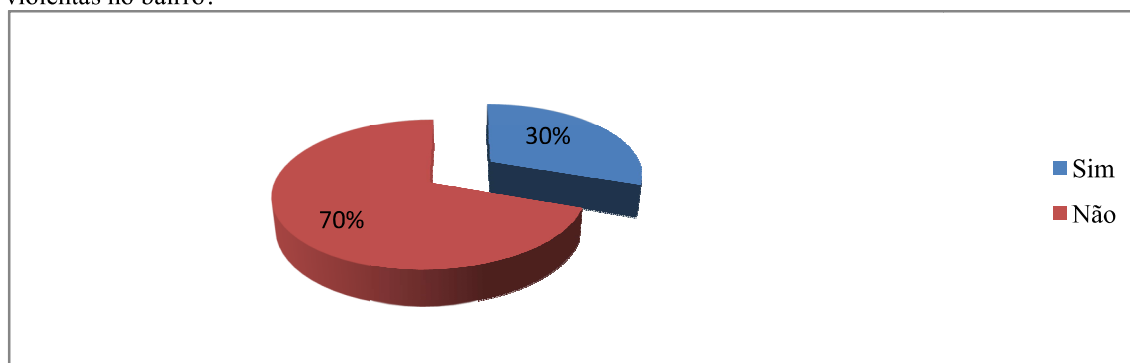
Desta maneira, as falas expostas apresentam como medidas para a resolução do problema da violência e da criminalidade no bairro, o tema da prevenção, da segurança pública, da família, da punição e das políticas públicas. O policial militar diz que o bairro carece de mais atenção do poder público municipal no que tange construções de escolas, postos de saúde e, também, espaços de lazer, quesitos que colaboram para uma vida de qualidade de qualquer ser humano. E mais uma vez, ele aponta a violência contra a mulher, que para ser amenizada, é necessária uma conscientização de que se deve denunciar, e que as vítimas sejam melhores protegidas para que não tenham medo de denunciar.

A representante católica relata que as medidas devem partir da família, sendo esta a base da formação de cidadãos de bem, passando pelas autoridades competentes, que devem investir em formas de educar essas pessoas que praticam violência, ocupando-as em coisas como trabalho, como formações, coisas parecidas a estas, mas também em

puni-las. Ademais destaca que não percebe um rigor na punição, e que o número crescente de violência é justamente por ausência de punição.

Já o representante protestante enfatiza a questão da segurança no bairro, a qual deveria ser preocupação dos órgãos públicos, uma forma seria a maior presença dos guardas, que serviriam como vigilantes do mesmo. Por último, o guarda municipal aponta que em primeiro lugar deveria ser investido em prevenção, que se daria pela relação entre guarda municipal, Polícia Militar e Civil, o Ministério Público e as escolas para que juntos impeçam a entrada de jovens no mundo do crime. E ainda, quando se trata das pessoas já presentes neste mundo, a Prefeitura Municipal, juntamente com o Ministério Público se unirem para acharem modos de reabilitarem tais pessoas mediante clínicas de tratamento.

Gráfico 11: A presença dos Quartéis da Polícia e da Guarda Municipal intimida as ações criminosas e violentas no bairro?



Fonte: Rodrigues (2019)

De acordo com o que o gráfico mostra um número grande dos moradores entrevistados do bairro não percebem que a presença do Quartel da Polícia Militar e do Quartel da Guarda Municipal intimidam ações criminosas e violentas no bairro, pois elas sempre aconteceram e acontecem, mesmo com o Quartel da Polícia existindo há tantos anos no bairro, e há algum tempo, o Quartel da Guarda. Porém, alguns dos entrevistados dizem que há uma intimidação sim destas ações pela presença destes dois quartéis.

Vejamos o que os entrevistados por entrevistas abertas dizem acerca desta questão:

“De certo modo sim. Entretanto não é o bastante para modificar a realidade do bairro. Haja vista que a repressão ou medo, não me parecem serem as melhores alternativas para resolver o problema da violência. A presença acaba trazendo o medo, mas por outro lado não causa uma mudança efetiva para as futuras gerações, o problema é apenas reprimido naquele momento, mas volta novamente a acontecer. Pois não há perspectivas de melhoria social por parte dos moradores do bairro.” (Policia Militar, 2019)

“Não, de jeito nenhum. Talvez para os moradores facilitam um pouco pra gente ter referência de onde buscar socorro, mas de dizer que intimida e que de alguma forma a polícia vai chegar mais rápido, vai evitar alguma situação assim, eu acho que não. Mas pode ser que de alguma forma a Guarda ou a Polícia, chegando na hora de alguma situação assim, impeça alguma coisa. Só que eu não percebo a Guarda ou a polícia fazendo ronda na rua.” (Representante católica, 2019)

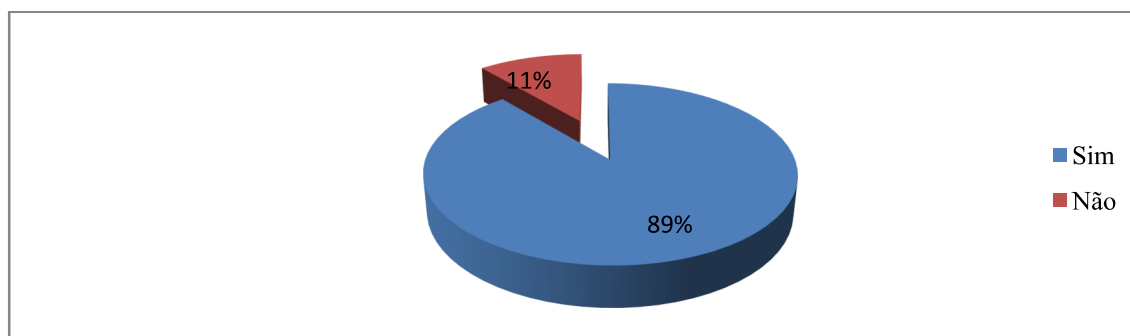
“De jeito nenhum. Não intimida. Até porque os bandidos não se preocupam, porque matam um hoje, e amanhã já estão soltos, quando vão presos. Na minha opinião, eles não têm medo da segurança de Grajaú.” (Representante Protestante, 2019)

“Muito, muito mesmo. Na verdade acho que se não tivesse os dois quartéis aqui a Vilinha seria pior.” (Guarda Municipal, 2019)

Como nota-se, os dois representantes católico e protestante pensam como os 70% dos moradores entrevistados, que não conseguem ver os Quartéis da polícia Militar e o da Guarda Municipal, ambos presentes no bairro Édson Lobão-Vilinha, como intimidadores das ações criminosas ocorrentes no referido bairro, pois os criminosos não têm medo da segurança de Grajaú, mas que como disse a representante católica, talvez sirvam como referência para os moradores para saberem onde pedir socorro quando precisarem.

Em contrapartida, têm-se o relato do policial e do guarda municipal, que dizem que os dois Quartéis intimidam sim os criminosos em suas ações. O policial diz que claro que não é o suficiente para modificar a realidade do bairro, até porque o medo e a repressão não resolvem o problema, o que acontece é que a presença dos quartéis traz medo, mas não uma mudança de fato. Já o guarda diz que se não fosse a presença dos quartéis a situação de violência e de criminalidade seria bem pior.

Gráfico 12: O crime/violência têm relação com as drogas no Bairro?



Fonte: Rodrigues (2019)

As entrevistas abertas sobre este questionamento apresentam grande semelhança com os dados obtidos com os questionários fechados.

“Sim. Tanto as drogas lícitas, como as ilícitas. Os jovens acabam sendo presas fáceis e entram para o mundo do crime através do uso de drogas.” (Policial Militar, 2019)

“Tem, muito. A facilidade das drogas hoje a gente ver que é grande. Aqui na vilinha tem tráfico, tipo ali nos meus vizinhos. E as drogas impulsionam a entrada no mundo do crime, porque de alguma forma eles têm que se manter nesse mundo do crime. A droga na verdade é o vício que eles precisam alimentar, e pra alimentar esse vício eles vão usar da violência e do roubo pra sustentar o vício.” (Representante católica, 2019)

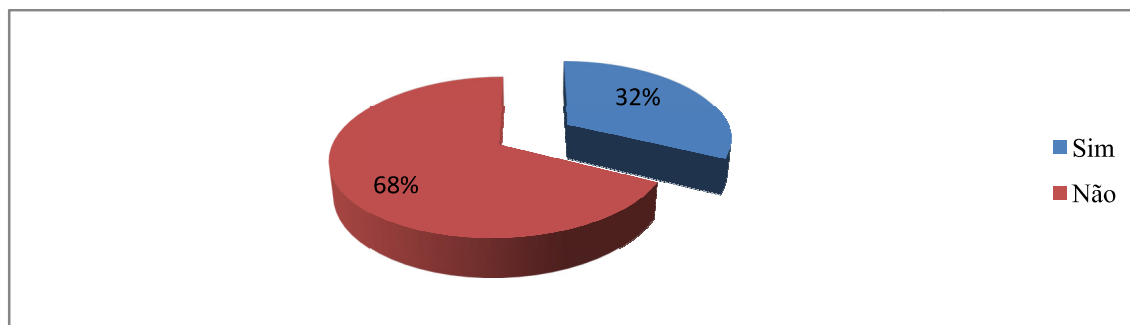
“Tem. Eu creio que sim. Porque geralmente, graças a Deus, dificilmente um pai de família é morto por eles. Geralmente são entre eles, justamente por acerto de contas por conta de vendas e de usos de drogas.” (Representante Protestante, 2019)

“Tem. A droga é a principal causadora da entrada na criminalidade. Os usuários de drogas quando estão nessas folias deles com cachaça, maconha e outras drogas, não tem jeito pra um ou outro não sair confusão danada, um mata o outro, fura um ao outro. Um exemplo foi o que aconteceu lá pro final aqui do bairro, que mataram um velho e esquartejaram, foi só isso, droga e cachaça, folia deles.” (Guarda Municipal, 2019)

Como aponta o gráfico e os entrevistados dos questionários abertos, expostos acima, a violência e a criminalidade no bairro em estudo possuem relação com as drogas, pois como relataram as quatro pessoas representativas no bairro, o ingresso no mundo do crime se dá, primeiramente pelo uso de drogas, que é algo fácil de obter, principalmente pela presença de pontos de vendas de drogas como através dos criminosos e já usuários.

No bairro, conforme a fala de algumas pessoas, não se tem conhecimento de um crime organizado, mas sim de grupos de criminosos que, tanto vendem quanto usam drogas, mantendo sempre uma relação uns com os outros também pelas ações criminosas e violentas protagonizados por eles.

Gráfico 13: Você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no bairro?



Fonte: Rodrigues (2019)

Este questionamento gerou um sentimento de medo em alguns entrevistados, pois alguns relataram que sabiam onde há estes pontos de vendas de drogas, mas que tinham medo de falar. O gráfico demonstra que uma parcela pequena das pessoas, em geral residentes da área 3 do bairro Édson Lobão-Vilinha, dizem ter conhecimento desses pontos de vendas, observando alguns entrevistados que, o uso e a compra de drogas já possuiu momentos mais nítidos, em contrapartida com outros que dizem não notar esta diferenciação do uso e venda de drogas em determinados momentos. Vale ressaltar que, a área 3 do bairro possui a presença maior de crime e violência, conforme os entrevistados.

Como diz Minayo (2006), já citada em outro momento neste trabalho, a venda de drogas surge para jovens pobres como uma oportunidade de trabalho e ganho de dinheiro. No caso do bairro em estudo, os pontos de vendas nem sempre é comandado por jovens, MS estes também acabam se envolvendo também com as vendas ao mesmo tempo em que também usam.

Sobre a mesma questão, as pessoas representativas no bairro responderam:

“Sim. No bairro existem locais de venda de drogas, que me sua maioria são os bares que tem autorização para vender bebidas alcóolicas e aproveitam e comercializam as drogas.” (Policial Militar, 2019)

“Sim, tenho. O uso de drogas aumentou com certeza, porque a gente ver, inclusive os adolescentes, talvez por falta de maturidade, eu percebo, porque como eu falei, próximo da minha casa a maioria são crianças, com 12 anos mais ou menos a gente já percebe que são viciados em drogas. Uma menina com 11 anos perto da minha casa já era viciada, e hoje a gente ver o jeito dela, que é triste.” (Representante católica, 2019)

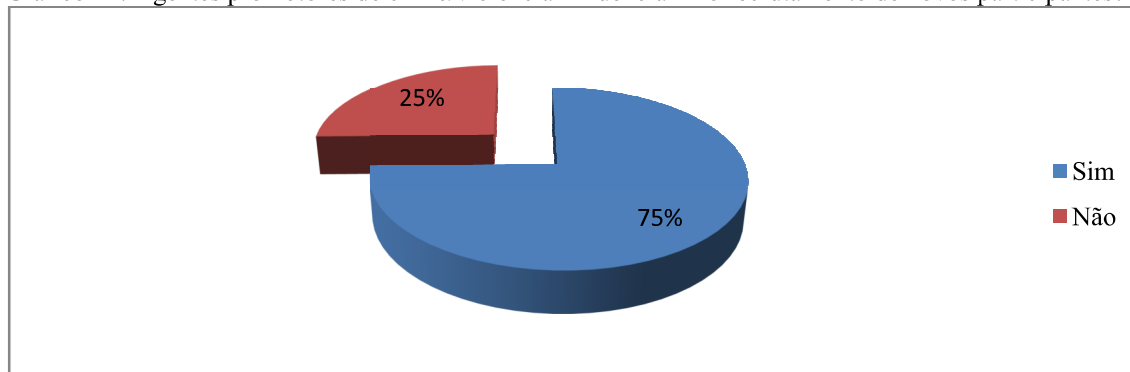
“Não, não tenho. O que a gente ver é alguns movimentos assim por longe, mas dizer que ali tem, eu não sei.” (Representante Protestante, 2019)

“Nós sabemos que na Vilinha tem muitos locais e vendas de drogas.” (Guarda Municipal, 2019)

Aqui se percebe que o guarda municipal, o policial militar, pelos seus trabalhos no bairro, e a representante católica por sua experiência de vivência no mesmo, dizem ter conhecimentos de pontos de vendas de drogas no bairro. Como mostram algumas de suas falas, a droga é bem presente no bairro, e como percebe a representante católica, o uso e as vendas nos últimos anos aumentaram, dizendo que próximo à sua residência crianças de 11 e 12 anos já são viciadas, justamente pelo fácil acesso, por existir com frequência locais de venda, os quais, conforme o policial, são geralmente em bares que possuem autorização para venda de bebidas alcoólicas. Já o representante

protestante diz não saber de fato desses locais, pois ouviu falar que tem, mas onde de fato, não sabe.

Gráfico 14: Agentes promotores de crime/violência influenciam no recrutamento de novos participantes?



Fonte: Rodrigues (2019)

Conforme demonstra o gráfico, uma parte significativa dos entrevistados compreendem que alguém que já está inserido no mundo da criminalidade e da violência influencia outras pessoas a ingressarem no mesmo mundo, e como muitos falaram, tal ingresso se inicia quando um usuário de drogas e criminoso oferece droga a outro, sendo ali o começo para mais um participante do crime no bairro.

Semelhante aos dados obtidos no gráfico e o que foi falado sobre isso, pode-se relacionar com a resposta das quatro pessoas representativas no bairro a esta mesma pergunta.

“Aqui em Grajaú, ainda não temos conhecimento da ligação de tráfico de drogas com facções de crime organizado. Mas acontece a perpetuação entre familiares para dar continuidade ao tráfico e conseqüentemente o uso da violência.” (Policia! Militar, 2019)

“Sim, sempre, porque a gente observa muito que essa questão de influenciar nossos jovens, que estão dispersos, assim distantes da família, e como não têm com que se ocupar, aí os ‘amigos’ ou ‘falsos amigos’ chamam, porque como eu observo, uma pessoa entra na casa e oferece, e por aí vai. Um ‘amigo’ vai oferecendo pra outro. E a forma de um recrutar outros para o mundo das drogas é exatamente essa, de oferecer droga, de facilitar, de viciar a criança e adolescentes e assim é tipo o início da entrada no mundo da criminalidade e da violência, que também são geradas pela necessidade do uso de drogas.” (Representante católica, 2019)

“Influencia, porque na minha infância eu brincava com outras crianças na Rua Frei Alberto, onde eu morava ali, e até então eram pessoas boas, mas aí depois começaram a se misturar com outras pessoas. Uns já morreram, por entrarem por este caminho, mas na época não tinham essa intenção, depois começaram a se influenciar, começa a ser amiguinhos, a usar droga.” (Representante Protestante, 2019)

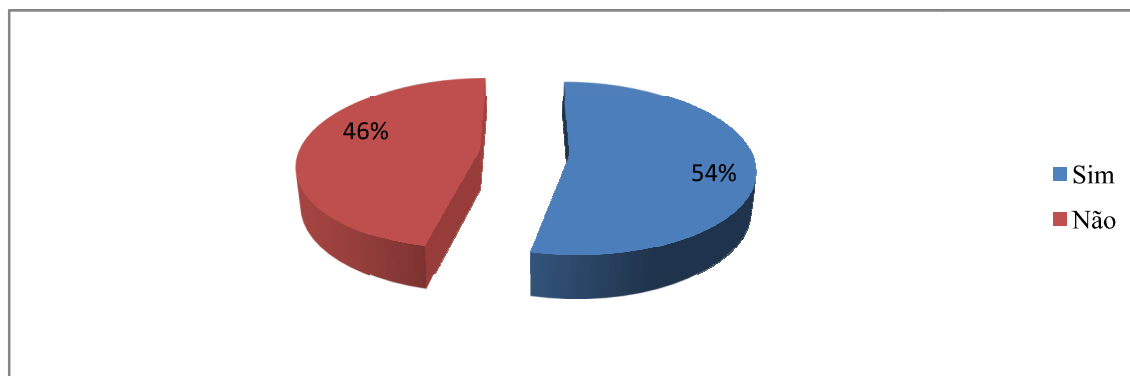
“Sim, sempre. Porque se não tiver um apoio da família, de nós mesmo aqui da Guarda Municipal, se for só com violência, aí é que gera mais violência. E as

drogas é o ponto principal, porque vêm os amigos, convidam a usar droga e aí começa a vida no crime. O custo é usar a primeira vez.”(Guarda Municipal, 2019)

Como relatam os entrevistados acima o uso e a venda de drogas surge como vetor do momento do ingresso de uma pessoa na vida criminosa. Assim como demonstra o gráfico 13 e o que o relato de pessoas representativas no bairro traz, uma pessoa que já está no mundo do crime e da violência, por meio das drogas recruta outros adolescentes e jovens, principalmente, para este mundo.

Conforme o que diz o guarda e a representante católica, a falta do acompanhamento e apoio da família também colabora nisso, pois a presença forte e sólida do laço familiar serviria como um mecanismo de prevenção ao uso de drogas e por consequência à entrada na vida de crime e violência. É importante ressaltar, que assim como o policial diz, não há no bairro um crime organizado e uma ligação deste com o tráfico. O que ocorre é que a venda de drogas se perpetua entre familiares, o que não deixa de gerar violência.

Gráfico 15: A violência/criminalidade no bairro tem relação com a desigualdade social?



Fonte: Rodrigues (2019)

É interessante apresentar as seguintes falas referentes a este questionamento:

“Sim. Para mim a violência é um problema social, que na sua ampla maioria está diretamente ligado a desigualdade social. As periferias da cidade, como um dia foi o bairro vilinha, concentram os maiores índices de violência. Para uma comparação rápida os bairros localizados nas partes centrais da cidade quase não apresentam índices de violência. Nesse sentido fica evidente que os moradores do bairro, grande parte oriundos da zona rural, com baixo grau de ensino, acabam sofrendo com a falta de oportunidades na sociedade. Sendo o crime a alternativa que restam para esses jovens. Parafraseando o autor Bourdieu, a desigualdade social é algo construído e legitimado através dos sistemas sociais, sendo a educação seu principal mecanismo.” (Policial Militar, 2019)

“Eu creio que sim, principalmente nos casos que eu observo é a família. Em duas famílias que eu acompanho é a ausência do pai. A gente não tá aqui colocando culpa na mãe, mas quando falta um dos pais a gente ver que os filhos têm mais essa tendência a entrar neste caminho de crime, logo porque as mães têm que trabalhar para sustentar esses filhos, e eles acabam ficando em casa sozinhos, e são levados para este caminho. E como é fácil esse acesso às drogas aqui no bairro, aí tudo se torna mais fácil. Isso está ligado à falta de desatenção por parte do poder público, que não trabalha nessa questão, buscando ocupar esses filhos em coisas de fato importantes, como cultura, lazer, além de essas mães não possuírem condições de sustento dos filhos sem precisar deixar eles sozinhos, sem cuidados de alguém responsável. Claro que a gente sabe que têm mães que criam, e muito bem seus filhos sozinhos, mas em um ambiente como a vilinha, onde droga é fácil, há muitas más influências, se torna mais difícil conseguir fazer isso.” (Representante católica, 2019)

“Talvez isso influencia, porque um dia eu vi uma rapaz dizer quer as pessoas que estão no mundo da criminalidade parecem se irritar quando ver alguém melhorando no emprego, no estudo, isso é uma desigualdade social, mas eles contribuem pra ficar no lugar que estão, na inferioridade. Há pessoas que acham que o crime é melhor e mais fácil do que estudar. Já as questões de falta de saneamento, pobreza, a condição financeira ruim não é pra mim uma porta para entrar no crime, eu não acho. Eu acho que a falta de condição financeira é uma porta pra conquistar um horizonte mais bonito, mas eu não entendo por essa área, porque eu já passei por muita necessidade financeira, mas em nenhum só momento veio na mente que eu poderia seguir um caminho do crime.” (Representante Protestante, 2019)

“Muito a ver, principalmente aquelas famílias carentes, que não têm ninguém pra ajudar, e o filho com 13 e 14 anos pensa em fazer alguma coisa diante da situação e acaba entrando no mundo do crime. Se chegar um cara lá chamando pra fazer alguma coisa, ilegal, pra ajudar tua família provavelmente o adolescente ou jovem vai. Não é que todo mundo que passa por uma situação financeira ruim que vá fazer isso, mas algumas pessoas são influenciadas por essa situação.” (Guarda Municipal, 2019)

Observando o gráfico 14, é interessante notar com os números expostos que é quase dividido o pensamento dos entrevistados sobre este questionamento. Para pouco mais da metade dos entrevistados o fato de muitos jovens se envolverem tão cedo com a criminalidade e violência tem influência da desigualdade social existente no bairro, haja vista que pode ser ainda considerado como periférico. Entretanto, muitos dizem que nada tem a ver crime/violência com desigualdade social, que o fato de se tornarem criminosos não tem relação com as disparidades sociais existente, afirmando que muitas pessoas pobres, vivendo de modo indigno no bairro, nas mesmas condições que tais criminosos, não escolheram o mesmo caminho, mas sim buscaram uma vida honesta e melhor.

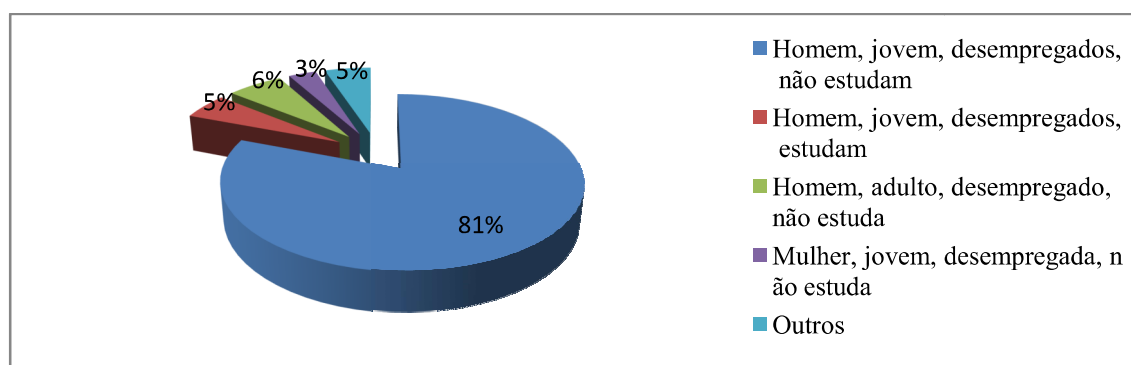
Nas entrevistas abertas também vemos que um dos entrevistados, o representante protestante, não percebe que haja essa relação criminalidade e desigualdade social no sentido de que os que entrem na vida criminal sejam influenciados pela falta de condições financeiras, e de vida digna e também pelo estado de vulnerabilidade presente

no bairro Édson Lobão-Vilinha, e vivida por grande parte da população do mesmo, tendo em vista que como eles. Para ele, a desigualdade social consiste na falta de vontade e esforço do criminoso, vivendo uma vida miserável, desonesta, observar outra pessoa crescendo no trabalho e nos estudos, e querer também mudar positivamente de vida. Nesse sentido, como não há essa vontade e esforço, a desigualdade social existe.

Ele diz praticamente a mesma coisa que alguns dos entrevistados por questionário fechado disseram durante a conversa da entrevista, que já passou por muitas dificuldades financeiras, mas em nenhum momento quis ingressar no mundo do crime, pois tais dificuldades é uma porta não para a criminalidade, mas para se buscar uma vida melhor.

Entretanto, tanto o policial militar, quanto a representante católica e o guarda municipal compreendem que o estado de pobreza, de dificuldades financeiras de muitos moradores do bairro, além de falta de assistência do poder público ao mesmo e por este ser vulnerável assim como sua população, colabora e influencia os adolescentes e jovens a ingressarem no mundo do crime. Como diz a representante católica, moradora do bairro há muitos anos, no bairro há um fácil acesso às drogas, por exemplo, e como elas aparecem como a primeira porta para se ingressar na vida criminosa, torna-se muito mais simples um adolescente ou jovem a entrarem nesta vida.

Gráfico 16: Perfil dos envolvidos com crime e violência no Bairro



Fonte: Rodrigues (2019)

Apresentemos também a respostas das pessoas representativas no bairro a este mesmo questionamento:

R: Tratam de homens jovens, negros, pobres e semianalfabetos. . (Policial Militar, 2019)

“É como te falei, são pessoas que não têm a presença do pai, e eu acho que são pessoas sem perspectiva, sem objetivo, talvez os pais não proporcionam nada

para aquela criança e adolescente, e a saída que ele encontra é justamente essa, porque falta educação de qualidade, investimento, um momento de lazer, para estarem fazendo alguma coisa, na verdade. A gente percebe que são jovens, adolescentes, tanto meninas quanto meninos, mas a maioria meninos, geralmente não freqüentam escola, e quando vão, não vão para estudar, vão simplesmente por ir, sem objetivo de estudar nem nada, tem geralmente 12 a 20 anos e não trabalham, e esse é o ponto, porque se desde pequenos fossem educados para desenvolver alguma atividade, se com 12 ou 13 anos já ajudassem pelo menos em casa, que não impedisse eles a estudarem, com o objetivo de ter algo para se ocupar para futuramente ajudar a família, seria melhor.” (Representante católica, 2019)

“Pelo que eu percebo é geral. Homens, mulheres, brancos, negros.” (Representante Protestante, 2019)

“Pela minha experiência aqui no bairro como Guarda eu vejo que são mais homens, principalmente na faixa etária de 13 a 21 anos, que são os piores. Podem tanto ser meninos negros e brancos. Não estudam nem nada, e podem até ir pra escola, mas não é pra estudar não, ou até saem dizendo que vão pra escola, mas vão pra outro lugar, e muitas vezes não têm acompanhamento dos pais. Têm umas meninas entrando no mundo do crime também, mas são mais poucas.” (Guarda Municipal, 2019)

homens, jovens, desempregados são mais envolvidos no crime, mulheres é bem raro.” (Representante Protestante, 2019)

“Quando se trata de homicídios a gente ver mais homens, com 17 a 21 anos serem mortos, geralmente do mesmo grupo de criminosos, usuários de drogas, dificilmente morrem pessoas de bem. Quando se trata de roubos a gente os meninos de 14 ou 15 anos, ou mais velhos pegarem moto aí emprestada e vão pra rua de dois numa moto pra assaltar, e principalmente mulheres por representarem mais fragilidade.” (Guarda Municipal, 2019)

O gráfico apresenta um perfil dos envolvidos com crime e violência no bairro quase unânime em relação aos outros expostos no mesmo. Nota-se a partir do gráfico e da resposta das pessoas representativas no bairro que tanto para elas quanto para os moradores entrevistadas, os que estão geralmente envolvidos com crime e violência são homens, jovens, desempregados que não freqüentam a escola. Este perfil é bem semelhante com o dado por Giddens (2005), como já apresentado em seções anteriores deste trabalho. Não é que mulheres não estejam presentes no ramo criminoso no bairro, porque estão, porém é um número muito pequeno, conforme dados do gráfico e da entrevista aberta exposta.

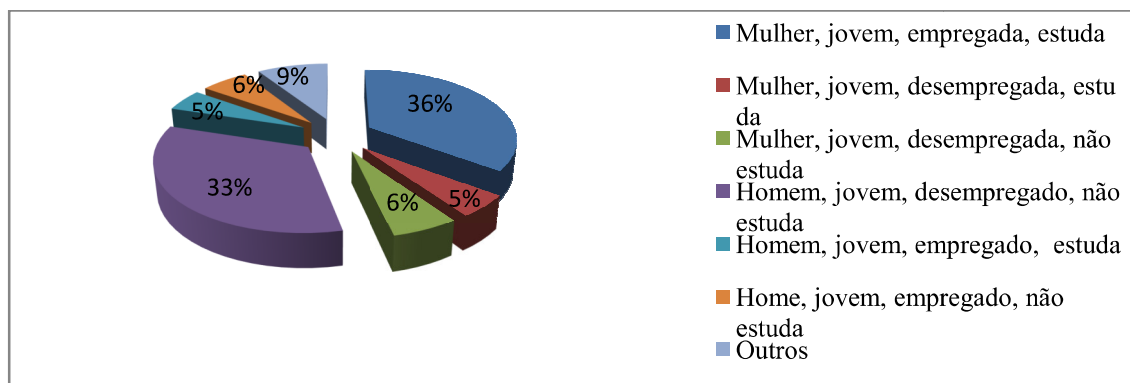
Como nos fala Giddens (2005), são pessoas do sexo masculino, jovens entre 16 e 29 anos, geralmente desempregados, que são protagonistas da vida criminosa e violenta. Algumas destas pessoas, geralmente, conforme falas de alguns dos entrevistados, foram influenciadas pelo modo em que sempre viveram, lidando com a ausência de moradia, de alimentação, de atenção do poder público, no que tange aspectos

culturais e de lazer. Assim como o autor o mesmo autor, e a fala de alguns moradores entrevistados, Michaud (1989) também compreende que a criminalidade tem relação com o desemprego e a pobreza, às carências e, também, à marginalização de grupos sociais.

Ademais, tais jovens, moradores do bairro Édson Lobão-vilha crescem presenciando todo tipo de mazela social no mesmo, e ainda a presença constante da violência e do crime no seu cotidiano. Recebem também convite ao uso de drogas e participação nas ações criminosas. Esta sempre foi a realidade do bairro em questão, tendo uma melhora nos últimos anos, haja vista que o mesmo se configura enquanto uma área de periferia, assim como vários outros bairros da cidade de Grajaú. É Claro que estes fatores não são determinantes, mas aparecem como influenciadores nesta problemática.

Entretanto, muitos dos entrevistados dizem claramente que não acreditam que tais fatores influenciam pessoas a entrarem no mundo da criminalidade, colocando-os como “vagabundos” que escolhem este caminho por vontade própria, pois possuem outras formas de vida melhores e honestas, usando o argumento de que também cresceram no bairro, mas escolheram viver de maneira honesta, trabalhando para suprir suas necessidades, em vez de roubar e matar.

Gráfico 17: Perfil das vítimas de crime e violência no Bairro



Fonte: Rodrigues (2019)

Vejamos o que as quatro pessoas representativas no bairro dizem sobre esta mesma questão.

“São Mulheres jovens, negras, pobres. E homens jovens negros.” (Policia Militar, 2019)

“As vítimas são as mulheres, porque para os criminosos, elas não passam segurança. Eles observam a pessoa que ta ali na rua, insegura, que não tem como ela se defender. Eu me refiro a roubos. São mulheres são jovens, que trabalham, que estudam, pessoas de bem. Em relação aos assassinatos,

geralmente os que são mortos são os próprios agentes do crime, que a gente observa muito que são as mortes mais bárbaras. Os agentes do crime se matam, e as vezes por besteiras. As pessoas de bem é muitos mais difícil serem mortas. São em geral jovens, que não trabalham, homens, e que também não estudam. Outros tipos de crimes como estupro, violência contra a mulher, contra a criança, aqui mesmo no bairro sei que acontece, mesmo que a gente não saiba, mas ocorre mesmo com muita frequência é assalto e homicídio.” (Representante católica, 2019)

“As vítimas de assalto são pessoas de bem, que vão pro serviço e vem tarde, que estudam e que quando estão voltando pra casa são assaltados. Já os assassinados são pessoas que praticam o crime. Tem uma pequena divisão: As vítimas de assalto são pessoas que procuram um bom nome, pessoas de bem. Geralmente são mulheres, porque pelo que vejo eles tem mais tendência de abordar as mulheres; e as vítimas de homicídio, que pelo que vejo são mais homens, jovens, mas envolvidos no crime, mulheres é bem raro.” (Representante Protestante, 2019)

“Quando se trata de homicídios a gente ver mais homens, com 17 a 21 anos serem mortos, geralmente do mesmo grupo de criminosos, usuários de drogas, dificilmente morrem pessoas de bem.. Quando se trata de roubos a gente os meninos de 14 ou 15 anos, ou mais velhos pegarem moto aí emprestada e vão pra rua de dois numa moto pra assaltar, e principalmente mulheres por representarem mais fragilidade.” (Guarda Municipal, 2019)

Percebe-se neste gráfico que os maiores números estão voltados para dois perfis de vítimas de crime e violência no Bairro Édson Lobão-Vilinha, sendo eles: Mulher, jovem, empregada e que estuda, com 38% dos entrevistados, e homem, jovem, desempregado e que não estuda, com 36%.

Desta feita, a partir das conversas nas entrevistas, notou-se que a parte da população entrevistada que apresenta o primeiro perfil, a saber, mulher, jovem, empregada e que estuda, entende que no bairro são mais as mulheres que sofrem com o crime e a violência, mas por meio de assaltos, principalmente de celulares, pois de acordo com suas falas, as mulheres são vistas pelos criminosos como frágeis e mais fáceis de obterem sucesso em uma ação criminosa, neste caso, de assalto.

Assim, ao olharmos a fala dos quatro entrevistados acima, vê-se que também pensam de forma semelhante aos moradores entrevistados esta questão, pois apresentam principalmente as mulheres, jovens, que trabalham e estudam como vítimas de assalto, principalmente de celulares. O Policial Militar difere um pouco das demais falas ao entender que as vítimas de crime e violência podem ser tanto homens como mulheres, ambos negros e jovens.

Já o outro perfil, ao observar o gráfico acima, homem, jovem, desempregado e que não estuda, o mesmo que aparece no gráfico 16, sobre o perfil dos envolvidos com o crime/violência no bairro, é compreendido pelos 36% dos entrevistados como vítimas

dos homicídios, e não mais de assalto, pois para os entrevistados, os assassinados no bairro são praticamente todos aqueles que atuam no crime como algozes, seja por acertos de contas com, seja por desentendimentos por causa de drogas, ou outros diversos motivos. Assim, os companheiros da vida criminosa e violenta matam uns aos outros por motivos quase sem importância.

É importante ressaltar que, conforme os 36% dos entrevistados que apresentaram este perfil de vítima, dificilmente, ou quase nunca uma pessoa de boa família, trabalhadora, que está distante de qualquer coisa relacionada ao crime, aparece como vítima de homicídio no bairro em estudo.

É também desta maneira que os entrevistados a partir de questionário aberto percebem a problemática do crime e da violência no bairro. Conforme suas falas, principalmente da representante católica, do representante protestante e do Guarda municipal, as vítimas de homicídios possuem o mesmo perfil dos envolvidos com crime e violência, pois para eles, assim como para os moradores entrevistados, os que são assassinados são do mesmo meio dos seus assassinos, todos participantes do crime no bairro.

É interessante notar que os dados obtidos nas duas formas de questionários sobre o perfil das vítimas de homicídio mostra que as são homens e jovens, o que vai de encontro com os dados de homicídio disponibilizados pelos Anuários da Violência (Ipea, 2017, 2018 e 2019) que demonstram que em 2015, 2016 e 2017 os números de assassinatos são crescentes, principalmente entre os jovens

O número de homicídios em 2015 foi de 59.080, tendo um aumento em 2016, chegando a 62.517, aumentando ainda em 2017, para 65.602. Do número de homicídios ocorridos em 2015, por exemplo, 47,8% são jovens do sexo masculino, com 15 a 29 anos de idade.

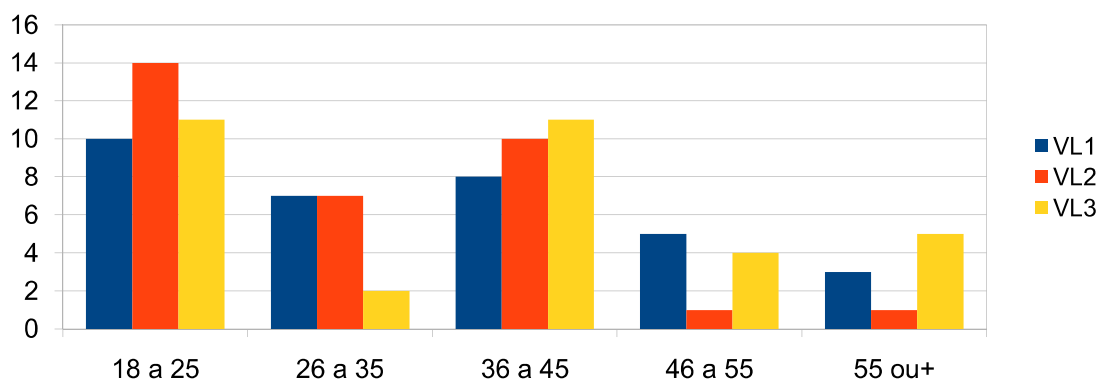
Desta forma, a população entrevistada e as quatro pessoas representativas no bairro dividem as vítimas que são geralmente assaltadas e as que geralmente são assassinadas. Isso pode ser visto desde o gráfico 6, onde se vê que os maiores números de tipos de crimes ocorrentes no bairro são de assalto e de homicídio, isto é, para a população, os crimes que mais ocorrem no bairro são estes, e as vítimas são divididas entre estes dois tipos de crime.

3.3 VIOLÊNCIA E CRIMINALIDADE: DADOS COMPARATIVOS POR ZONAS

Esta seção dedica-se a expor os mesmos dados da seção anterior, mas de modo a comparar a visão da população das três zonas que compõe o Bairro Édson Lobão-Vilinha sobre as mesmas questões, sendo elas: zona 1, compreendendo a área em que primeiro foi constituída; zona 2, referente a segunda área a se formar; Zona 3, sendo a terceira área a ser formada. Do gráfico 17, o primeiro desta seção até o gráfico 21, os dados apresentados são referentes ao perfil dos entrevistados em cada uma das três zonas.

Posteriormente, serão apresentados os quadros com dados comparativos entre variáveis por zona, onde se tratará de modo mais descritivo acerca da força de concordância existente entre variáveis, as quais serão as mesmas para as três zonas do bairro. Será usado para isso o coeficiente de Kappa.

Gráfico 18: Distribuição etária da amostra por zona



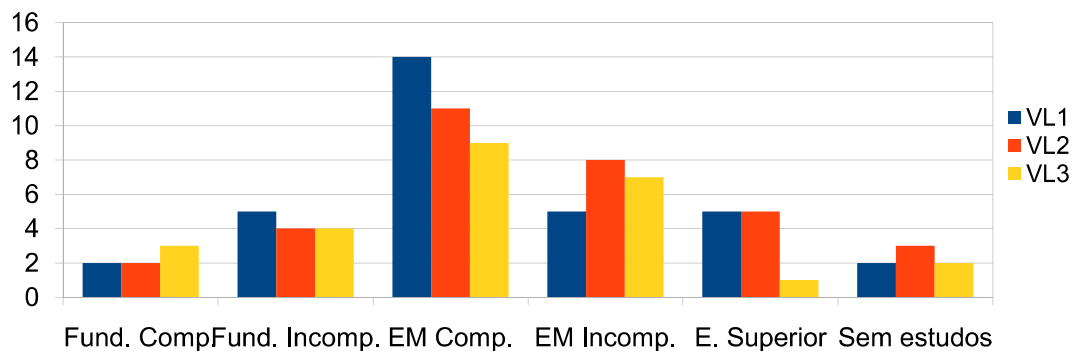
Fonte: Rodrigues (2019)

Este gráfico apresenta a faixa etária dos entrevistados das três zonas do bairro. Nelas, o maior número de entrevistados possuía entre 18 e 25 anos de idade, sendo que a zona 2 os entrevistados nesta faixa etária tiveram maior quantidade que nas outras duas. O segundo maior número de entrevistados das três zonas concentra-se nas faixas etárias de 36 e 45 anos, sendo que o maior número está presente na zona 3 do bairro, com 11 entrevistados nesta faixa etária.

Nas faixas etárias de 26 e 35 anos, 46 e 55 anos e 55 anos ou mais, os números de entrevistados foram menores, principalmente estas duas últimas. Assim,

pode-se inferir que o perfil dos entrevistados nas três Zonas foi em sua maioria pessoas entre 18 e 25 anos e entre 36 e 45 anos, o que denota uma semelhança entre elas.

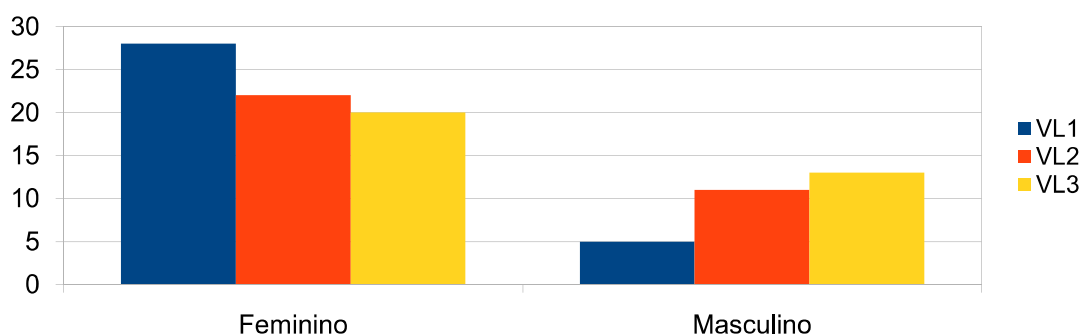
Gráfico 19: Escolaridade da população da amostra por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Dos entrevistados, como pode-se perceber no gráfico, a maioria possui ensino médio completo. Com ensino superior, a zona 1 e 2 possui maior número em relação a zona 3. Assim, é importante ressaltar que, como mencionado em seções anteriores, a zona 1 do bairro pode ser considerada uma área menos conflituosa, mais elitizada, com moradores diferentes da zona 2, e alguma medida, e da zona 3 no que tange a aspectos sociais. Desta feita, o maior número de pessoas com ensino médio completo está concentrado nesta zona, além de os entrevistas com ensino superior estarem mais presentes nesta zona também, e ainda na zona 2, compreendida como uma área de transição, possuindo características sociais semelhantes às das zonas 1 e 3, uma vez que se localiza entre uma e outra.

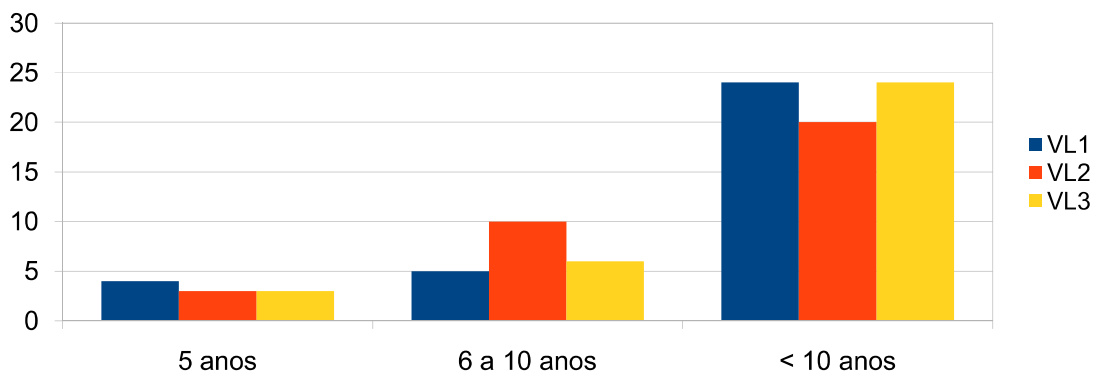
Gráfico 20: Sexo da amostra por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Este gráfico demonstra que a maioria dos entrevistados foi do sexo feminino, independente da zona do bairro. Claro que, na zona 1 o número foi maior em relação às outras duas zonas. Em contrapartida, a zona 1 teve o menor número de entrevistados do sexo masculino, enquanto a zona 3 esse número foi superior às zonas 1 e 2.

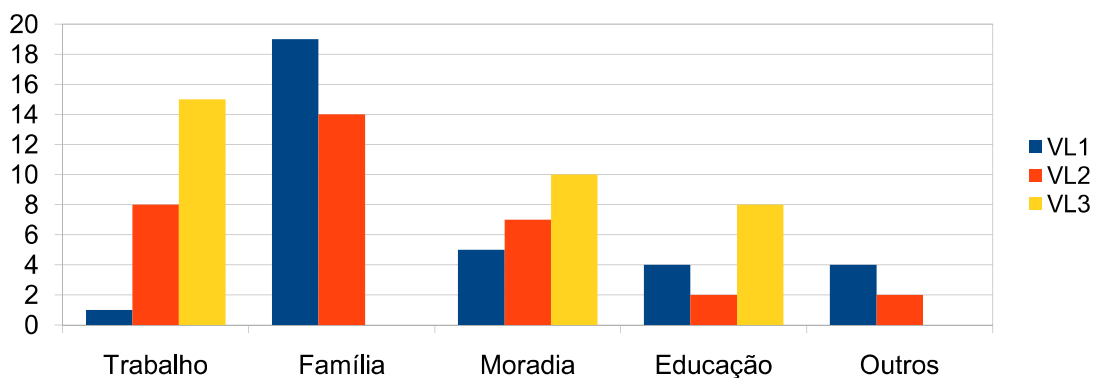
Gráfico 21: Tempo de residência da amostra por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Aqui, o gráfico demonstra o período que os entrevistados residem no bairro Édson Lobão. Nota-se que nas três zonas do bairro os entrevistados residem nele há mais de 10 anos, o que denota que eles têm um conhecimento mais apurado da realidade do mesmo. Assim, a partir do que percebem nesta realidade, produzem suas próprias percepções acerca da violência e da criminalidade no bairro, a que denominamos de representações sociais.

Gráfico 22: Motivo de residência no local por zona

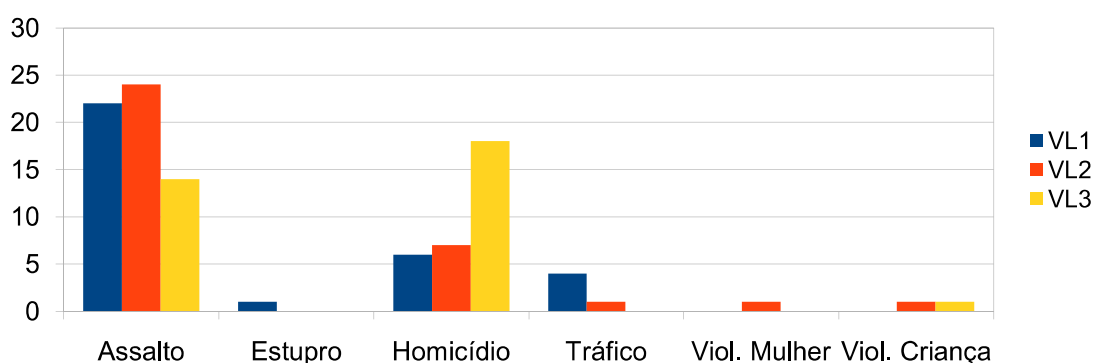


Fonte: Rodrigues (2019)

Conforme o gráfico, os moradores entrevistados vieram morar no bairro por alguns motivos. Os entrevistados da zona 1 vieram principalmente em busca de moradia e por causa de suas famílias; a zona 2 teve seus moradores motivados principalmente por trabalho, família e moradia; os entrevistados da zona 3, em sua maioria, foram motivados pelo trabalho e pela moradia.

É importante salientar que, como já discutido na primeira seção deste capítulo, o bairro, em sua origem, motivou pessoas a morarem nele pela oportunidade deterem sua própria residência, haja vista que muitos são oriundos da zona rural de Grajaú, e outros moravam antes em casas alugadas, sendo por doação de terrenos, como no caso da zona 1, ou por invasão, como na zona 2 e 3 do bairro. Ademais, buscavam também está com suas famílias, e ainda em busca de conseguirem emprego para sustentarem suas famílias.

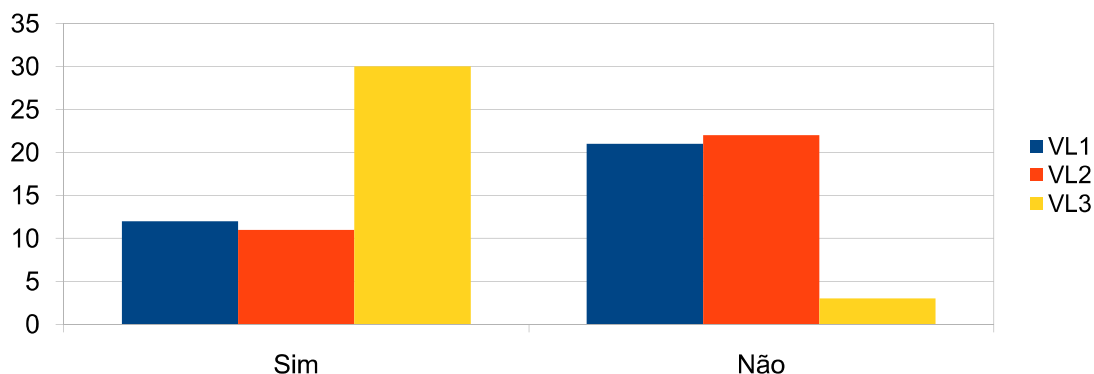
Gráfico 23: Percepção de crimes frequentes por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

O gráfico mostra que tipos de crimes ocorrem em cada zona do bairro. A zona 1 e 2 percebem como principais ocorrências de crime o assalto, em maior número, e o homicídio em menor. Já a zona 3 percebe o contrário, pois para ela, o crime mais comum é o homicídio, enquanto o assalto aparece em segundo lugar. Isso talvez se explique pelo tempo de ocupação, que é mais recente, e ainda por sua população ser aparentemente mais carente de recursos e de assistência por parte do poder público.

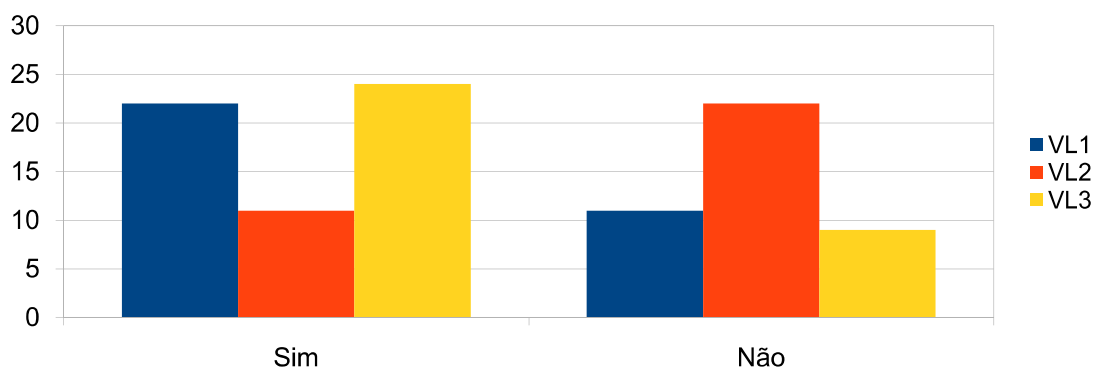
Gráfico 24: Percepção de violência local por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Os entrevistados das zonas 1 e 2, como o gráfico mostra, em sua maioria não percebem o bairro Édson Lobão-Vilinha como violento. Em contrapartida, a zona 3 do referido bairro, entendem o bairro como violento, sendo que apenas 3 deles dizem que não é violento. Pode-se dizer que, essa diferenciação nesta percepção, seja em alguma medida pelo fato de a zona 3, conforme muitos moradores disseram, ter a presença mais forte de casos de violência e de crime em seu cotidiano.

Gráfico 25: Percepção de ocorrência de violência no bairro por zona

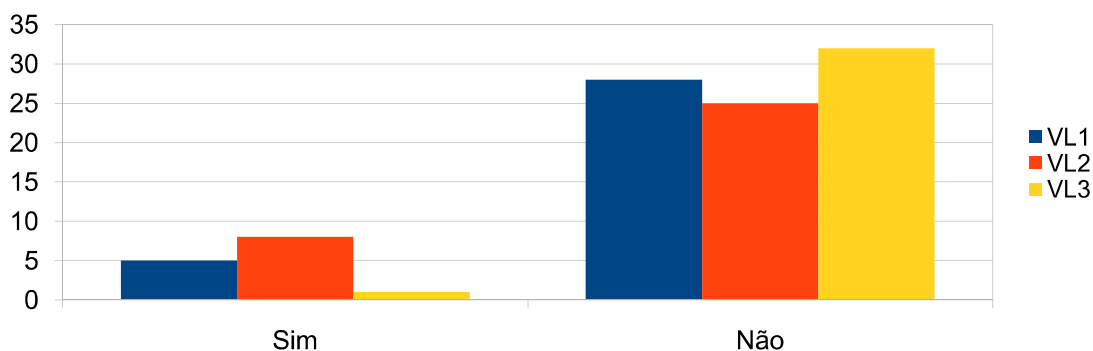


Fonte: Rodrigues (2019)

De acordo com o que demonstra o gráfico, a maioria dos entrevistados das zonas 1 e 3 do bairro dizem terem presenciado casos de violência no bairro, enquanto a zona 2 essa percepção de ocorrência é bem menor. Interessante notar que, no gráfico anterior, a zona 1, em grande parte não percebe o bairro como violento, porém, a maioria dos entrevistados, como este gráfico mostra, dizem ter presenciado casos de violência e

de crime. Isso parece contraditório, mas não é bem assim. O fato de terem presenciado casos de violência, não significa dizer que o bairro para eles é violento, uma vez que a violência está presente em todas as civilizações humanas.

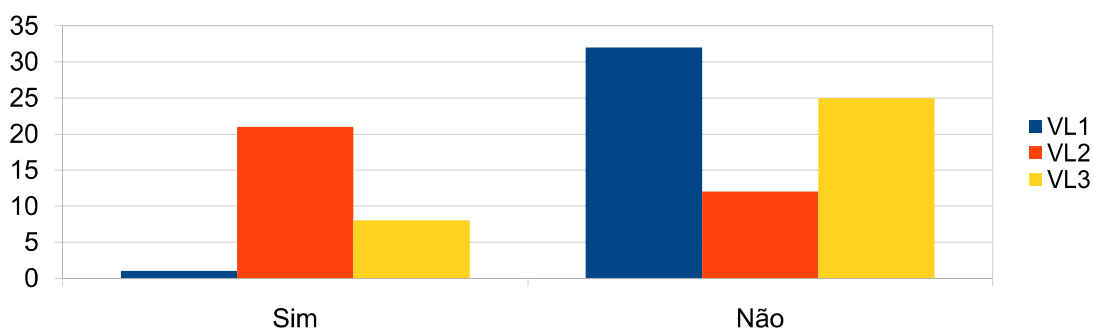
Gráfico 26: Percepção de intervenção pública por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Aqui, como é fácil notar, uma parte significativa dos entrevistados, nas três zonas do bairro, dizem não notar nenhuma intervenção do poder público no que se refere à violência e a criminalidade no bairro estudado. Assim, as três zonas apresentam esta semelhança no modo de perceber e pensar esta questão.

Gráfico 27: Percepção de segurança em função de policiamento por zona

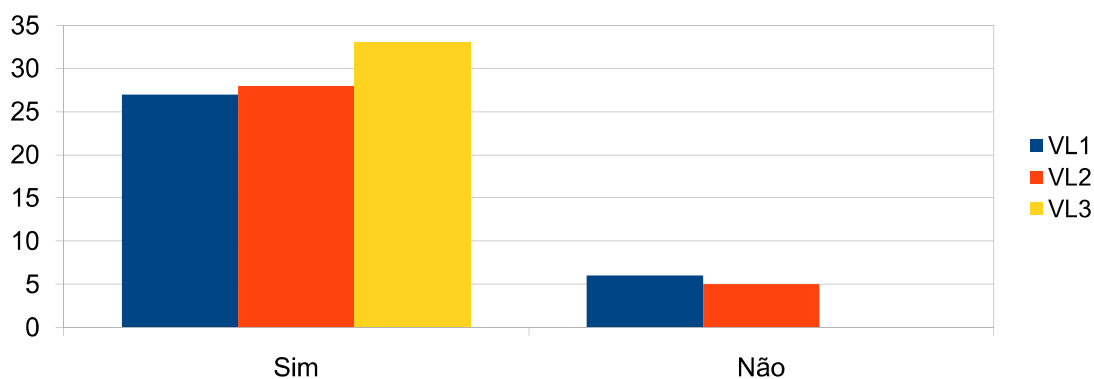


Fonte: Rodrigues (2019)

Conforme exposto no gráfico, quase a totalidade dos entrevistados das zonas 1 e 3 dizem que o fato de o bairro Édson Lobão-Vilha possuir a presença dos quartéis da Polícia Militar e da Guarda Municipal não significa que o bairro é seguro e que intimida ações criminosas. Já a zona 2, em sua maioria, entende que a presença destes

quartéis intimida sim tais ações. Notamos aqui a semelhança de pensamento entre as zonas 1 e 3, e distinção entre estas e a zona 2.

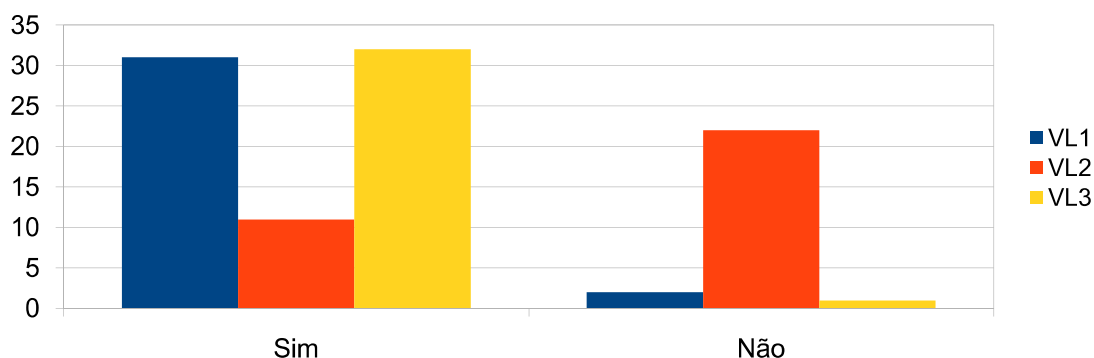
Gráfico 28: Percepção de relação entre violência e tráfico de drogas por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

O gráfico demonstra que os moradores entrevistados das três zonas, em quase sua totalidade, entendem que há uma relação entre drogas e violência e criminalidade no bairro. Relação que consiste, como falado na seção anterior, no fato de as drogas aparecerem como “porta de entrada” para o mundo da criminalidade. A zona 3 inteira, sem exceção, pois as outras duas zonas tiveram moradores que não pensam assim e percebem esta relação entre drogas e violência e criminalidade. Ambas as zonas possuem semelhança também no modo de compreensão desta questão.

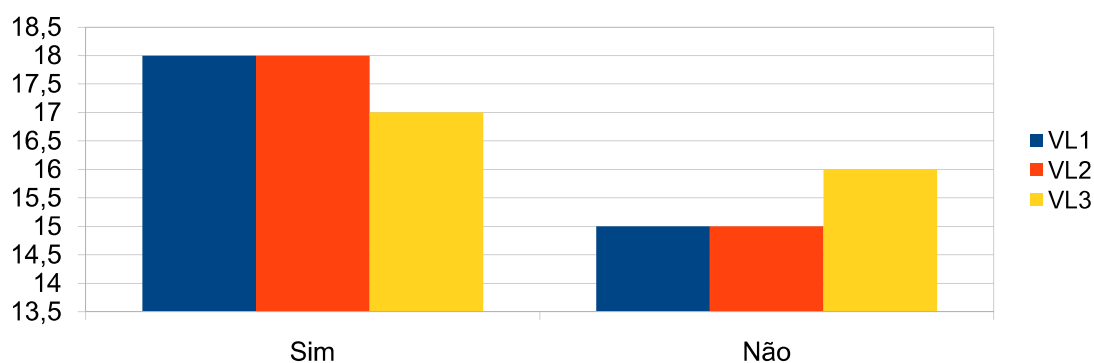
Gráfico 29: Percepção da influência de criminosos no recrutamento de pessoas por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

As zonas 1 e 3 do bairro mais uma vez assemelham-se. Pra a maioria dos entrevistados de ambas, pessoas já inseridas no mundo do crime influenciam outros a trilharem o mesmo caminho. Já os entrevistados da zona 2, em grande parte, distintamente das outras duas, entende que não há esse tipo de influência.

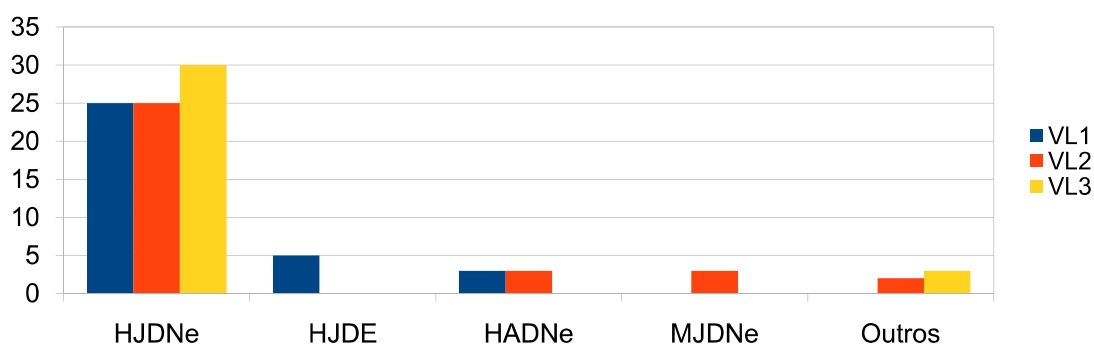
Gráfico 30: Percepção da relação entre desigualdade social e criminalidade por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Aqui, as zonas 1, 2 e 3 caminham na mesma direção. Mesmo havendo uma diferença pequena entre os que pensam esta relação e os que não pensam, a maioria de seus entrevistados há uma relação entre as desigualdades sociais no bairro e a violência e a criminalidade. Talvez seja porque os entrevistados sejam pessoas mais jovens e adultas, e por serem assim, têm uma mente mais aberta e tenham mais conhecimentos acerca destas questões sociais.

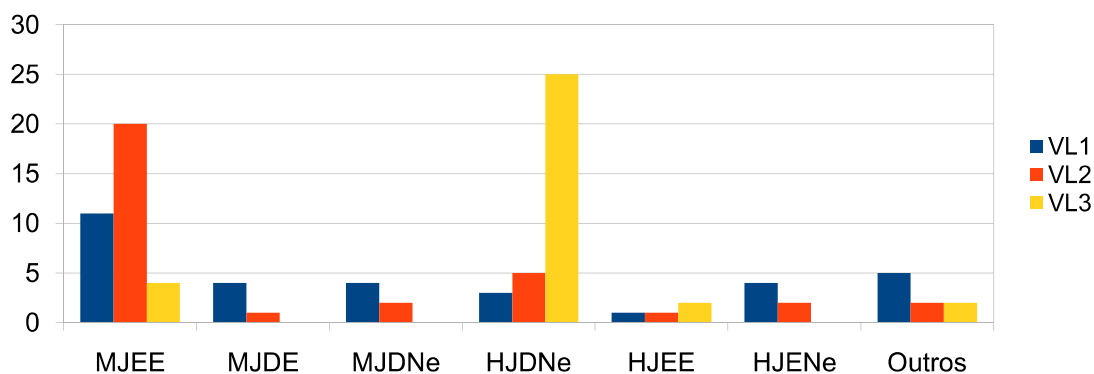
Gráfico 31: Percepção do perfil criminal por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Este gráfico traz o perfil dos criminosos pensado por cada uma das três zonas que compõe o bairro estudado. Torna-se claro que para as três zonas, o perfil dos criminosos são homens, jovens, desempregados e que não estudam. É interessante notar que o perfil traçado é o mesmo, ainda que ambas as zonas possuam diferenciações sociais, espaciais e no modo em que foram formadas, o que influencia no modo em que cada uma percebe as coisas, distinguindo até o modo como elas entendem uma mesma questão.

Gráfico 32: Perfil das vítimas de violência por zona



Fonte: Rodrigues (2019)

Como o gráfico mostra, há distinções e semelhanças entre as três zonas no que tange esta questão. As zonas 1 e 2 entendem as vítimas de crime e violência do mesmo modo, mulher, jovem, empregada e que estuda. Claro que o número dos entrevistados da zona 2 que pensam as vítimas desta forma é maior do que os da zona 1.

Já a zona 3 traz um novo perfil, homens, jovens, desempregados e que não estudam. Isso se dá porque, como já falado na seção anterior, para as duas primeiras zonas, o perfil é como é pelo fato de para elas, as vítimas serem mais de assalto, e que geralmente são mulheres por não oferecerem ameaça aos bandidos. Já para a zona 3, o perfil é outro, porque para ela as vítimas são geralmente de homicídio, e possuem o mesmo perfil que os dos criminosos por serem justamente pessoas envolvidas com crime e que são assassinadas pelos próprios “amigos” do crime.

Feita esta discussão comparativa entre as três zonas do bairro Édson Lobão-Vilinha, apresentaremos a seguir dados separados das três zonas também, mas que visam trazer a força de concordância entre variáveis, a partir do coeficiente de Kappa.

Quadro 8: Coeficiente de capa para itens 7 & 8-Zona 1

Item 7	Item 8		
	Sim	Não	Marginal
Sim	8	4	12
Não	14	7	21
Marginal	22	11	33

Acordo observado	0,45
Acordo esperado	0,454545455

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,000	0,159	(-0,311 , 0,311)	Pobre

Legenda:

Item 7. O bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento?

Item 8. Já presenciou algum caso de violência no bairro?

O quadro pretende trazer a força de concordância entre duas variáveis, referentes à zona 1 do bairro Édson Lobão-Vilinha: o bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento? já presenciou algum caso de violência? Observa-se aqui que essa força de concordância é pobre, isto é, não há relação entre uma variável e outra, o que permite dizer que ambas são independentes.

Quadro 9: Coeficiente de Kappa para itens 9 & 10-Zona 1

Item 9	Item 10		
	Sim	Não	Marginal
Sim	0	4	4
Não	1	28	29
Marginal	1	32	33

Acordo observado	0,85
Acordo esperado	0,855831038

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
-0,051	0,433	(-0,900 , 0,798)	Pobre

Legenda:

Item 9. Você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática no bairro?

Item 10. A presença de quartéis de polícia e da guarda municipal intimida as ações criminosas e violentas no bairro?

Este quadro apresenta resultado semelhante a do quadro anterior, mas agora entre as variáveis: você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática

no bairro/ a presença dos quartéis de polícia e guarda municipal intimida as ações criminosas e violentas no bairro? Percebe-se que aqui também a força de concordância entre as duas variáveis é pobre entre, mas com a diferença de que no quadro anterior o índice de Kappa aparece zerado, porém, a força de concordância é a mesma.

Quadro 10: Coeficiente de Kappa para itens 11 & 12-Zona 1

Item 11	Item 12		
	Sim	Não	Marginal
Sim	10	17	27
Não	6	0	6
Marginal	16	17	33

Acordo observado	0,30
Acordo esperado	0,490358127

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
-0,368	0,157	(-0,675 , -0,060)	Débil

Legenda:

Item 11. O crime/violência têm relação com as drogas no Bairro?

Item 12. Você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no Bairro?

Como notado, este quadro apresenta uma força de concordância débil entre as variáveis: o crime/violência tem relação com as drogas no bairro? você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no bairro? Assim, pode-se inferir que não concordância entre as duas variáveis consideradas.

Quadro 11: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 14-Zona 1

Item 7	Item 14		
	Sim	Não	Marginal
Sim	7	6	13
Não	11	9	20
Marginal	18	15	33

Acordo observado	0,48
Acordo esperado	0,490358127

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
-0,011	0,171	(-0,345 , 0,324)	Pobre

Legenda:

Item 7. O Bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento?

Item 14. A criminalidade no Bairro tem relação com a desigualdade social?

As variáveis consideradas neste quadro são: o bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento? A criminalidade no bairro tem relação com a desigualdade social? A força de concordância também aqui é pobre, ou seja, não há dependência entre as duas variáveis aqui consideradas.

Quadro 12: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 8-Zona 2

Item 7	Item 8		
	Sim	Não	Marginal
Sim	10	1	11
Não	6	16	22
Marginal	16	17	33

Acordo observado	0,79
Acordo esperado	0,505050505

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,571	0,144	(0,290 , 0,853)	Moderada

Legenda:

Item 7. O bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento?

Item 8. Já presenciou algum caso de violência no bairro?

O quadro apresenta agora as forças de concordâncias entre variáveis referentes à vilinha 2 ou zona 2 do bairro. Aqui, vê-se que a força de concordância é moderada entre as variáveis: o bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento? Já presenciou algum caso de violência no bairro? Desse modo, as duas variáveis possuem alguma concordância entre si, diferente dos quadros da vilinha 1 ou zona 1, apresentados anteriormente.

Quadro 13: Coeficiente de Kappa para itens 9 & 10-Zona 2

Item 9	Item 10		
	Sim	Não	Marginal
Sim	7	1	8
Não	5	20	25
Marginal	12	21	33

Acordo observado	0,82
Acordo esperado	0,570247934

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,577	0,156	(0,271 , 0,883)	Moderada

Legenda:

Item 9. Você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática no bairro?

Item 10. A presença de quartéis de polícia e da guarda municipal intimida as ações criminosas e violentas no bairro?

Mais uma vez, a força de concordância descoberta é moderada, mas agora entre as variáveis: você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática no bairro? A presença de quartéis de polícia e da guarda municipal intimida ações criminosas no bairro? Nota-se, assim, que estas variáveis se relacionam, mesmo que não de maneira forte, moderada.

Quadro 14: Coeficiente de Kappa para itens 11 & 12-Zona 2

Item 11	Item 12		
	Sim	Não	Marginal
Sim	10	18	28
Não	0	5	5
Marginal	10	23	33

Acordo observado	0,45
Acordo esperado	0,36271809

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,144	0,136	(-0,122 , 0,411)	Pobre

Legenda:

Item 11. O crime/violência têm relação com as drogas no Bairro?

Item 12. Você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no Bairro?

O quadro expõe uma força de concordância entre duas variáveis, que são; o crime/violência tem relação com as drogas no bairro? Você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no bairro? A força de concordância é pobre entre estas variáveis, assim como nos quadros da vilinha 1 ou zona 1, o que significa que não apresentam correlações entre si.

Quadro 15: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 14-Zona 2

Item 7	Item 14		
	Sim	Não	Marginal
Sim	6	4	10
Não	11	12	23
Marginal	17	16	33

Acordo observado	0,55
Acordo esperado	0,494031221

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,102	0,171	(-0,234 , 0,437)	Pobre

Legenda:

Item 7. O Bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento?

Item 14. A criminalidade no Bairro tem relação com a desigualdade social?

Entre as duas variáveis, o bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento? e a criminalidade no bairro tem relação com a desigualdade social? Foi possível encontrar uma força de concordância pobre, isto é, uma variável não depende da outra.

Quadro 16: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 8-Zona 3

Item 7	Item 8		
	Sim	Não	Marginal
Sim	23	7	30
Não	1	2	3
Marginal	24	9	33

Acordo observado	0,76
Acordo esperado	0,685950413

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,228	0,238	(-0,238 , 0,694)	Débil

Legenda:

Item 7. O bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento?

Item 8. Já presenciou algum caso de violência no bairro?

Tratando agora dos dados da zona 3, o quadro apresenta a força de concordância entre as variáveis: o bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento? Já presenciou algum caso de violência no bairro? Aqui, percebe-se que não há concordância entre estas duas variáveis, configurada como débil.

Quadro 17: Coeficiente de Kappa para os itens 9 & 10-Zona 3

Item 9	Item 10		
	Sim	Não	Marginal
Sim	1	0	1
Não	8	24	32
Marginal	9	24	33

Acordo observado	0,76
Acordo esperado	0,713498623

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,154	0,260	(-0,357 , 0,664)	Pobre

Legenda:

Item 9. Você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática no bairro?

Item 10. A presença de quartéis de polícia e da guarda municipal intimida as ações criminosas e violentas no bairro?

Conforme o quadro, as variáveis consideradas aqui têm uma força de concordância pobre, o que significa dizer que não há relação de dependência entre as variáveis. São elas: você percebe alguma intervenção do poder público nesta problemática no bairro? E, a presença dos quartéis da polícia e da guarda municipal intimida as ações criminosas?

Quadro 18: Coeficiente de Kappa para itens 11 & 12-Zona 3

Item 11	Item 12		
	Sim	Não	Marginal
Sim	21	12	33
Não	0	0	0
Marginal	21	12	33

Acordo observado	0,64
Acordo esperado	0,636363636

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
0,000	0,230	(-0,451 , 0,451)	Pobre

Legenda:

Item 11. O crime/violência têm relação com as drogas no Bairro?

Item 12. Você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no Bairro?

Conforme o gráfico, as variáveis consideradas possuem uma força de concordância pobre, com coeficiente de Kappa zerado. Isso quer dizer que não há correlação entre as variáveis. São estas as variáveis: o crime/ violência tem relação com as drogas no bairro? Você tem conhecimento de pontos de vendas de drogas no bairro?

Quadro 19: Coeficiente de Kappa para itens 7 & 14-Zona3

Item 7	Item 14		
	Sim	Não	Marginal
Sim	13	17	30
Não	3	0	3
Marginal	16	17	33

Acordo observado	0,39
Acordo esperado	0,487603306

Índice Kappa	Erro padrão	I.C 95%	Força da concordância
-0,183	0,166	(-0,508 , 0,143)	Pobre

Legenda:

Item 7. O Bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento?

Item 14. A criminalidade no Bairro tem relação com a desigualdade social?

O quadro vem trazer a força de concordância entre as variáveis: o bairro Édson Lobão-Vilinha é um lugar violento? a criminalidade no bairro tem relação com a desigualdade social? Percebeu-se que essa força é pobre, e que assim, não há relação entre as variáveis.

Diante do exposto, notou-se que em certa medida as três zonas do bairro se relacionam e se diferenciam em alguns aspectos, quando se trata dos gráficos dessa seção. Em alguns questionamentos, por exemplo, as zonas 1 e 2 se aproximam, enquanto em outros elas se distanciam, ao passo em que uma ou outra, às vezes se assemelha com a zona 3. Em se tratando dos quadros expostos, referentes à força de concordância entre variáveis também nas três zonas, observou-se que em geral as variáveis consideradas não apresentam correlação ou possuem força de concordância pobre, débil ou moderada quando analisados isolados. Mas quando analisados em conjunto os dados expuseram uma gradação entre as três zonas do bairro

Assim, a zona 1 apresenta força de concordância pobre e débil, enquanto a zona 2 é a que mais traz relação entre suas variáveis, o que denota uma concordância entre a percepção dos entrevistados da zona, enquanto na zona 3 ou vilinha 3, as variáveis apresentam nenhuma concordância ou não se relacionam entre si, já que a força de concordância é pobre e débil.

A zona 2 ou vilinha 2, conforme os dados dos quadros acima, mostra também, em alguma medida, certo sentimento de insegurança entre os moradores. Isso pode parecer contraditório no sentido em que já foi mencionado que a zona 3 ou vilinha 3 apresenta mais problemas com violência e crime, de acordo com as entrevistas, do que a zona 1 e a zona 2, que podem ser consideradas menos conflituosas.

Porém isso pode ser explicado, como pôde-se notar nas entrevistas, pelo fato de os moradores da zona 2 não apresentarem quase nenhum vínculo afetivo com os agentes promotores de crime/violência, diferente dos moradores da zona 3, que apresenta em muitos casos uma relação mais estreitas com estes sujeitos, seja por conviverem desde a infância, seja por vínculo de parentesco. A zona 3, ser observada e também pelas impressões obtidas nas entrevistas parece aglomerar parte dos sujeitos que geralmente estão envolvidos com crime/violência no bairro, e isso, acaba por gerar a ausência ou a frágil presença do sentimento de insegurança nos moradores nessa zona, que é mais forte na zona 2.

3.4 Representações Sociais da Violência e da Criminalidade no Bairro Édson Lobão-Vilha: Algumas considerações

Ao lançar um olhar mais analítico para os dados obtidos com a pesquisa deste trabalho, pode-se perceber que a população do bairro em estudo, representados pelos 99 (noventa e nove) moradores entrevistados representam socialmente a violência e a criminalidade de forma muito semelhante. Desta maneira não há tantas disparidades entre o pensamento dos moradores no que diz respeito aos vários pontos elencados nesta pesquisa, entre eles a questão das drogas, ao perfil do criminoso e da vítima, à relação criminalidade e desigualdade social, ao questionamento sobre o bairro ser ou não considerado violento, entre outros.

Para que haja uma maior compreensão acerca das Representações Sociais da Violência e da Criminalidade, a que este trabalho se propõe especialmente, será apresentado em um quadro tais Representações Sociais enfatizando os pontos apresentados nos gráficos da seção anterior. Posteriormente buscar-se-á analisar o pensamento dos moradores do bairro acerca destes pontos, apresentando algumas considerações sobre as Representações Sociais da violência e da Criminalidade no Bairro Édson Lobão-Vilha. Juntamente aos dados obtidos pelos questionários fechados, apresentaremos considerações sobre a fala dos quatro entrevistados, sendo estas pessoas representativas no bairro: dois moradores do mesmo há cerca de 20 anos, e os outros dois apenas trabalham no bairro, não residindo nele.

Quadro 20: Representações Sociais de elementos constituintes do quadro representacional de violência e criminalidade no bairro

Variáveis	Representações Sociais
Crime mais ocorrente no Bairro	De acordo com o pensamento dos moradores, os crimes que mais ocorrem no bairro são assalto e homicídio. Mesmo que haja outros, mas foi esta ideia que já se cristalizou no pensamento da comunidade.
O bairro é ou não violento	Já está impregnado no imaginário das pessoas do bairro que este é violento. Como a maioria dos entrevistados residem no mesmo em um período de 6 e 10 anos, este modo de ver o bairro foi sendo construído ao longo do tempo e propagado pelas pessoas do bairro e também da cidade de Grajaú.
Intervenção do poder público no problema de violência e criminalidade no bairro	Para a população do bairro, representado pelos 86% dos entrevistados, o poder público não age de nenhuma forma para amenizar a situação difícil de violência e criminalidade vivenciada no cotidiano da comunidade.

Intimidação das ações criminosas e violentas pelos quartéis da Polícia Militar e o da Guarda Municipal	A população, a partir das entrevistas, em sua maioria representam esta questão de forma negativa, pois para eles, nenhum dos quartéis intimidam ações criminosas e violentas no bairro, sendo difundida entre as pessoas esta ideia pela convivência no bairro.
Relação drogas e criminalidade/violência no bairro	Esta questão é representada de maneira semelhante pelos moradores. Para eles, as drogas não só se relaciona com a criminalidade e a violência no bairro quanto aparece como o primeiro momento do processo de ingresso de uma pessoa, principalmente jovens, no mundo do crime.
Relação desigualdade social e criminalidade/violência no bairro	Pouco mais da metade dos entrevistados, existe uma influência da desigualdade social para o ingresso na vida criminosa, sendo que pouco menos da metade pensa de forma diferente, poucos dizem que o estado de pobreza e de carência de vários aspectos importantes para uma vida digna não colabora de forma alguma para alguém ser criminosos e violento. Aqui percebe-se que as pessoas no bairro, representados pelos entrevistados, representam esta questão de maneira distintas, pensamento talvez influenciado pela vivência de cada um no bairro e externo a ele.
Influência de agentes promotores de crime/violência no recrutamento de novos participantes	É praticamente unânime o pensamento de que essa influência existe e persiste no bairro, e ainda representam as drogas como colaboradora neste processo, pois alguém já no mundo do crime, inicialmente pela oferta de droga, geralmente consegue exercer uma influência negativa sobre outro e convencê-lo entrar na vida de crime.
Perfil do envolvidos com crime e violência no bairro	Esta variável é bem interessante. Está cristalizado no pensamento da comunidade do bairro que o criminoso do mesmo em geral é homem, jovem, que não trabalha e que não frequenta escola. Este perfil ao longo do tempo, parece ter circulado e ainda circula na vida cotidiana do bairro.
Perfil das vítimas de crime/violência no bairro	Aqui, também há uma representação social que circula na vida das pessoas e que parece ter se cristalizado. Para a população do bairro, as vítimas são divididas em as que sofrem assalto e as que sofrem homicídio. As que são assaltadas, geralmente são mulheres, jovens, empregadas e que frequentam escola, ditas pelos entrevistados como pessoas de bem; as outras são os que são assassinados, que tem o mesmo perfil dos criminosos, pois para os entrevistados, os que aparecem mortos no bairro são pessoas da vida criminosa, homens, jovens, que não trabalham nem estudam. Para a população, são “vagabundos”.

Fonte: Rodrigues (2019)

A violência e a criminalidade no bairro Édson Lobão-Vilinha é uma realidade muito presente e que faz parte do seu histórico, como se pôde notar com a presente pesquisa a partir da fala dos moradores do bairro e das pessoas que nele são representativas. Por este motivo, a população do bairro representa o mesmo como violento, e que não há intervenção do poder público para melhorar este quadro, mesmo que haja no bairro um quartel da Polícia Militar e um quartel da Guarda Municipal, pois

para a maioria dos moradores a presença de ambos não intimida as ações criminosas no bairro. Tal pensamento parece ser consensual entre as pessoas do bairro. Assim,

[...] O senso comum, o conhecimento popular [...] - oferece-nos acesso direto a representações sociais. São, até certo ponto, as representações sociais que combinam nossa capacidade de perceber, inferir, compreender, que vêm à nossa mente para dar um sentido às coisas, ou para explicar a situação de alguém. Elas são tão “naturais” e exigem tão pouco esforço que é quase impossível suprimi-las. [...] (MOSCOVICI, 2012, p. 201)

Ideias acerca da problemática da violência e da criminalidade, neste sentido, são difundidas no bairro entre as pessoas mediante a comunicação, a conversação e as relações sociais existentes entre a comunidade do bairro, de maneira, portanto “natural”, construindo nelas uma representação comum desta problemática. Talvez, já como o mesmo autor diz que as representações são dinâmicas, se modificando ao longo da história, as representações que se têm hoje da violência e da criminalidade no bairro pode se modificar, e muito provavelmente isso ocorra, justamente por seu caráter dinâmico, pois “[...] as representações sociais são fenômenos complexos sempre ativados e em ação na vida social. [...]” (JODELET, 2001, p. 21)

Moscovici (2012) diz que as representações sobre um mesmo objeto ou fenômeno não necessariamente precisam ser as mesmas, podendo ser distintas. Entretanto, como percebido nos dados da pesquisa apresentados em seções anteriores, as representações feitas sobre a violência e a criminalidade no bairro Édson Lobão-Vilha e os vários aspectos que compõem tal problemática são bastante semelhantes, apresentando pequenas diferenças por parte de um número pequeno dos entrevistados.

Desta maneira, discutiremos os elementos englobados pela violência e a criminalidade no bairro em estudo, expostos no quadro acima e nos dados obtidos pelos questionários fechados (entrevistados 99 moradores do bairro) e abertos (4 pessoas representativas no bairro, sendo dois moradores neles, e dois moradores de outros bairros da cidade de Grajaú).

Para os moradores do bairro, os crimes mais comuns no bairro são assalto e homicídio, não que não haja outros, porém os que mais percebem são estes. Outro aspecto que aparece na pesquisa e no quadro acima, e que tem relação com esta questão, é o perfil das vítimas que sofrem estes dois tipos de crime, acompanhados por violência.

Destarte, os moradores do bairro Édson Lobão-Vilha representam tais vítimas de maneira diferenciadas, as que sofrem assalto e as que sofrem homicídio. As

primeiras são mulheres, jovens, empregadas e que estudam, como os entrevistados disseram, pessoas de bem. Isso porque, segundo eles, as mulheres são mais frágeis e não apresentam nenhuma ameaça aos criminosos, e assim podem ter sucesso em sua ação; as segundas, geralmente são homens, jovens, que não estudam nem trabalham, pois são pessoas que estão inseridas no mundo da criminalidade, por isso o mesmo perfil dos envolvidos com crime e violência no bairro, e que são assassinadas pelos próprios companheiros de ações violentas e criminosas, conforme a fala dos entrevistados, isto é, tais pessoas aparecem tanto como vítimas quanto como algozes.

Os algozes, ou envolvidos com crime e violência no bairro Édson Lobão-Vilinha são representados de maneira quase unânime entre os moradores entrevistados, que se assemelha ao modo como as pessoas representativas no bairro também representam. São geralmente homens, jovens, desempregados e que não frequentam a escola. E ainda, estes que já estão imersos na vida criminal para a comunidade do bairro são ainda representados como aqueles que influenciam outras pessoas, principalmente jovens, a aderirem a tal vida.

Os moradores e as pessoas representativas no bairro representam também a violência e a criminalidade relacionadas às drogas, uma vez que a partir do conhecimento adquirido socialmente e que se cristalizou nos seus pensamentos, elas aparecem como a primeira etapa do ingresso no mundo criminal. E ainda, pouco mais da metade dos entrevistados pensam as desigualdades sociais, muito presentes no bairro em estudo desde sua origem, como fator que favorece a criminalidade e a violência no bairro, assim como demonstrado também em algumas falas das entrevistas com as pessoas representativas no bairro. Porém, esta questão é dividida, pois alguns pensam que nada tem a ver desigualdade social e criminalidade e violência no bairro Édson Lobão-Vilinha.

Diante disso, as representações da violência e a criminalidade no Bairro Édson Lobão-Vilinha estão relacionadas a outros elementos, bem como, desigualdade social, venda e uso de drogas, e ainda com o perfil de algozes e vítimas, os quais foram construídos pela comunidade do bairro. Ademais, os outros elementos discutidos acima também estão relacionados com o modo em que a população do referido bairro pensa, representa o crime e a violência no mesmo.

Estas representações sociais construídas no bairro acerca destes vários elementos e que constituem as representações sociais da criminalidade e da violência, é pois uma tentativa de criar uma ideia, um conceito sobre elas para torná-las familiar e não mais estranhas. Assim, Moscovici (2012, p. 207) escreve:

A motivação para a elaboração de representações sociais não é, pois, uma procura por um acordo entre as nossas ideias ou a realidade de uma ordem introduzida no caos do fenômeno ou, para simplificar, um mundo complexo, mas a tentativa de construir uma ponte entre o estranho e o familiar. [...]

Assim sendo, a função das representações, conforme o mesmo autor, é, portanto, fazer com que um determinado objeto estranho se torne para o sujeito familiar e conhecido. Deste modo ocorre com as representações elaboradas da criminalidade e da violência do bairro Édson Lobão-Vilha pelos seus moradores, uma vez que precisam ter conhecimento do que seja tais problemáticas, já que são tão presentes e recorrentes em seu cotidiano.

Como já mencionado, tais representações são disseminadas no bairro por meio das conversas entre as pessoas, das relações entre elas. Por terem seus elementos compartilhados pela comunicação e por estarem por ela relacionados, Moscovici (2012) fala de representações compartilhadas. E é por meio desse compartilhamento de representações que as representações individuais tornam-se sociais, isto é, são apropriadas pelas representações sociais.

A produção de representações da criminalidade e da violência no bairro em estudo, assim como toda produção representacional, é de acordo com Jodelet (2001) um ato do pensamento por meio do qual os moradores do mesmo de reporta a um objeto, entendido aqui como a violência e a criminalidade.

As formas de se pensar e representar a criminalidade e a violência no bairro Édson Lobão-Vilha foram construídas ao longo do tempo de sua existência. Foram e são ideias e conceitos compartilhados, comunicados na vida cotidiana seja numa simples conversa, num lugar público onde há encontros de pessoas, dentro da família, ou por meio dos meios de comunicação, dos jornais locais, e que foram se solidificando, se cristalizando até fazer parte da vida das pessoas, de seu cotidiano.

Sobre isso, Moscovici (1984a) apud Moscovici (2012, p. 208) discorre:

[...] Nesse processo, as pessoas adquirem um repertório comum de interpretações e explicações, regras e procedimentos que podem ser aplicados à vida cotidiana, do mesmo modo que as expressões linguísticas são acessíveis a todos.

Desta forma, a comunidade do bairro Édson Lobão-Vilha, por meio da difusão do pensamento sobre violência e criminalidade no mesmo, adquiriu, assim como o referido autor escreveu acima, um repertório que se tornou comum à todos de

interpretação e explicação da realidade do referido bairro no que diz respeito a violência e a criminalidade, já que desde sua origem, ambas se fizeram presente no cotidiano das pessoas do bairro.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo buscou analisar as representações sociais da população do Bairro Édson Lobão/Vilinha em Grajaú-MA acerca da violência e da criminalidade. Ele representa um esforço de conhecer e analisar como a violência e a criminalidade, tão presentes no cotidiano tem sido ou é representado pela própria comunidade.

A pesquisa adotou como apoio A Teoria das Representações Sociais de Serge Moscovici, a qual foi importantíssima para a produção deste trabalho, servindo como base teórica, além de facilitar o entendimento sobre como os moradores do bairro em estudo representam duas problemáticas muito presentes na realidade do bairro, violência e criminalidade.

Claro que a teoria acima foi primordial na produção deste trabalho, porém outros estudos também foram de suma importância, bem como o estudo desenvolvido por Giddens (2005), tratando sobre crime e desvio que foi essencial ao escrever sobre criminalidade; Michaud (1989) em *a Violência*, que foi o principal referencial ao falar de violência; Laraia (2001) falando sobre cultura; e ainda os Atlas da Violência do Ipea dos anos de 2016, 2017, 2018 e 2019. Todos estes, e outros mais colaboraram significativamente para a produção deste estudo.

Este trabalho, visando alcançar o referido objetivo, apresentou três capítulos. O primeiro tratou sobre a Teoria das Representações Sociais de Moscovici, base teórica para este estudo, além de discutir o tema da vulnerabilidade social e apresentar a metodologia desta pesquisa. Aqui concluiu-se que a TRS foi trazida por Moscovici como um fenômeno psicossocial, mas que teve como base os estudos de Representações Coletivas de Durkheim.

Já no que tange à vulnerabilidade social, viu-se que o objetivo dos estudos neste tema surgiu como uma forma de integrar vários elementos voltados para a questão da pobreza e para outras modalidades e desvantagens sociais, que nos estudos de pobreza somente eram negligenciados. Assim, conclui-se que este tema é muito abrangente, abarcando vários elementos sociais, e que servia para entender o bairro Édson Lobão enquanto vulnerável a partir de alguns fatores sociais.

O capítulo dois vem trabalhar sobre a violência e a criminalidade, iniciando com uma discussão acerca da origem da violência, onde ela aparece como resultado da cultura, pois ao mesmo tempo em que o homem cria formas para sua sobrevivência, cria modos para o desenvolvimento da violência e assim para a destruição da vida, mas assim

como há teorias para se explicar a criminalidade, como exposto no referido capítulo, esta teoria sobre a origem da violência é apenas mais uma entre as muitas, tendo a pretensão apenas de ser mais uma contribuição neste tema.

Além disso, discutiu-se sobre a distinção violência e criminalidade, notando-as como coisas distintas à medida que a primeira pode ser qualquer ato que agrida um indivíduo fisicamente, socialmente, simbolicamente, moralmente ou em suas posses, não necessitando ser crime, enquanto a segunda diz respeito a qualquer ação que pode ser punida por uma lei, não necessariamente precisando ser violenta.

Em seguida tratou-se sobre a violência e a criminalidade no Brasil, onde se apresentou alguns dados de violência e crimes no país, bem como no Maranhão. Entendeu-se, a partir desta discussão que o Brasil carece de medidas urgentes para barrar os números crescentes de violência e crime, principalmente homicídio, que a cada ano só aumenta. E por último, foi discutido sobre as implicações da TRS para o presente estudo, concluindo que a Teoria traria muitas contribuições para o enriquecimento desta pesquisa, além de trazer coisas novas sobre violência e criminalidade e como são vistas e representadas pela população do bairro em estudo.

O último capítulo apresenta os resultados da pesquisa, além de fazer um breve histórico de formação do nosso campo de estudo, o bairro Édson Lobão-Vilinha, compreendido aqui como periférico e vulnerável, a partir de alguns fatores sociais. Neste capítulo, foi apresentado, além disso, dados e discussões da área total do bairro em estudo, mas também discutiu os mesmos dados de maneira a dividir as três zonas que compreendem tal área total, mas de modo comparativo. Ademais, foram expostos alguns quadros comparativos entre variáveis das zonas 1, 2 e 3. Desse modo, concluiu-se que quando se trata dessas comparações, as três zonas do bairro apresentam semelhanças e diferenciações em suas percepções acerca da violência e do crime no bairro Édson Lobão-Vilinha, além de que as variáveis comparadas apresentaram uma gradação no que tange sua força de concordância, sendo que em sua maioria, trazem força de concordância pobre ou débil.

Assim, no que se refere as representações Sociais, chegou-se à conclusão de que a violência e a criminalidade no bairro Édson Lobão-Vilinha é representada de forma semelhante entre os moradores do mesmo, e também relacional, pois se notou que ambas estão ligadas às drogas, às desigualdades sociais, a um perfil de vítimas e de envolvidos com o crime e violência no bairro. Ademais, o bairro é representado por seus moradores como violento. Tais representações foram e são disseminadas no bairro, assim são

cristalizadas ao longo do tempo, podendo ser modificadas, dando lugar a outras novas representações.

Uma das principais formas de conhecer e analisar estas representações se deu mediante ao universo consensual de Moscovici, pois foi por meio do senso comum, do conhecimento popular que tais representações se fizeram e se fazem, uma vez que é no cotidiano, no mundo consensual que os sujeitos no bairro criaram a forma como interpretam e percebem a realidade em que vivem. Deste modo, a TRS nos proporcionou bases necessárias para compreender e analisar aquilo que nos propomos desde o início deste trabalho.

Assim, as Representações sociais como um modo de interpretar a realidade, aparecem como um meio de os moradores do bairro Édson Lobão-Vilha interpretarem o fenômeno da violência e da criminalidade, ambas constituintes da realidade do referido bairro e, portanto, do cotidiano de sua população. Tais representações são uma forma de conhecimento desta realidade, uma maneira de se aproximar daquilo que ainda causava estranhamento às pessoas, que ao elaborarem um repertório representacional acerca da violência e da criminalidade, as tornam objetos familiares.

Com os dados obtidos tanto nos questionários abertos e fechados, foi possível perceber que o modo de pensar violência e criminalidade no bairro estudado dos moradores entrevistados, representando a comunidade, e o dos considerados representativos no bairro assemelham-se muito, havendo algumas poucas diferenciações.

Quando se trata de violência e de criminalidade, problema profundo demais na sociedade em que vivemos, e ao observarmos que sua presença no seio social é constante, percebeu-se o quanto é necessário que se note a urgência por solução e mudança neste sentido, pois a cada ano os números de violência no Brasil aumentam, causando nos brasileiros, medo, terror, insegurança e desesperança de que um dia este quadro mude.

Assim esta realidade também é muito presente em parcelas menores do país, como no bairro Édson Lobão-Vilha. Isso pode ser confirmado ao olharmos os resultados da pesquisa deste trabalho, que demonstra o quanto as pessoas do bairro percebem esta presença, criando nelas um conjunto de ideias acerca da violência e da criminalidade, além dos elementos que elas englobam. Isto porque esta é uma realidade recorrente, que permanece na vida cotidiana das pessoas e que elas veem todos os dias ao seu redor.

Desta feita, este é um campo de pesquisa riquíssimo, e que carece de um posterior aprofundamento desta questão no bairro em estudo, uma vez que as representações sociais da violência e da criminalidade aqui expostas podem ser modificadas ao longo do tempo, pois conforme Moscovici (2012) elas possuem um caráter dinâmico. Assim, estudos posteriores podem lançar um novo olhar para esta questão, dando origem a uma nova forma de percebê-la e um estudo mais amplo, seguindo outro viés metodológico. Neste sentido, esta pesquisa ainda pode suscitar novas discussões e novos estudos nesta área.

Destarte, este estudo se constitui enquanto um estudo social, e, portanto, passível à transitoriedade, haja vista que a sociedade não é estática, mas sim dinâmica. Por este motivo, este trabalho, assim como de praxe no campo social, não esgota as possibilidades de novas visões sobre este mesmo tema, permanecendo aberto a novos estudos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A. M. de O. Pesquisa em representações sociais: proposições teórico metodológicas. In: SANTOS, M. de F de S.; ALMEIDA, A. M. de O. (Org.). Diálogos com a teoria da representação social. Recife: Editora UFPE, 2005, p.117-160.

Blog do Fernando Ribeiro. **Ceará registra 150 mortos em 25 chacinas ocorridas entre 2015 e 2018. 29 de junho de 2018.** Disponível em: <http://blogdofernandoribeiro.com.br/index.php/81-categorias/violencia-urbana/4027-exclusivo-ceara-registra-150-mortos-em-chacinas-ocorridas-entre-2015-e-2018>. Acesso em: 24/06/2019.

BONOLO, Palmira de Fátima. Subnotificação e invisibilidade da violência contra a mulher. **RevMed Minas Gerais**, 2016. Disponível em: [file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/AppData/Local/Packages/Microsoft.Micros oftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/v26s8a59%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/AppData/Local/Packages/Microsoft.Micros oftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/v26s8a59%20(1).pdf) Acesso em: 20/02/2019.

BRASIL. Constituição da república Federativa do Brasil de 1988. 05 de outubro de 1988.

_____. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. Política Nacional de Assistência Social (PENAS). Brasília: MDS\SNAS, 2004.

BRASIL. Lei Orgânica da Assistência Social. Brasília, DF, Senado, 1993.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em Paulo.** ed34, São Paulo: Edusp, 2000. 400 p. Disponível em: <file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/s ó%20violência/caldeira-teresa-a-cidade-de-muros-completo.pdf> Acesso em: 17/01/2019.

CARLOS, Ana FanniAlessandri. **O lugar no/do mundo.** São Paulo: FFLCH, 2007, 85p. **Carta de Conjuntura. Ipea.** LAMEIRAS, Maria Andreia Parente; CARVALHO, Sandro Sacchet de.; CORSEUIL, Carlos Henrique L.; RAMOS, Lauro R. A.. Número 41 — 4° trimestre de 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/s ó%20violência/cartadeconjuntura.pdf> . Acesso em: 18/01/2019

CASTEL, Robert. A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à desfiliação. Rev. **Cadernos CRH**, nº 26 e 27, pp. 19-40, 1997.

_____. **As metamorfoses da questão social.** Petrópolis: Vozes. 1998.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de.; BUENO, Samira; Et al. **Atlas da Violência 2016 Ipea.** Brasília, Março de 2016. Disponível em: file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/s ó%20violência/atlas_da_violencia_2016_finalizado.pdf Acesso em: 17/01/2019.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de.; BUENO, Samira; VALENCIA, LuisIván; HANASHIRO, Olaya; MACHADO, Pedro Henrique G.; LIMA, Adriana dos

Santos **Atlas da Violência 2017 Ipea** e FBSP..Rio de Janeiro, junho de 2017. Disponível em: <http://epge.fgv.br/conferencias/caminhos-para-a-efetividade-daseguranca-publica-no-brasil2017/files/atlas-da-violencia-2017.pdf>. Acesso em: 15/01/2019.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de.; BUENO, Samira; Et al.**Atlas da violência 2018. Ipea.** Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em: file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/s%20viol%20encia/atlas_da_violencia_2018.pdf Acesso em: 17/01/2019.

CERQUEIRA, Daniel; LIMA, Renato Sergio de.; BUENO, Samira; Et al.**Atlas da violência 2019. Ipea.** Rio de Janeiro, junho de 2018. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf Acesso em: 25/07/2019.

CERQUEIRA, Daniel; LOBÃO, Waldir. **Determinantes da Criminalidade:** Arcabouços Teóricose Resultados Empíricos. Revista de Ciências Sociais, Rio de Janeiro, Vol.47, n 02, 2004, pp.233 a 269. Disponível em: <file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/s%20viol%20encia/TeoriasCriminalidade.pdf> Acesso em: 16/03/2019.

Chacina deixa três mortos em Guarulhos. **G1 São Paulo.** São Paulo, 28 de Fev. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/chacina-deixa-tres-mortos-em-guarulhos.ghtml>. Acesso em: 24/06/2019.

Chevallier. Jean-Jacques. Do Contrato Social, de J.-J. Rousseau (1762) **In: As grandes obras políticas: de Maquiavel a nossos dias.** 8.ed. - Rio de Janeiro: Agir, 1999. Disponível em: <file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/chevallier-j-as-grandes-obras-polc3adticas-de-maquiavel-a-nossos-dias.pdf>. Acesso em: 25/06/2019.

COSTA, Marco Aurélio; SANTOS, Maria Paula Gomes dos ET AL. Vulnerabilidade Social no Brasil: conceitos, métodos e primeiros resultados para municípios e regiões metropolitanas brasileira. Ipea Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/cap%201%20Vuolnerabilidade/IVS%202018.pdf>. Acesso em: 20/09/2018.

DURKHEIM, E. As formas elementares da vida religiosa (1912). In: GIANNOTTI, J. A. (org.). *Durkheim*. Coleção os pensadores. São Paulo, abril Cultura, 1978.

_____. As regras do método. In: In: GIANNOTTI, J. A. (org.). *Durkheim*. Coleção os pensadores. 2º ed. São Paulo, abril Cultura, 1983.

ELOI, Gerbson da silva. **O processo de ocupação e urbanização no bairro vilinha e suas problemáticas.** Grajaú, 2017, 24p.

Estado de São Paulo tem 17 chacinas com 69 mortes em 2015. **Agência Brasil.** São Paulo, 30 de Dez. de 2015. Disponível em: <http://agenciabrasil.etc.com.br/direitos-humanos/noticia/2015-12/numero-de-chacinas-chega-17-no-estado-de-sao-paulo>. Acesso em: 24/06/2019.

G1 Rio de Janeiro. Número de vítimas em chacinas no Rj cresce em 166% em 2018. Rio de Janeiro, 30 de Ago. de 2018. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2018/08/30/numero-de-vitimas-em-chacinas-no-rj-cresce-166-em-2018.ghtml>. Acesso em: 24/06/2019.

GIDDENS, Athony. Crime e desvio. **In: Sociologia**. 4ª ed.- Porto Alegre: Artmed, 2005. 579 p.

GOOGLE MAPS. [Bairro Vilinha, Grajaú-MA 65940000]. 2013, Disponível em: <https://www.google.com/maps/place/Bairro+Vilinha,+Grajaú+-+MA,+65940-000/@-5.8181004,46.1725007,15z/data=!3m1!4b1!4m5!3m4!1s0x92d21c2f2fdb948d:0xc8a6dfc b87329e1d!8m2!3d-5.8169365!4d-46.1640429> Acesso em: 25/10/2019.

IBGE. IBGE divulga as estimativas de população dos municípios para 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/22374-ibge-divulga-as-estimativas-de-populacao-dos-municipios-para-2018>. Acesso em: 20/01/2019.

JODELET, Denise. (Org.) Representações Sociais: um domínio em expansão. **in: Representações Sociais**. Rio de Janeiro: EduERJ, 2001.

Jornal O Globo. Os maiores massacres em presídios no Brasil. São Paulo, 2017. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/os-maiores-massacres-em-presidios-do-brasil-20720978> Acesso em: 20/01/2019.

JOVCHELOVITCH, Sandra. Psicologia social, saber, comunidade e cultura. **psicologia & Sociedade**; 16 (2): 20-31; maio/ago.2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/psoc/v16n2/a04v16n2.pdf> Acesso em: 17/10/2018.

LARAIA, Roque de Barros. Da natureza da cultura ou da natureza à cultura. **In: Cultura: Um conceito antropológico**. 14. Ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

MARGUTI, Bárbara oliveira; ROCHA, Betty Nogueira et al. A nova plataforma da vulnerabilidade social: primeiros resultados do índice de vulnerabilidade social para a série histórica da Penad (2011-2015) e desagregações por sexo, cor e situação de domicílio. Ipea. Brasília, 2017. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatoriospesquisa/170823_lancamento_ivs_metodologia_e_primeiros_resultados.pdf Acesso em: 17/10/2018.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ed, Ática, 1993. 113 p.

MINAYO, M. C. S; SANCHES, O. Quantitativo-qualitativo: oposição ou complementaridade? Cadernos de Saúde Pública, Rio de Janeiro, v. 9, n. 3, p. 239-262, jul./sep.1993.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Violência como Processo Sócio-histórico. In: Violência e Saúde. Rio de Janeiro: **Editora FIOCRUZ**, 2006. 132 p.

MOREIRA, Gracyelle Alves Remigio; SOARES, Priscila Simões et al. Notificações de violência sexual contra a mulher no Brasil. **Rev Bras Promoç Saúde**, Fortaleza, Jul./ Set., 2015. Disponível em:

[file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/AppData/Local/Packages/MicrooftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Notificacoes_de_violencia_sexual_contra_a_mulher_n%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/AppData/Local/Packages/Microsoft.MicrooftEdge_8wekyb3d8bbwe/TempState/Downloads/Notificacoes_de_violencia_sexual_contra_a_mulher_n%20(1).pdf) Acesso em: 20/02/2019.

MOSCOVICI, Serge. Representações Sociais: investigações em psicologia social. 9. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2012.

OLIVEN, RG. Violência e cultura no Brasil [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2010, 94p. ISBN 978-85-7982-006-9. Available from SciELO Books. Disponível em: <file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/só%20violência/violencia%20no%20brasil.pdf> Acesso em: 20/01/2019.

PAES, Ângela Tavares; SILVA, Rebeca de Souza. **Teste de concordância Kappa**. EducContín saúde Einstein. São Paulo, 2012, 165-6 p.

PAULA Luciane de; PAULA, Sandra Leila de. No centro da periferia, a periferia no centro Ipotesi, Juiz de Fora, v.15, n.2 - Especial, p.107-121, jul./dez. 2011. Disponível. <http://www.ufjf.br/revistaiptesi/files/2011/05/13-No-centro.pdf>. Acesso em: 30/07/2019.

QUEIROZ Arlei Teodoro de; ALBUQUERQUE, Clayton Gurgel de; SANTOS, Maria Paula Gomes dos; PIRANI, Nikolas de Camargo; MONTEIRO, Roberta **Amanajás. Atlas da Vulnerabilidade Social nos Municípios Brasileiros. Ipea.** Brasília, 2015. Disponível em: http://ivs.ipea.gov.br/images/publicacoes/Ivs/publicacao_atlas_ivs.pdf.

RICHARDSON, Robert Jarry. PESQUISA SOCIAL: Métodos e Técnicas. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2015. SANTOS, Geovane Tavares; DIAS, José Manuel de Barros. Teoria das representações sociais: uma abordagem sociopsicológica. PRACS. Macapá, 2015, v.8, p. 173-187. Disponível em: <http://periodicos.unifap.br/index.php/pracs>. Acesso em: 10/11/2017.

ROSÁRIO, Ângela Buciano do.; KYRILLOS NETO, Fuad; MOREIRA Jacqueline de Oliveira (Orgs). Epistemologia da violência. **In: Faces da violência na contemporaneidade: sociedade e clínica.** Barbacena, MG: EdUEMG, 2011. 168 p. ROUSSEAU, Jean – Jacques. **Do contrato social.** Ridendo Castigat Moraes. 1762/2002. Disponível em: <file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/contratosocial.pdf>. Acesso em: 25/06/2019.

Saiba quais foram algumas das maiores rebeliões em presídios do Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 02 de Jan. de 2017. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/asm/2017/01/1846402-saiba-quais-foram-algumas-das-maiores-rebelioes-em-presidios-do-brasil.shtml> Acesso em: 20/01/2019.

SANTOS, Luiz Eduardo Neves dos. **Estratégias di capital na produção do espaço urbano de São Luís:** sobre verticalização e desigualdade sócioespacial (2000 – 2010). São Luís, 2013, 111p. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Socioeconomico). Universidade Federal do Maranhão, 2013.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira.** São Paulo: Hucitec, 1993. 157 p.

SOUSA, Salviana de Maria Pastor Santos; PEREIRA, Maria Eunice Ferreira Damasceno; ARAÚJO, Maria do Socorro Sousa; ARAUJO, Cleonice Correia; BRANDÃO, Selma Maria Silva de Oliveira. A questão da pobreza no Maranhão: determinantes e formas de enfrentamento. **In: v Jornada Internacional de Políticas Públicas**, São Luís, 2011. Disponível em: file:///C:/Users/ildeane%20de%20jesus%20R/Desktop/tudo%20mono%20lea/do%20tcc/só%20violência/A_QUESTAO_DA_POBREZA_NO_MARANHAO_DETERMINANTE_S_E_NEW.pdf Acesso em: 15/01/2018.

The Intercept Brasil. 21 chacinas mataram pelo menos 76 pessoas no Rio e você não ficou sabendo. Rio de Janeiro, 10 de abril de 2017. Disponível em: <https://theintercept.com/2017/04/10/21-chacinas-mataram-pelo-menos-76-pessoas-no-rio-e-voce-nao-ficou-sabendo/> Acesso em: 24/06/2019.